

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
(MESTRADO E DOUTORADO)

ALINE RODRIGUES DOS SANTOS

**LITERATURA INFANTIL: O PROCEDIMENTO
ARQUEGENEALÓGICO NAS MIRAGENS FEMININAS E
FEMINISTAS**

MARINGÁ
2018

ALINE RODRIGUES DOS SANTOS

**LITERATURA INFANTIL: O PROCEDIMENTO
ARQUEGENEALÓGICO NAS MIRAGENS FEMININAS E
FEMINISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito.

MARINGÁ
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À minha família, cuja história é de tantas outras. Minha mãe, Dona Valquíria, empregada doméstica e costureira, assumiu a missão de me educar. Foi mãe com toda a doçura e fel e me ensinou que a maternidade não é (só) romance, é coragem! Ela e a “vó Júlia” foram minhas primeiras feministas, aquelas que estavam à margem e que, enquanto tantas outras lutavam pelo direito ao trabalho, trabalharam para que eu pudesse ser a primeira integrante da nossa família a ter um diploma de ensino superior. À minha irmã, Sara, por me ensinar com tanta delicadeza, formas tão diferentes de ser uma mulher feminista. Mesmo sendo presença minoritária, não poderia deixar de agradecer aos homens que estiveram presentes durante toda minha vida, especialmente ao “vô Geraldo”, por tanta sabedoria e amor. Obrigada família, graças a vocês torno-me também a primeira de nós com título de mestra.

Ao grande amor da minha vida, Horiy Semiguen, pela compreensão nas ausências e aflições, pelo cuidado e carinho comigo, por acreditar em mim e por ser um grande admirador do meu trabalho. Por suas palavras, sou a pessoa mais inteligente do mundo, sempre me colocando para cima. Um lindo!

Às minhas amigas, minhas amadas, minhas irmãs, minhas belas. Aquelas que fazem meu feminino e meu feminista mais forte e que são, na presença e na ausência e desde muito tempo, minhas raízes e minhas asas. São tantas, porém, destaco Carolina Lopes, Jaqueline Campos, Jéssica Campos, Juliana Loydi, Michele Perciliano, Rosilene (Tatinha) e Ana Paula Monteiro. Também àquelas que o mestrado me deu e que hoje levo em meu coração: Bruna Plath, Ana Lúcia Bueno e Lucimara Castro. Ainda, ao Heitor Melo que desde o primeiro olhar tem sido meu amigo querido e que nem todas as cervejas do mundo poderiam pagar tanto apoio; ao Rafael Fernandes e Luis Aguiar pelo conhecimento e humanidade compartilhados. Cada uma e cada um de vocês leva consigo lutas políticas cotidianas que extrapolam os limites da academia e, por isso, o mundo e eu agradecemos.

Às minhas professoras e professores da vida toda, às professoras e professores do PLE. Que grandeza é ser professora! O quanto de vocês eu tenho em mim! O quanto de vocês eu passo/passarei adiante... Vocês são enormes e eu carrego o desejo de ser tão grande como vocês. Carinhosamente, à minha orientadora Roselene de Fátima Coito. Quanta delicadeza, cuidado, amor, respeito, coragem, inteligência, cumplicidade... Ela é

uma professora/pesquisadora incrível, confiou em mim e no meu trabalho mais do que eu mesma, é uma mulher maravilhosa! À banca, que me honra com a presença feminina e com o nível de conhecimento... Professoras Mirian Hisae Yaegashi Zappone e Marisa Martins Gama-Khalil, obrigada pelas contribuições valiosas e por aceitarem fazer parte deste trabalho.

À CAPES, pela ajuda financeira que possibilitou horas a mais de dedicação à pesquisa.

Enfim, pela força feminina que me sustentou e pela luz feminina que me iluminou até aqui. Disseram-me que essa presença incondicional se chamava Deus, mas hoje estou certa de que posso chamar do que eu quiser, portanto, chamo Deusa!

RESUMO

Enquanto estudo da linguagem, esta pesquisa dissertativa é tematizada no tripé: procedimento arqueogenealógico na Análise do Discurso (a partir dos postulados de Michel Foucault), estudos feministas (e do feminino) pós-modernos e os estudos da literatura infantil. Nosso trabalho busca analisar como o discurso literário infantil, ao constituir **miragens femininas e feministas**, produz processos de subjetivação. Para tal, selecionamos como *corpus* as obras *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém (2007), *Procurando Firme*, de Ruth Rocha (1984), *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka (2014). Seguindo as linhas mestras estabelecidas na pesquisa, trabalhamos, no primeiro capítulo, na compreensão do ser da literatura, fundamentando-nos nos conceitos foucaultianos (2009) de *transgressão/limite* e *simulacro*, e nos conceitos de Deleuze e Guattari (1995) de *linha de fuga* e *máquina de guerra*. Para a compreensão do ser da literatura infantil, utilizamos os estudos de Coito (2006, 2016) e de Zilberman e Cademartori (1984). No segundo capítulo, procedemos arqueogenealógicamente na descrição da formação discursiva à qual o objeto do discurso em questão se inscreve e nas condições históricas de seu aparecimento, o que nos levou às teorias feministas articuladas nos trabalhos de Scott (1992), Rago (1998) (2004), Lauretis (1994), Carneiro (2003), Gilliam (1995) e Flax (1991). Dadas as regularidades que se dão a ver na construção das personagens Lelê, Linda Flor e Eugênia, no terceiro capítulo, discutimos os conceitos de *sujeito/processos de subjetivação* e suas relações com o *governo de si e dos outros*. Procedemos, também, analiticamente com outros conceitos da arqueogenealogia foucaultiana a fim de analisar, nesse discurso, as redes dos saberes e poderes que objetivam e subjetivam as personagens. Nesse sentido, no último capítulo discutimos os *processos de subjetividade* e sua relação com a *ética* e a *arte*, articulando-os com o conceito de **autointerpretação de si** – que problematizamos nesta pesquisa – para compreender a constituição das **miragens femininas e feministas** a partir das *técnicas de si*, retomando, do primeiro capítulo, as discussões sobre discurso literário infantil para a aplicação dos conceitos ali abordados no percurso de análise, ancorando-nos também (e desde o segundo capítulo) nos estudos de Gama-Khalil (2004, 2010, 2013). As análises nos fizeram vislumbrar a literatura infantil integrando uma questão política de reorganização dos corpos pelas relações de gênero ao representar as três personagens sendo governadas e governando-se sob os modos mais adequados de viverem seu feminino e, como regularidade, a subversão e resistência desses mesmos corpos em meio a relações de forças que emergem em suas práticas para resolver seus conflitos a partir do *cuidado de si*. Diante desse abalo da verdade, do sujeito e do gênero, observamos também o abalo da linguagem literária em torno de si mesma, denunciando como nenhuma outra linguagem o equívoco da consciência, da interioridade e da essência, principalmente daquelas verdades que colocam o feminino, o infantil e sua literatura como “menor”.

Palavras-chave: miragens femininas e feministas; discurso; literatura infantil; processo de subjetivação; cuidado de si.

ABSTRACT

As a study of language, this research comprises the tripod: the arch genealogy procedure in the Discourse Analysis (from Michel Foucault's postulates), postmodern feminist (and feminine) studies, and the studies of literature for children. Our work seeks to analyze how literature for children discourse, constituting by feminine and feminist mirages, produces subjectivation processes. For this, we select as *corpus* the books *O Cabelo de Lelê*, by Valéria Belém (2007), *Procurando Firme*, by Ruth Rocha), *Eugenia e os Robôs*, by Janaina Tokitaka (2014). Following the guidelines established in the research, we work, in the first chapter, on the comprehension of the literature being, basing on the Foucaultian concepts of transgression / limit and simulacrum, and in the concepts of Deleuze and Guattari of *line of escape* and *war machine*. To the comprehension of the literature for children's being we used the Coito (2006, 2016) and the Zilberman and Cademartori (1984) studies. In the second chapter, we proceeded arch genealogically in the discursive formation description to which the object of the discourse in question is inscribed and the historical conditions of its appearance, which led us to the feminist theories articulated in the works of Scott(1992), Rago (1998) (2004), Lauretis (1994), Carneiro (2003), Gilliam (1995) and Flax (1991). Given the regularities that are visible in the construction of the characters Lelê, Linda Flor and Eugênia, in the third chapter, we discuss the *subject / subjectivation processes* concepts and their relations with the government of self and others. We also proceeded analytically with other concepts of Foucault's arch genealogy in order to analyze, in this discourse, the knowledge and powers relations that objectify and subjectivate the characters. Therefore, in the last chapter we discuss the *subjectivity processes* and its relationship with *ethics* and *art*, articulating them with the concept of **self-interpretation** - which we have proposed in this research - to understand the constitution of **feminine and feminist mirages** from of the *techniques of self*, retaking from the first chapter the discussions about literature for children discourse for the application of the concepts addressed there in the currents analysis, anchoring us (and since the second chapter) in the Gama-Khalil studies (2004, 2010, 2013). The analyzes made us realize literature for children by integrating a political question of the reorganization of bodies by gender relations in the way that the three characters were represented, being governed and governing themselves under the most appropriate ways of living their feminine and, as a regularity, the subversion and resistance of these same bodies between forces relationship that emerge in their practices from the *care of the self*. Facing this shaking of truth, subject and gender, we also observed the shaking of literary language around itself, denouncing as no other language the misunderstanding of the conscience, interiority and essence, especially those truths that place the feminine, the children and its literature as "minor".

Key words: feminine and feminist mirages; discourse; literature for children; subjectivation processes; care of the self.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2. O SER DA LITERATURA.....	16
2.1 A literatura como <i>linha de fuga</i> e <i>máquina de guerra</i> : do sujeito à vida	26
2.2 O ser da literatura infantil	32
3. E FORMA-SE UM OBJETO.....	41
3.1 O mundo está mais feminino	43
3.2 Um olhar histórico: o feminino como objeto.....	52
3.3 Miragens femininas e feministas: os objetos se formam nos livros.....	64
4. O FEMININO GOVERNADO E QUE SE GOVERNA ENTRE OS VENDAVAIS E AS CORRENTEZAS DA TRANSGRESSÃO LITERÁRIA	80
4.1 Em suma, tudo se trata do sujeito	82
4.2 O sujeito é dispersão	93
4.3 Do que são feitas essas meninas?	105
5. NA DIMENSÃO DO SI: A ÉTICA E A ARTE.	138
5.1 As meninas reinam soberanas. <i>E você?</i>	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	181

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Gostaria de, primeiramente, apresentar as meninas que despertaram em mim muita vontade de saber.

Para encontrá-las, embarquei numa jornada. Enquanto contadora de histórias, buscava por personagens feitas de uma linguagem que ultrapassasse temas banais, usualmente atribuídos ao infantil. Enquanto mulher, desejava que essa linguagem abordasse a palavra do feminino e reunisse em si personagens meninas que foram contadas no passado e que persistiram em nossa cultura durante séculos, mas que também se tornassem novas e outras em histórias que não narrassem o infantil e feminino subjugado. (Re) encontrei essas meninas feitas de *saberes e sabores* (GAMA-KHALIL, 2013) tão diversos e dispersos que fizeram emergir, em cada palavra que as constroem, abalos e desmoronamentos de minhas afirmações, certezas, conforto, alegrias, angústias, meu feminino e meu feminista. Lelê, Linda Flor e Eugênia são três personagens de três obras literárias infantis: *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém (2007), *Procurando Firme*, de Ruth Rocha (1984), *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka (2014), respectivamente.

Lelê é uma menininha negra que não gosta do que vê quando olha para si mesma e vive a se perguntar: *de onde vêm tantos cachinhos?* Sabendo que toda pergunta exige uma resposta, ela sai à procura e encontra um livro de história africana. Descobre a história de seus antepassados e a beleza herdada de seu povo. Adquire a experiência necessária para cuidar de si, sua aparência, sua vida, enfim.

Linda Flor é uma linda princesa. Cresceu em um castelo juntamente com seu irmão que era treinado com todas as habilidades necessárias para sair do reino um dia e *correr mundo*, enquanto ela recebia toda sorte de cursos para viver a vida no castelo esperando o príncipe que viria resgatá-la e casar-se com ela. Logo chega o dia de o irmão cumprir seu destino e sair pelo mundo *procurando firme*. Linda Flor continua esperando. Até que um dia chega um príncipe que enfrenta o dragão, sobe a torre e logo pede a menina em casamento. Ela, desapontada, não aceita, pois esperava alguém menos convencido. E assim vieram muitos príncipes e Linda Flor, sempre desapontada, não mais os esperava. A menina passou a fazer outras coisas no tempo em que passava esperando. Começou a fazer cursos diferentes, parou de usar vestidos, mudou o penteado e até seu nome, para grande

tristeza de seus pais, o rei e a rainha. As surpresas não param por aí e a princesa escolhe o final de sua história (ou talvez o começo) bem diferente do esperado *felizes para sempre*.

Eugênia tem um nível de inteligência absurdo. É apaixonada por livros de mecânica e elétrica e troca um estojo de maquiagens por um de ferramentas. Seu problema é a dificuldade em fazer amigos; seu comportamento diferente não é bem aceito na escola e ela questiona certas condutas humanas. Sempre deslocada, decide, então, criar seus próprios amigos: três robôs que ela chamou de Zero, Isaac e Aldo. Entusiasmada com os resultados, ela decide transformar a cidade toda em robôs e assim vai descobrindo os problemas de viver em um mundo “perfeito”.

Fui sendo levada por essas três meninas na direção de inúmeras questões sobre a produção do feminino e do feminista para/na criança e, insistentemente, conduzida pelo desejo de saber as verdades que constituem personagens tão subversivas e transgressoras. Tais questões foram ganhando proporções políticas na medida em que, na dispersão dos dizeres sobre meninas tão diferentes entre si – negra princesa e cientista –, regularidades primeiras me saltaram aos olhos e fizeram abalar as expectativas e certezas sobre uma literatura cuja linguagem é considerada “menor”. Três personagens meninas que, cada uma a sua forma, quebram dominações por questões de gênero, numa linguagem que passa ao longe do dito *natural* e *verdadeiro* “menor”, fizeram-me, assim, acatar essas obras como “exigência” de um estudo, sobretudo, porque esse estatuto de menoridade existe e é responsável por complexos processos de marginalização do feminino, do infantil e de sua literatura, de modo que essa exigência se apresentou a mim como meio de resistir a tais processos. Diante disso, parti de questionamentos que me levaram a refletir: por que a menina negra para tratar do referencial estético e não outra? Por que uma princesa para tratar, entre outras coisas, do casamento e da vida privada/pública do feminino e não outra? Por que a menina para tratar do referencial intelectual e profissional e não outra ou outro? O que tornou possível a escolha dessas práticas discursivas e não-discursivas e não outras? (FOUCAULT, 2008).

No cerne da problemática que mobilizo e que mobiliza essa pesquisa, está, pois, a *menoridade* atribuída ao feminino, à criança e à literatura direcionada ao infantil. A relevância de tratar temas que envolvem minorias recai em uma multiplicidade de questões, visto que, quando se trata de minorias, consequentemente, trata-se também de hegemonias que, muitas vezes, exercem dominação por múltiplas vias de violências e, nesse âmbito, resistências despontam na luta pela vida. É inegável que mesmo diante das

desconstruções das leituras feitas do corpo e da conduta feminina que desmontam a tese da essência frágil, a conjuntura social atual mostra que, de maneira geral, o referente ainda é o masculino. A resistência que perdura nas práticas discursivas e não-discursivas das mulheres, que se declaram ou não feministas, revela a existência de um poder disciplinar, normalizador/normatizador e de controle que persiste e que atua ainda sobre o corpo e a conduta da mulher, segregando ao privado, controlando no público, prescrevendo padrões estéticos, sexuais e, não infrequente, machucando, matando. A própria linguagem denuncia os efeitos da violência dessa hegemonia e dominação de gênero pela irrupção de palavras como *Feminicídio*, *Gaslighting* e *Mansplaining*.

Quanto ao discurso literário infantil, em meio às implicações que lhe conferiram e conferem esse *status* em relação à literatura direcionada ao adulto, mostra que mesmo sofrendo limitações de pouco poder falar ao público jovem, impedido de tudo saber, pode-se constituir de um tudo poder falar. Trata-se, pois, de problemáticas que propomos¹ estudar – ou que se propuseram a nós - movidas muito mais pela quebra das imposições e resistência ao estatuto de *menoridade* do que pela *menoridade* propriamente dita. E é esse mais um ponto de relevância deste estudo. Ao levantar tais problemáticas no campo discursivo, o movimento é para transgredir (se conjugando a outros trabalhos que também se movimentam na resistência das minorias) essas verdades que se apresentam como naturais. Designamos, dessa forma, as linhas mestras sobre as quais empenharemos esse estudo: análise do discurso, literatura infantil e **miragens femininas e feministas**².

É necessário ressaltar também que não tratamos de **identidades**, mas de **miragens** constituindo processos de subjetivação, porque a literatura não precisa e nem procura a fidelidade do leitor já que não é sua função demarcar-lhes espaços e modelos; além disso, nossa filiação teórica se insere nos estudos pós-modernos feministas e teórico-filosóficos de Michel Foucault, Deleuze e Guattari que buscam justamente questionar os limites rígidos das identidades. **Miragens** suscitam olhares múltiplos já que no encontro com o sujeito, fazem-no agir em sua direção, afastando-se dela e modificando-a a cada leitura,

¹ No plural, pois neste momento, este trabalho tornou-se acadêmico e passa a ser conjugado com nossa orientadora (e com todas as meninas e mulheres para as quais eu puder levar minhas reflexões).

² Ao longo da pesquisa, vários levantamentos foram realizados. No último deles, em fevereiro de 2018, a combinação dos termos “literatura infantil” “arqueogenealogia” “feminismo” retornou 110636 trabalhos. A combinação “literatura infantil” “arqueogenealogia” retornou 109787. A combinação “literatura infantil” “feminismo” retornou 110621, enquanto que a combinação “literatura infantil” “análise do discurso” retornou 962274 trabalhos. Fonte: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>

como se esfregasse os olhos a cada olhar tentando identificar novos/outros detalhes antes não vistos. Em seu entrelaçamento com a arte, uma **miragem** sempre suscita o devir.

Estabelecemos, nesse sentido, essas três obras como *corpus* deste trabalho tendo como interesse central o sujeito, principalmente no que concerne às subjetividades que se encontram à margem e que, não coincidentemente, se referem ao feminino e também ao feminista ao se tratarem de práticas de constituição do sujeito menina. Essas três personagens constituem a regularidade na dispersão ao produzirem-se na transgressão de certas convenções sociais e estabelecerem lutas entre e por verdades na recusa de certas individualidades que são impostas às mulheres há anos. Constituem também o fio condutor do *acontecimento enunciativo* sobre o qual nos debruçamos e que se refere ao discurso literário infantil do/sobre o corpo, à conduta e à subjetividade do feminino e, assim sendo, às materialidades sobre as quais empenhamos nossa descrição, compostas por enunciados dispersos no tempo e nos espaços sociais, mantendo relações com outros textos, outras literaturas. Obras que formam o “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2008, p. 26) ao colocarem protagonistas que, de alguma maneira, questionam, questionam-se, subvertem, resistem, inventam outras formas de subjetividade, maneiras de (re) fazerem suas existências.

Nosso trabalho busca, pois, analisar, nessas três obras da literatura infantil, como o discurso literário voltado para a infância, ao constituir **miragens femininas e feministas**, produz processos de subjetivação. Nesse sentido, cada obra será acatada em seu *acontecimento enunciativo* e isso significa, entre outras coisas, empreender uma análise que não busca blocos homogêneos de discursos, a evolução dos dizeres, as continuidades das significações e nem relações de “operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação)” (FOUCAULT, 2008, p. 32), mas apreender outras regularidades, outras relações. Certamente já é possível notar que nossa investigação demarca-se no campo da análise do discurso francesa sob a perspectiva de Michel Foucault e, nesse sentido, procederemos com nossas análises dentro da proposta arqueológica de descrição dos saberes (FOUCAULT, 2008) e, tratando-se também de um interesse sobre o sujeito (ou processos de subjetivação), dentro da proposta genealógica das técnicas de poder.

Dizer que empreenderemos as análises sobre outras regularidades e relações é muito mais procurar descrever os sistemas de remissões entre os enunciados dispersos, mas

que de alguma maneira se indicam, existem, coexistem, mantêm-se, modificam-se, desaparecem e até se excluem do que procurar, nas palavras que narram e descrevem essas meninas, a natural representação da realidade. Portanto, não se trata de datar o acontecimento para encontrar sua coincidência com a história, mas estabelecer as relações que regem a dispersão, procurar a unidade do discurso literário constituindo **miragens do feminino e do feminista** em obras que irromperam em diferentes momentos da história.

Nossa hipótese é a de que o discurso literário infantil faz emergir os saberes que objetivam/subjetivam a menina não para encaixá-las em individualidades amoldadas pelos “desígnios fascistas” da “linguagem comum” fazendo-as dispor de modelos de condutas a serviço da ordem que submete o feminino e o infantil à *menoridade*; mas, ao assumir vários saberes, a literatura os faz “girar, deslocar, mover” (GAMA-KHALIL, 2013), deslocando também as subjetividades, tornando-as mais fluídas. Justificamos, mais uma vez, o uso do termo **miragens** e não *identidades*, pois a literatura infantil, na perspectiva em que nós a consideramos, não trabalha para programar condutas e comportamentos e, por conta disso, as **miragens** podem se misturar, sem limites rígidos entre o feminino e o feminista, elas podem sempre ser outras ao possibilitar que um ser **autointerprete a si mesmo**.

No cumprimento do objetivo principal, desdobramos nosso trabalho em quatro capítulos, cada qual mobilizando conceitos necessários aos em objetivos específicos desta pesquisa.

No primeiro capítulo, seguindo as linhas mestras estabelecidas na pesquisa, trabalhamos, na compreensão do ser da literatura e da literatura infantil, fundamentando-nos nos conceitos foucaultianos (2009) de *transgressão/limite* e *simulacro*, e nos conceitos de Deleuze e Guattari (1995) de *linha de fuga* e *máquina de guerra*. Para compreender a literatura como *transgressão* e seu jogo constante contra e com o *limite*, articulamos na obra foucaultiana, seu caráter de ser “de fora”, sua aproximação com o discurso da loucura por ser “ausência da obra”, bem como sua aproximação com o discurso da sexualidade e sua relação com a “morte de Deus”, ao passo que surge como linguagem da reduplicação ilimitada. Por seu turno, Deleuze e Guattari teorizam que escrever é confrontar os controles, trata-se, então, de traçar *linhas de fuga* que entram em relação com as *máquinas de guerra* que de maneira nenhuma têm a guerra por objeto, mas os agenciamentos coletivos e a capacidade das minorias de estarem/fazerem-se sempre nômades. Disso,

podemos constatar que Foucault, Deleuze e Guattari nos provocam a pensar o poder se exercendo na linguagem.

Pensando o poder e linguagem nessa perspectiva, fazemos uma volta aos estudos de Zilberman e Cademartori (1984) que nos mostram como a literatura infantil, desde seu nascimento, sofre coerções de mecanismos disciplinares e de controle, dado que seu surgimento se relaciona à ordem burguesa e está mais aliado ao discurso pedagógico do que ao artístico. Utilizada como mecanismo de educação dos mais jovens, tornou-se um saber que trabalha em nome do exercício do poder de dominar-lhes e administrar-lhes seus corpos e gerir-lhes a vida por meio do que Foucault chamou de *técnicas políticas* (FOUCAULT, 1988, p.133). Tanta coerção, herdada dos gregos, atesta-nos a periculosidade desse discurso poderoso que deve ser gerenciado por serem os jovens, assim como os incultos, “mais suscetíveis” que os adultos diante do “poder de sedução” que o artístico, principalmente o literário, possui (COITO, 2006). Ocupamo-nos, pois, ainda no primeiro capítulo, de pensar o discurso literário infantil fora do limite doutrinário: não se trata de uma (re) definição do que é literatura infantil para, a partir disso, estabelecer uma (re) organização na própria instituição e naquelas em que se apoia. Mas “no entendimento desse complexo ser da literatura” (COITO, 2003, p. 14), compreender que nele há arte, que este ser coloca em questão a verdade que o interdita, que é transgressor e nele o sujeito encontra possibilidades mais livres de estilos de vida, ou seja, não está completamente submetido ao verdadeiro da época de modo que já não cabe mais chamá-lo “menor”.

No segundo capítulo, procedemos arqueológica e genealogicamente partindo da descrição da *formação de diversos objetos* que se referem ao feminino para chegar à regularidade do nosso objeto discursivo, ou seja, à formação discursiva à qual o objeto do discurso em questão se inscreve, bem como às suas condições históricas de aparecimento. Recorremos ao livro *A História das mulheres no Brasil* (2012) e aos estudos de feministas como Scott (1992), Rago (1998) (2004), Lauretis (1994), Carneiro (2003a) (2003b), Gilliam (1995) e Flax (1991), seguindo os objetivos da análise foucaultiana, já que nosso olhar histórico não busca mostrar que na atualidade a mulher é mais livre e o feminino é mais forte porque evoluiu de um passado pior, mas localizar datas para notar justamente o engano das grandes unidades históricas. Em nossa descrição da *formação dos objetos*, percebemos que o feminino irrompeu de diferentes formas, em tempos e espaços determinados, sempre marcado pelas relações de força e resistência, movimentando-se e

movendo a sociedade. Pudemos perceber, pois, que o discurso médico, higienista, jurídico, religioso, econômico, feminista, militante, jornalístico etc. constituíram saberes sobre os modos de ser da mulher no casamento, na sua relação com seu corpo e da sociedade com/sobre seu corpo, no trabalho, na saúde, nas artes, na política, no público e no privado na classificação de diferentes femininos como objeto desses discursos. Saberes que, numa pura dispersão de enunciados, estabeleceram códigos de condutas e possibilidades de resistência para o feminino, constituindo as condições de emergência para os saberes que fazem aparecer os temas abordados pelas três obras recortadas para o nosso estudo: o que permanece e com que rompem, o que articulam e o que desvanece, ou lutam para que desvaneça, no elemento de certas positivities que possibilitam essas obras constituírem **miragens femininas e feministas** sobre a estética da personagem menina negra, do trabalho da menina gênio, do comportamento da princesa transgressora de regras e de certas convenções sociais, como o casamento.

Após as análises da *formação do nosso objeto*, no terceiro capítulo, discutimos os conceitos de *sujeito/processos de subjetivação* e suas relações com o *governo de si e dos outros* dentro da genealogia (e outros que com eles se relacionam: *verdade, poder*). Procedemos analiticamente também com outros conceitos que envolvem o procedimento arqueológico e genealógico que propõe Michel Foucault: *enunciado, formação discursiva, arquivo, disciplina, resistência* a fim de analisar, nesse discurso, as redes dos saberes e poderes que objetivam as personagens enquanto sujeitos, produzindo modos de subjetivação sobre elas e sobre suas vidas. No entanto, não perdemos de vista os conceitos mobilizados no primeiro capítulo, dado que analisamos o discurso literário, bem como os estudos das teóricas já citadas aqui: Coito (2003, 2006), Zilberman e Cademartori (1984) e Gama-Khalil (2013).

É importante ressaltar que, neste momento, analisamos os enunciados que descrevem/narram as personagens e seus conflitos apresentando-as ao público leitor, portanto, enunciados que constituem o início das histórias, ou melhor, a introdução das narrativas, pois as três seguem uma regularidade comum a muitas estruturas desta tipologia textual, que é enredar as personagens e a seus conflitos na introdução e depois partir para o clímax e o desenlace. Dentro dessa característica regular nas três obras, constatamos que a introdução das três personagens, bem como de seus conflitos se dão dentro de regimes de verdade em que estas se encontram subjetivadas em favor de certa ordem e, a partir disso, são governadas e governam a si mesmas. Em nossas análises, destacamos as **miragens de**

raça e gênero a partir do referencial estético; as miragens da beleza, da fragilidade, da delicadeza a partir do referencial do matrimônio e as miragens do trabalho a partir do referencial intelectual, o que não quer dizer que as miragens se fechassem em categorias e nem era esse nosso objetivo, trata-se, desse modo, apenas de um recorte para o procedimento analítico.

Percebendo-se dentro dessas grades de saber e de poder, as três partem para em busca de possibilidades de constituírem-se a si mesmas, agindo dentro do espaço de liberdade próprio das relações de poder, criando suas próprias existências como a uma obra de arte. Nesse sentido, no último capítulo, discutimos os *processos de subjetividade* e sua relação com a *ética* e a *arte*, assim como teorizou Foucault em seus últimos trabalhos, articulando-os com o conceito de **autointerpretação de si**, conceito que problematizamos neste trabalho, a fim de compreender a constituição das **miragens femininas e feministas** a partir das *técnicas de si*. Portanto, investiremos sobre a segunda parte das narrativas onde se enredam o clímax e o desenlace. Nas relações de forças que emergem das práticas das personagens para resolver seus conflitos, formas de vida inéditas irrompem a partir do *cuidado de si*. Suas condutas e corpos passam a ser regidos por verdades por elas assimiladas e praticadas não mais sob os códigos de identidade definidos pela dominação de gênero, mas pela arte de moldarem suas vidas, cujo feminino e feminista encontram possibilidade histórica de, pela primeira vez, **ser bela e amante de si, conquistar um espaço (público) e ser soberana de si, ser especial e criadora de si**. A linguagem que tece as personagens conjuga sobre *linhas de fuga* fluxos minoritários e constituem *máquinas de guerra* ao transpor limites e tornarem-se sujeitos mais livres, subjetividades mais fluídas no feminino, no feminista e no infantil. É diante dessa linguagem *simulacro e transgressiva* que considerados que as **miragens** ao devir encontram possibilidades de sempre serem outras, sempre desterritorializar novamente assim que o poder estratificá-las, num constante movimento ao porvir. O encontro entre arte e sujeito é o ponto em que esse movimento se faz possível quando em face de uma **miragem**, o ser **autointerpreta a si** mesmo.

2. O SER DA LITERATURA

A arqueologia do saber propõe um método de análise discursiva amoldada por um projeto maior de análise histórico-filosófica do nascimento das ciências do homem, a partir do uso metodológico dos conceitos de *discurso* e do *enunciado*:

Tal análise, como se vê, não compete à história das ideias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem. Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a episteme onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. (FOUCAULT, 2000a, p. 18 e 19)

Ao problematizar o *laço* que mantém juntas as palavras e as coisas, Michel Foucault procura recuperar as leis da ordem que mantém esse laço (invisível) responsável pela verdade (razão) de cada época e que regula o que pode ser dito, o que, no entanto, só é concebível se *desenlaçadas* as palavras das coisas. E, uma vez desmoronado o lugar comum do que a linguagem oferece à visibilidade, Foucault anuncia a derrocada das verdades absolutas e propõe um método de descrição dos *regimes de discursividade*.

O entendimento da noção de discurso aponta para o conceito de enunciado como uma função de ordem abstrata que possui também uma materialidade e, a partir dele, é possível relacionar um conjunto de dizeres sobre um determinado objeto. O discurso é, pois, uma materialidade que funciona numa dispersão de enunciados sobre o qual a arqueologia estabelece uma regularidade, investiga as regras de formação que o possibilitaram, sistema de relações não apenas linguísticas, mas historicamente determinadas.

Historicizar as relações do que antes parecia ser um lugar comum da linguagem, ou seja, desenlaçar essa *potência da linguagem* foi o que possibilitou que Foucault observasse

essa “lenta transformação dos *saberes sobre o mundo* em *poderes sobre as coisas do mundo*; pois nomear é transformar as coisas – sejam elas sujeitos – em objetos, é fazer da verdade o efeito de uma colocação à distância nominal” (REVEL, 2014, p. 60, grifos da autora).

Dessa forma, Foucault não somente problematiza a questão da verdade e da razão, mas, ao propor a regularidade na dispersão, opõe-se à originalidade e à unidade da história tradicional, inaugurando outro modo de contar a história, bem como introduz ao conceito de discurso a exterioridade que o constitui. E mais do que isso, ao problematizar o lugar do sujeito enquanto unidade, o filósofo *desenlaça* o homem do lugar de inaugurador ao investigar arqueologicamente as condições segundo as quais o sujeito pode aparecer na ordem do discurso, ou seja, ocupar função de sujeito do discurso, logo, ser constituído pela exterioridade em condições de emergência determinadas por certos modelos, segundo determinadas epistemes.

Chegamos a uma questão central e sempre muito determinante dos estudos de Foucault, e que também nos move nos estudos propostos nessas páginas: a questão do sujeito. Ao dizer da morte do ser dotado de consciência e inaugurador de discurso, de história, no qual a verdade reside, Foucault não aniquila o sujeito, mas sua unidade, essa essência que instaura o dogmático ao qual o homem foi/é submetido.

Os códigos fundamentais de uma cultura — aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas — fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. (FOUCAULT, 2000a, p. 15)

Se o sujeito se constitui na exterioridade pelos regimes de discursividade, a literatura (a que aparece nos estudos arqueológicos), tipo específico de manifestação (saber) moderna da linguagem, é o discurso com poder de resistência, de contestação e de transgressão, capaz de libertar o homem das ordens que o prendem nas grades dos saberes e poderes e fazer emergir os mais marginais, rejeitados pela cultura. Assim a literatura recebe *status* de *contradiscurso* no pensamento de Foucault:

Ora, ao longo de todo o século XIX e até nossos dias ainda — de Hölderlin a Mallarmé, a Antonin Artaud — a literatura só existiu em sua autonomia, só se

desprende de qualquer outra linguagem, por um corte profundo, na medida em que constituiu uma espécie de “contradiscurso” e remontou assim da função representativa ou significante da linguagem àquele ser bruto esquecido desde o século XVI. (FOUCAULT, 2000a, p. 59)

A literatura enquanto resistência, contradiscurso de todas as ordens determinadas historicamente em uma cultura, é subversiva justamente por esse caráter de ser exterior, “de fora”, muito além do que qualquer outro discurso. Nos termos de Michel Foucault:

Rompe com toda definição de “gêneros” como formas ajustadas a uma ordem de representações e torna-se pura e simples manifestação de uma linguagem que só tem por lei afirmar — contra todos os outros discursos — sua existência abrupta. (FOUCAULT, 2000a, p. 59)

Na literatura está a experiência criadora que liberta o sujeito dos saberes que o objetivam, “experiência do fora” na qual o sujeito não cessa de desaparecer e de “*registrar seu lugar vazio como fonte de sua própria expansão indefinida*” (REVEL, 2014, p. 55 – grifos da autora). Esse “do fora” é a possibilidade que o sujeito encontra de poder ser outro, melhor dizendo, ocupar outras posições do discurso, pois lá é o lugar da transgressão.

A existência de um discurso transgressor, um fenômeno além das ordens languageiras e históricas suscita a existência do limite. Toda sociedade possui aqueles os quais ela recusa e joga à margem, aqueles dos quais não se ouve a voz, que não contam sua própria história, pois estão no limite, e sobre os quais um regime de verdade exerce seus efeitos, abafando suas existências por meio de todo um aparato de saber em nome da separação (do limite) entre as vidas que estão e as que **não** estão no verdadeiro aceitável e desejado. Foi o interesse por essas vidas que levou Foucault à palavra do louco; e, no interior das práticas discursivas e não discursivas das relações entre razão e loucura, teorizou sobre a *transgressão* e o *limite*. O louco é aquele cujo discurso não pode circular como os demais; a sociedade ocidental, desde a alta Idade Média, traçou o limite que opõe loucura e razão, de modo que a razão objetiva a loucura por meio de “uma rede de instituições” que fala e escuta o louco para “curar-lhe” (FOUCAULT, 2014, p. 12 e 13). Todos os esforços através dos tempos para manter o limite que rejeita a voz do louco só fazem comprovar como esse discurso é transgressor e “investido pelo desejo, e que se crê –

para a sua maior exaltação ou maior angústia – carregado de terríveis poderes” (Ibidem, p. 13).

Ler, pois, em filigranas a história é possível na medida em que o discurso é a dispersão que passa pela vida até dos mais marginais; nesse sentido, a loucura pode até ser contada pelo discurso da razão, mas esse não detém sua verdade nem conhece seus domínios, de modo que a história arqueológica desvela uma loucura contada pelo discurso literário, história na qual os limites entre razão e loucura se expandem e são, de inúmeras formas, ultrapassados.

Desde a *História da Loucura* (1961), nos estudos foucaultianos, há uma aproximação entre literatura e loucura. Tanto os saberes racionais como os mecanismos de interdição e exclusão das sociedades desqualificam a voz do louco atribuindo-lhe a incapacidade de nela nascer qualquer experiência ou verdade:

[...] a loucura é a linguagem excluída – aquela que, contra o código da língua, pronuncia palavras sem significação (os ‘insensatos’, os ‘imbecis’, os ‘dementes’), ou a linguagem que pronuncia palavras sacralizadas (os ‘violentos’, os ‘furiosos’), ou ainda a que faz passar significações interditas (os ‘libertinos’, os ‘obstinados’) (FOUCAULT, 1999, p. 195).

Esse fenômeno próprio ao saber racional das culturas o estudioso conceitua como “ausência da obra”, ao que a literatura vai à contracorrente. Ao questionar a obra como obra, assim como a loucura rompe com a razão, a literatura rompe com a obra, com os limites que sobre ela são projetados para demarcá-la como obra. É na leitura de textos literários que Foucault inicia sua empreitada sobre o discurso da loucura – depois se voltaria também ao saber médico para discuti-lo – isso porque observou haver um parentesco entre essas duas linguagens que transgridem as regras da linguagem comum. Ambas constituídas pela transgressão, a literatura encontra na loucura seu modelo de ruptura aos limites impostos - literatura e loucura: ruptura da razão e das regras languageiras – e é exatamente esse o ponto de intersecção entre ambas: a questão da verdade racional e do limite, ponto de onde parte o homem: “não há uma única cultura no mundo em que seja permitido tudo fazer. E sabemos bem, há muito tempo, que o homem não começa com a liberdade, mas com o limite e a linha do intransponível” (FOUCAULT, 1999, p. 193).

Ao invés de reconduzir a loucura à razão, tal qual o modelo do discurso médico (psiquiátrico, psicológico), a literatura faz irromper a loucura na obra, um discurso que faz falar a loucura. A linguagem literária transgride, contesta o limite da obra, da razão, do sentido; subverte os códigos instituídos na língua ao mesmo tempo em que se constitui como obra, e é esta a questão da literatura moderna: ela é obra que expande seus próprios limites, cujas possibilidades e impossibilidades ela mesma enuncia. No espaço da linguagem literária, a ultrapassagem dos limites é uma experiência da própria linguagem que transgride, inclusive, seus próprios limites, extrapolando sua própria regularidade. A literatura é transgressão da própria literatura. A loucura rompe com a razão, a literatura com a obra (ela mesma, por ser obra de razão), ambas são, pois, *desequilíbrio da linguagem*:

A transgressão é um gesto relativo ao limite; e aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples; a transgressão transpõe e não cessa de recomençar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível. Mas esse jogo vai além de colocar em ação tais elementos; ele os situa em uma incerteza, em certezas logo invertidas nas quais o pensamento rapidamente se embaraça por querer apreender-las. (FOUCAULT, 2009, p. 32)

Como afirma Foucault, transgressão e limite só podem existir em seus jogos que incessantemente se movem, um relativo ao outro. Nem a transgressão expande-se, definitivamente, aniquilando o limite, nem o limite aniquila qualquer possibilidade de transgressão, “nem um movimento que há no homem para transgredir, exceder, ultrapassar os limites pode ser totalmente abolido” (MACHADO, 2000b, p. 59). Pensando a transgressão e o limite especialmente nas práticas discursivas, quando Foucault introduz a história para pensar a construção de uma verdade, ou mesmo de uma razão ou ainda de uma desrazão, é porque considera que “toda formação histórica diz tudo o que pode dizer, e vê tudo o que pode ver” (DELEUZE, 1992, p. 121) sobre um objeto, como a loucura e/ou o louco, por exemplo. Desse modo, existe um limite que determina “sob qual luz ela (**a loucura**) pode ser vista, e em quais enunciados ela pode ser dita” (DELEUZE, 1992, p. 121) hoje – ou como foi no século XVII, no XVIII. O que é da ordem do visível e do

enunciável em uma determinada época não o será exatamente em outra, muito menos a evolução daquilo que foi um dia (a história não caminha em linha reta); as visibilidades e o enunciável não se dão na harmonia e no equilíbrio das coisas e da linguagem, mas no jogo no qual o que está na margem transpõe as linhas para logo depois ser capturado e elevado ao visível e dizível novamente.

A questão da verdade é, pois, (também) uma questão de linguagem, ou melhor, de um *regime de discursividade*. Em a *Ordem do Discurso* (1970), ao teorizar os procedimentos de controle e delimitação da produção do discurso, a crítica que Foucault faz sobre a verdade, na esteira de Nietzsche, desvela que todo discurso *verdadeiro* oculta uma *vontade de verdade* e que observados os procedimentos de interdição que os discursos da sexualidade e da loucura são submetidos, comprova-se mais o quanto são temíveis do que uma vontade de verdade supõe ao tratar, por exemplo, a loucura como palavra nula. O jogo dos limites e da transgressão suscita procedimentos de saber em função da “fabricação de uma verdade”, em especial, procedimentos linguísticos nos quais o *regime de discursividade* e o *desequilíbrio da língua* estão sempre nessa relação de transpor a linha para logo ser capturada.

Dizer que a literatura para Foucault se aproxima da voz do louco e que ambas são *desequilíbrio da linguagem* justifica-se porque ambas são “referência vazia, ambas são linguagem transgressiva do código da língua, ambas são uma ‘dobra inútil e transgressiva’ da própria linguagem” (MACHADO, 2000, p. 51). Nas obras literárias que Foucault analisou - de Hölderlin, Roussel, Artaud, Sade, Blanchot, etc. - emerge algo, e que o filósofo constantemente destaca, que resiste aos códigos morais da razão estabelecidos sobre a loucura; algo que não mora na obra e muito menos no autor, mas que se apresenta como “transgressão da essência pura e inacessível da literatura” (FOUCAULT, 2000b, p. 143), pois a “literatura seria, ao mesmo tempo, literatura mas, também, linguagem e haveria entre a literatura e a linguagem como que uma hesitação” (Ibidem, p. 142). Inacessível, pois não existe palavra real que constitui a ou seja constituída pela essência literária; a literatura se dobra sobre ela mesma de modo que só existe no “exato momento de seu começo” (Ibidem, p. 142), na linguagem em vias de transgredir a brancura da página:

Quer dizer que cada palavra real é de certo modo uma transgressão da essência pura, branca vazia, sagrada da literatura que faz de toda a obra não a realização da

literatura, mas sua ruptura, sua queda, seu arrombamento. Qualquer palavra, prosaica ou cotidiana, sem status ou prestígio literário é um arrombamento, mas qualquer palavra desde que seja escrita é, igualmente, um arrombamento. (FOUCAULT, 2000b, p. 142)

Essas palavras de Foucault reafirmam o lugar da literatura como transgressão de si mesma e de como ela tem seu ser em uma ordem diferente da ordem da razão. As palavras escritas na obra não são a própria literatura, não possuem presas nelas a essência literária, são “irrupção de uma pura e simples linguagem na página em branco, a irrupção da linguagem sem signos nem armas... palavras que nos conduzem ao limiar de uma perpétua ausência que será a literatura” (FOUCAULT, 2000b, p. 143). Porém, cada palavra, a partir do século XIX, que encontramos escritas nas páginas daquilo que chamamos de obra literária aponta para algo que é a literatura, reconhecemos nelas que não se tratam da palavra comum. Daí, esse arrombamento duplo da realização do ato literário e da obra.

Essa discussão nos encaminha para outros aspectos que envolvem a transgressão e o limite: a questão da morte. O texto de Foucault *Prefácio a transgressão* (1963) é relevante sobre essa problemática da morte. Articulando as reflexões sobre a linguagem literária com uma reflexão sobre o Bataille filósofo, Foucault entra no terreno Nietzscheano – filósofo no qual encontra muitas referências - para compreender a questão do limite e da transgressão aliada à morte de Deus. O estudo da constituição histórica dos saberes sobre o homem (gramática, biologia, economia) desvelou como esses discursos o tematizam como objeto, coisa, empiricidade, ou seja, o homem como ser finito. Para pensar essa experiência do homem como ser finito a partir da morte de Deus, nesse mesmo texto, Foucault relaciona a transgressão e o limite com a sexualidade, ressaltando a importância de Sade no desenvolvimento do tema na linguagem literária:

O que caracteriza a sexualidade moderna não é ter encontrado, de Sade a Freud, a linguagem de sua razão ou de sua natureza, mas ter sido, e pela violência dos seus discursos, “desnaturalizada” - lançada em um espaço vazio onde ela só encontra a forma tênue do limite, e onde ela não tem para além nem prolongamento a não ser no frenesi que a rompe. Não liberamos a sexualidade, mas a levamos, exatamente, ao limite: limite de nossa consciência, já que ela dita finalmente a única leitura possível, para nossa consciência, de nossa inconsciência; limite da lei, já que ela aparece como o único conteúdo absolutamente universal do interdito; limite de

nossa linguagem; ela traça a linha de espuma do que é possível atingir exatamente sobre a areia do silêncio. (FOUCAULT, 2009a, p. 28)

O que a linguagem diz, ou melhor, pode dizer da sexualidade, desde Sade, não é a linguagem de origem antropológica reveladora do segredo natural do homem, mas a ausência de Deus. O *status* que a sexualidade ganhou nas culturas de estabelecer os limites de todas as decisões, segundo Foucault, pode consistir o vínculo que a liga à morte de Deus: “a palavra que demos à sexualidade é contemporânea no tempo e na estrutura daquela pela qual anunciamos a nós mesmos que Deus estava morto”. (FOUCAULT, 2009a, p. 29)

Essa morte anunciada despontou uma nova experiência das sociedades em relação à sexualidade e à linguagem. O *reino do limite do ilimitado* compreendia uma experiência completamente exterior, na qual o limite era determinado pela exterioridade representada por Deus, o infinito. A Palavra que vem de fora, ou seja, a palavra divina era o que limitava a experiência. Com a morte de Deus, a experiência na contemporaneidade não é mais limitada por essa palavra exterior ao ser da linguagem. Instaura-se o vazio da linguagem que, agora, ela por ela mesma determina seu limite e passa a ser uma repetição, uma dobra, uma reduplicação sobre ela mesma, pois a linguagem se atualiza no movimento inabalável de repetir-se para não morrer. Por isso, o ser da linguagem enuncia uma experiência moderna denominada o *ilimitado do Limite* (FOUCAULT, 2009a). O aparecimento do ser da linguagem é, por assim dizer, o desaparecimento do sujeito; quem fala é a palavra, a linguagem, o discurso e não o homem:

A linguagem, sobre a linha da morte, se reflete: ela encontra nela um espelho; e para deter essa morte que vai detê-la não há senão um poder: o de fazer nascer em si mesma sua própria imagem em um jogo de espelhos que não tem limites. No fundo do espelho onde ela recomeça, para chegar de novo ao ponto onde chegou (o da morte), mas para afastá-la ainda mais, uma outra linguagem se mostra - imagem da linguagem atual, mas também modelo minúsculo, interior e virtual. (FOUCAULT, 2009b, p. 48)

Sem o infinito de Deus, o homem encontra sua finitude. Entretanto, esta experiência do limite, que surge na própria experiência, é ilimitada, ela é o próprio ato de transgredir, isto é, a literatura passa a ser um ilimitado movimento de transgressão do limite. Foucault declara que “a morte é, sem dúvida, o mais essencial dos acidentes da

linguagem (seu limite e centro)” (FOUCAULT, 2009b, p. 49) e é aí que a literatura – saber moderno – encontra possibilidade de existência, quando a linguagem infinita (do divino) esmaece e o ato de escrever se volta para a própria literatura, como repetição do que foi dito para, definitivamente, transgredí-lo. Desaparece o homem, pois o ser da linguagem manifesta a si mesmo.

Morre Deus e com ele a verdade e o modelo absoluto que toda a escrita deveria representar. Desse vazio, nasce a literatura, cuja linguagem é um retorno às palavras já ditas na história, espaço definido pela biblioteca, as quais a escrita deve repetir para libertar outras palavras, repetição infinita. O ser da linguagem literária não se volta ao sujeito ou ao objeto, manifesta-se num movimento reflexivo, pois tem o poder de falar da própria linguagem, escrita de sua própria existência, reduplicação da linguagem que, “mesmo quando ela é secreta, é constitutiva do seu ser como obra” (FOUCAULT, 2009b, p. 50). Mais uma vez, Foucault mostra o poder do discurso literário de ir contra os limites. Contra a morte, a literatura luta com seu próprio ser e cria “de fora” de todos os outros discursos a experiência que pode libertar o sujeito. Diz o filósofo, “nessa linguagem, a pretensão de dizer tudo não é apenas a de transpor os interditos, mas de ir até o extremo do possível” (FOUCAULT, 2009b, p. 53)

A literatura que “não é exatamente nem a obra, nem a linguagem”, mas “o vértice de um triângulo por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem” (FOUCAULT, 2000b, p. 140) se estabeleceu, desde seu aparecimento na modernidade, em quatro figuras:

Se, portanto, tivéssemos de caracterizar o que é a literatura, teríamos a figura negativa de transgressão e do interdito, simbolizada por Sade, a figura da repetição contínua, a imagem do homem que desce ao túmulo com o crucifixo na mão, desse homem que só escreveu do “além-túmulo”, a figura da morte simbolizada por Chateaubriand, e finalmente, a figura do simulacro (FOUCAULT, 2000b, p. 149).

Ao lado das noções de transgressão e limite, da repetição contínua e da morte, já discutidas aqui, encontra-se, pois, a noção de simulacro completando o território no qual se constitui esse saber.

Ao discutir a interrogativa sobre o que é a literatura ou sobre o que constitui o seu ser, Foucault declara que “não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo ser da literatura” (FOUCAULT, 2000b, p. 147). Se a literatura não encontra

completamente nem obra e nem linguagem, sua essência não está na obra e Foucault discute essa distância em Proust, cuja linguagem, ora chamada “de sua obra”, ora chamada “literatura” não é nem uma coisa, nem outra, “mas uma espécie de espaço intermediário virtual, como o que se pode ver, sem jamais tocar” no movimento de sua repetição (FOUCAULT, 2001, p. 148). Esse espaço virtual, essa distância que se abre entre obra e literatura é o que Foucault designa simulacro, termo emprestado de Klossowski. A obra, que a modernidade diz estar nesses textos chamados de “literários”, e vice-versa, na verdade não está, embora ambas – literatura e obra – se cruzem, elas não se reconhecem por ser a obra esse “espaço de desdobramento” que apenas simula a essência literária. Ao pé do que diz a etimologia, Foucault explica que simular é “estar fora de si. Consigo, em um “com” no qual se cruzam as distâncias” (FOUCAULT, 2009c, p. 63).

É fundamental, pois, ressaltar o lugar que o discurso literário ocupa no pensamento foucaultiano dos anos 60 como possibilidade de resistência. A literatura não é considerada apenas o contrapé de todos os outros saberes, mas a própria transgressão dela mesma, a recusa da delimitação de toda tradição literária

(...) o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa. A literatura não é a linguagem se aproximando de si até o ponto de sua ardente manifestação, e a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma; e se, nessa colocação “fora de si”, ela desvela seu ser próprio, essa súbita clareza revela mais um afastamento do que uma retração, mais uma dispersão do que um retorno dos signos sobre eles mesmos. (FOUCAULT, 2009d, p. 221)

Quando Foucault estuda o “privilegio subversivo da Literatura” e sobre ele teoriza, deixa-nos perceber sua busca por um discurso que não seja repetição de uma ordem, mas que numa dimensão “do fora”, na criação de uma linguagem fora da ordem vigente, que é a literatura, o indivíduo possa ter a possibilidade de resistência e subversão diante de outras possibilidades de posições que ele pode assumir no discurso. A transgressão não é a violência sobre o limite, não poderia ser porque ambos só existem em relação, de modo que um não é sem outro. Transgredir é deslocar e, por conta disso, o indivíduo pode ser outro, pois pode assumir outras posições na sociedade da ordem cada vez que a transgressão expande um limite. E faz irromper novas e outras possibilidades. Nesse

momento, a resistência, para Foucault, acontece fora das grades dos saberes que objetivam o homem. Resistir, transgredir os limites não é violentar os saberes, mas deslocar as posições do território que ocupavam antes, mesmo que depois elas sejam novamente capturadas.

2.1 A literatura como *linha de fuga e máquina de guerra*: do sujeito à vida

Foucault atribui ao ser da linguagem literária as figuras do simulacro (distância), do vazio, da repetição e da transgressão, ou seja, exterioridade. Caracteriza esse ser como sendo intransitivo, mas nos desdobramentos de seus estudos, sua concepção sobre o discurso literário sofreu torções.

Ao ampliar a análise dos *regimes de discursividade* por meio da descrição arqueológica, para a análise de uma genealogia que investiga as condições de possibilidade em que podem aparecer os saberes em suas relações com o poder, além das condições históricas, Foucault analisa as condições econômicas e políticas dos discursos, seus caminhos, pois galgam do literário ao político. Na genealogia, o interesse de Foucault pelo que faz aparecer o sujeito - ou as posições sujeito - em cada época, recebe do poder o caráter que vai estabelecer de vez o discurso enquanto prática. O teórico procura mostrar como o poder político relaciona-se com o saber e faz emergir efeitos de verdade e, num mesmo jogo, as verdades originárias de um saber fazem de uma prática discursiva uma questão de poder.

Em 1977, o texto *A vida dos homens Infames*, na linha do projeto que sempre colocou em questão a vida dos marginais desde a *História da Loucura*, dedica-se às cartas régias com ordem de prisão, as chamadas *lettres de cachet*. Nesse texto, Foucault confessa: “essas ‘notícias’ surgindo de repente através de dois séculos de silêncio, abalaram mais fibras em mim do que o que comumente chamamos literatura” (FOUCAULT, 2003, p. 204). A literatura perde, antes até de tal trabalho, o *status* que obtinha no pensamento do filósofo enquanto discurso privilegiado de resistência. Foucault vai buscar o *indizível* das vidas marginais no fio discursivo mais cotidiano, no atravessamento discursivo conduzido pelo poder que toca a vida mais breve trazendo-a a luz: o poder encontrando o sujeito.

A resistência à objetivação dos saberes pensada a partir do poder reconduz Foucault à interioridade dos próprios saberes e dos poderes. A constituição dos sujeitos na contracorrente das ordens vigentes não acontece em um objeto “de fora”, a própria

resistência não pode acontecer fora das malhas do poder. A subversão da ordem é possível na medida em que o sujeito é capaz de uma re-subjetivação, devido a essa característica implacável do poder de ser, no micro, exercício de uns sobre os outros. Se o poder se exerce sobre sujeitos livres “que possuem diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas” (FOUCAULT, 1995, p. 244) podem ser ocupadas, é indissociável desse exercício a re-apropriação da experiência de si mesmo por processos de subjetividade:

O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. (FOUCAULT, 2003, p. 219)

Ao lado dessas instituições, dos mecanismos de controle associados aos processos de subjetivação, Foucault vai colocar, agora, a literatura. No decorrer do tempo, seus estudos foram desvelando a criação de diversos procedimentos de controle relativos à sexualidade na sociedade moderna que, primeiramente, é concebida como organizadora dos discursos, aquela que traceja os limites do que pode ser dito; mais tarde e mais especificamente quando teoriza sobre o governo dos corpos coletivos e individuais a partir da *biopolítica* e do *biopoder*, suas análises apontam para a irrupção de procedimentos que incitam o sujeito a colocar a sexualidade em discurso, produzir sobre ela um discurso de verdade. Da mesma forma, a literatura foi incorporada aos mecanismos de controle e, de “contradiscurso” da resistência, passou a ser ordenada em função das formas de confissão.

A literatura, portanto, faz parte desse grande sistema de coação através do qual o Ocidente obrigou o cotidiano a se pôr em discurso; mas ela ocupa um lugar particular: obstinada em procurar o cotidiano por baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se pôr fora da lei ou, ao menos, a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. Mais do que qualquer outra forma de linguagem, ela permanece o discurso da “infâmia”: cabe a ela dizer o mais indizível – o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o descarado. A fascinação que a psicanálise e a literatura exercem uma sobre a outra, há anos, é, neste ponto, significativa. Mas não se deve esquecer de que essa posição singular da literatura não é senão o efeito de um certo dispositivo

de poder que atravessa no Ocidente a economia dos discursos e as estratégias do verdadeiro. (FOUCAULT, 2003, p. 221 e 222).

Como podemos notar, Foucault não nega completamente o caráter transgressor da literatura, porém há nela o controle para estabelecer a verdade segundo o/s regime/s vigente/s da época, fazendo falar o marginal, o pior, o indizível, colocando em discurso tais segredos para, muitas vezes, fazer confessar o discurso da *infâmia* em subordinação ao político e ao econômico e, como ele mesmo aconselha, não se pode perder isso de vista. Porém, justamente por esse discurso criar formas inéditas³ e essa relação do discurso literário com outros ser uma relação de poder é que nos inquieta o aspecto que a literatura tem de fazer irromper em certas obras algo que pareça ser um passo na direção da liberdade. Dito de outro modo, o poder que tem a literatura de fazer o sujeito, no encontro com o ser simulacro, conduzir-se a uma **autointerpretação de si**. É necessário que nos expliquemos melhor sobre isso.

Recorremos ao grande filósofo e pensador, contemporâneo e interlocutor de Michel Foucault, Gilles Deleuze que também privilegia a literatura em seus estudos, muitos deles em parceria com Guattari, de modo que em alguns momentos seus pensamentos se encontram. Se para Foucault a questão central era o sujeito, para Deleuze era a vida; a vida é o fio condutor de sua produção em relação à literatura. De um lado sujeito; do outro, vida; a questão em comum a ambos era, então, a da produção de subjetividades.

Com relação à literatura, Deleuze a concebe como um devir, um tornar-se sempre outra coisa. A escritura não é o autor e nem a obra, escritura não é um produto

Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relação de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política, etc. (DELEUZE, 1992, p.17).

Deleuze anuncia que a literatura não é o resultado do que produz uma intelectualidade ou talento transcendental da arte de escrever, não é uma questão de forma, mas de vida, de produção histórica que faz do escritor um ser social que “inventa agenciamentos a partir de agenciamentos que o inventaram” (DELEUZE; PARNET, 1998,

³ Devido a sua aproximação com a loucura, a literatura transgride as regras e as interdições da linguagem comum, produzindo formas não previstas tanto na estrutura lingüística quanto nas interpretações.

p. 65 *apud* BENATTE, 2012, p. 92). Agenciamento coletivo de linguagem enquanto prática social, mais especificamente, prática de luta, de resistência, portanto, o escritor está ao lado dos marginais, das minorias com as quais ele conjuga agenciamentos: “escrever não tem outra função: ser um fluxo que se conjuga com outros fluxos – todos os devires - minoritários do mundo”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 63 *apud* BENATTE, 2012, p. 92). Tal concepção de literatura e de escritor não pode ser confundida com a figura do autor e da literatura enquanto instituição tal qual teoriza Foucault em *O que é o autor?* (1969). Na passagem do século XVIII para o século XIX, desponta essa figura como unidade fundamental a quem se atribui um discurso, esse fenômeno é efeito do exercício do poder que buscava, “na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores” (FOUCAULT, 1992), controlar e restringir. O discurso literário passa a integrar um “regime de propriedade”, um produto de pertencimento a um autor submetido a coerções diversas (exigências do mercado, regras de publicação e reprodução, direitos autorais, reconhecimento da academia etc.) que passa a praticar *sistematicamente a transgressão*. Em virtude da propriedade, a literatura é capturada e o perigo da escrita transgressora passa a existir em próprio benefício de tal regime. Nesse sentido, a concepção deleuziana nos provoca a pensar a literatura para além desses blocos homogêneos, propondo o caminho inverso: ao invés de olhar a literatura como produto do passado (tal qual a tradição), olhá-la como um fluxo para o devir.

Se escrever é confrontar os controles, trata-se, então, de traçar *linhas de fuga* (DELEUZE; PARNET, 1998, p.56 *apud* BENATTE, 2012, p. 93). A literatura como fluxo que se conjuga com outros é, pois, uma relação entre fluxos, relações com e entre as práticas que constituem a sociedade, relações de força que fogem aos mecanismos de controle, fluxo que não pode ser completamente bloqueado pelos dispositivos que colocam a escritura submetida ao modelo do cânone, das formas reconhecidas pela academia e da mercadoria exigida pelo econômico. Ao traçar linhas de fuga, pela intensidade dos fluxos que a literatura pode alcançar, pela questão mesmo das relações de poder estabelecidas entre ela e outros fluxos, escapa às capturas de tais dispositivos. Na concepção deleuziana, mesmo que, nessa relação de forças, a literatura venha a ser capturada por tais limites, ela é a própria ruptura dos discursos dominantes, constitui-se exatamente no caráter de ser a linguagem que sempre estabelece rupturas, está no devir, no deslocamento, na desterritorialização e reterritorialização ao mesmo tempo.

Disso, podemos constatar que Foucault e Deleuze nos provocam a pensar o poder se exercendo na linguagem e, ao olhar para a literatura, ambos – pelo menos por um período, no caso de Foucault - a concebem como ruptura e transgressão, ao passo que Deleuze, caminhando mais a fundo nos estudos sobre literatura, introduz o conceito de *máquina de guerra*. A ordem, os dispositivos, o Estado, a economia estão sempre por impor limites, capturar, sobrepor sua força sobre as máquinas de guerra que, por sua vez, são justamente sua resistência, não se submetem por completo. Mais uma vez, é necessário que se esclareça essa relação de forças não como violência, as *máquinas de guerra* “não seriam definidas de modo algum pela guerra, mas por uma certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12 *apud* BENATTE, 2012, p. 94).

A questão da *máquina de guerra* é, nesse sentido, a da exterioridade ao aparelho do Estado. Há sempre resistência. Há sempre um fora das estratificações. Há sempre aquilo que não se deixa capturar inteiramente, um fora que, mesmo capturado, não pode ser reduzido completamente aos procedimentos das instituições e isso a história nos mostra mais quando, enquanto disciplina e instituição, tenta não contar ou contar o que não se aprisiona sob as máscaras da violência e do terrorismo. No entanto, uma resistência/transgressão/ruptura de uma coletividade, como já foi dito, não se reduz por completo ao poder do Estado, pois sua relação é com a *máquina de guerra*. Isso porque, a *máquina de guerra* extrapola o poder bélico do qual o Estado depende, sua relação é com a multiplicidade e a potência de uma coletividade em ser nômade, que se move não pelo encaixe aos modelos, mas pelo abalo destes. Por isso sua relação com a literatura. Enquanto a máquina estatal tenta se apropriar das *máquinas de guerra*, a literatura se integra a elas como *linha de fuga*, aliás, a *máquina de guerra* se faz na composição de diversas *linhas de fuga*. Ela está exatamente nesse poder que um agenciamento coletivo tem de estabelecer conexões, não obstante, quando uma minoria desponha resistências, é possível que se perceba algumas das linhas sobre as quais se compõe sua organização - o que reitera seu caráter nômade – e, muito do que escapa ao Estado, se organiza sob um fluxo literário.

Nessa perspectiva, quando um fluxo de escrita literária, na relação de forças, consegue transpor limites, ou seja, escapar aos limites tracejados pelas formas e regras linguageiras, bem como às coerções econômicas, do Estado, dos mecanismos de poder como um todo - ou ao que Foucault chamou de ordem - institui-se em uma *máquina de*

guerra, integra, portanto, uma questão política. A literatura é, nesse sentido, *linha de fuga* dentro da linguagem, mas sempre em direção à sua exterioridade, desse modo, quando escapa aos limites, conjuga-se em *máquina de guerra* e desloca, produz dessubjetivação, fazendo irromper novas possibilidades de vida. A resistência da *máquina de guerra* contra as forças que jogam ao limite da infâmia é justamente essa capacidade de criar “programas de vida”, possibilidades novas de existência: subjetividades. *Linha de fuga* é o entrar em relação com a exterioridade e a literatura possui o privilégio supremo de, nessa transgressão, fazer a linguagem abalar-se em torno de seus eixos. A literatura é uma experiência possível à vida, a toda a vida: para o escritor, que produz a estilística de sua existência e para os sujeitos que se interpretam na arte em busca de novas possibilidades de viver. “O estilo, num grande escritor, é sempre também um estilo de vida, de nenhum modo algo pessoal, mas a invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência.” (DELEUZE, 1992, p.126).

A literatura, em Deleuze, apontando para a exterioridade, buscando escape, é a ruptura que possibilita novas experiências da linguagem (*linha de fuga*) e quando a arte encontra a vida, capta sua imanência que, contra as potências das ordens estabelecidas, possibilita novas experimentações (*máquina de guerra*). O encontro da arte com a vida, julgamos ser o ponto onde Deleuze faz a exterioridade – o fora da linguagem e do limite - entrar em relação com a interioridade – a experiência da vida dentro mesmo das relações de força. É precisamente a questão da subjetivação e da subjetividade que levará Foucault a pensar a liberdade não mais *fora* das grades dos saberes e dos poderes, no escape “limpo” à objetivação, mas nas possibilidades de resistência dentro das relações de força.

Quando o poder toca a vida e o sujeito, a luta é para o estabelecimento de estilos de vida, de administrá-la, de criar-lhes programas, agenciamentos. Essa perspectiva em ambos os autores relaciona-se necessariamente à questão da *ética* e da *arte*. Uma subjetividade se dá num processo que expõe à luta contra os códigos dominantes, contra a ordem que busca destruir, mas também se dá na proteção do ser em uma relação positiva consigo mesmo por meio de técnicas das quais se apropria. Nas redes dos saberes e poderes que objetivam os sujeitos, produzindo modos de subjetivação sobre eles e suas vidas, o espaço de liberdade está na constituição do ser criando sua própria existência como a uma obra de arte. Foucault diz:

“no curso de sua história, os homens não cessaram jamais de se construírem, isto é, de deslocar continuamente a sua subjetividade, de se constituir em uma série infinita e múltipla de subjetividades diferentes e que jamais teriam fim e não nos colocariam jamais em face de alguma coisa que seria o homem”. (FOUCAULT, 1980, *apud* REVEL, 2014, p. 66).

É o poder pensado como um exercício, em seu aspecto político, e a ética em relação à constituição do sujeito e de sua vida pelos processos de subjetivação discutidos pelos interlocutores Deleuze e Foucault, que pensamos a possibilidade do ser da literatura tocar a interioridade. Se o discurso literário precisa do aval do mercado e da academia para que ao texto literário se agregue o valor literário, ou seja, seu próprio reconhecimento enquanto literatura, é nesse aspecto político do discurso que a literatura encontra a possibilidade de transgressão dentro desse campo mesmo de reconhecimento acadêmico e mercadológico, pois, como *linha de fuga*, o discurso literário encontra possibilidade de transpor o limite do saber que o reconhece como literário e do poder que o faz entrar em discurso ao mesmo tempo em que o institui como privilegiado cânone, clássico, sagrado cada vez que conjuga com outros fluxos e cava espaços de liberdade aos sujeitos que, no encontro com o ser simulacro produzem a si, apropria-se de si mesmo e, no limite de uma *linha de fuga*, no delírio do ser da literatura, moldam estilos de vida.

2.2 O ser da literatura infantil

“Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de dismantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar” (Michel Foucault, 2003, p. 220).

Iniciamos a discussão sobre o *ser da literatura infantil* no cerne dessas palavras de Michel Foucault – em *A vida dos homens infames* (1977) – para assinalarmos os processos históricos que engendraram a literatura infantil no Ocidente, ou seja, as condições nas quais emergiu, foi e é possível tal discurso, que, desde sua origem, sofre interdições por um lado e, por outro, é incitado à produção no jogo das relações de poder.

Coito, no texto *A literatura infantil na(s) sociedade(s): os discursos da periculosidade da arte* (2006), discute sobre os saberes que atravessaram discursos sobre e

da literatura infantil em diferentes sociedades através dos tempos e promove, assim, uma reflexão que nos encaminha a algumas considerações sobre o lugar que ocupa a literatura infantil hoje e o que constitui o seu ser. Vemos, nesse texto, que desde Sócrates e depois Platão, a escrita literária destinada às crianças deveria passar pela censura da instituição familiar e do Estado, por serem – os jovens, assim como os incultos – mais suscetíveis que os adultos diante do poder de sedução que o artístico, principalmente o literário, possui.

A partir dos estudos de Zilberman e Cademartori, Coito (2006) relata que a cultura ocidental herdou dos gregos a visão de que a literatura infantil deve ser “gerenciada”, visto a periculosidade desse discurso poderoso, e por isso já surge sob a vigilância e a coerção institucional. Ampliando a investigação histórica da literatura infantil para a própria constituição do ser da literatura infantil, a autora analisa os procedimentos de controle, na perspectiva foucaultiana, que atravessam esses discursos da e sobre a literatura destinada à criança. Antes, porém, de discutirmos esses procedimentos de controle, assim como Coito, recorreremos às duas autoras, no livro *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação* (1984), pois se faz necessário uma atenção maior às condições em que o discurso literário infantil irrompe no século XVIII.

A emergência da literatura infantil “deveu-se antes de tudo à sua associação com a pedagogia, já que as histórias eram elaboradas para se converter em instrumento dela” (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 03). Com a ascensão da burguesia, um novo *status* é concedido à infância e, conseqüentemente, a sociedade e a escola se reorganizam. Essa absorção da literatura infantil pelas instituições pedagógicas fez com que, já em sua origem, ela não recebesse estatuto artístico ficando de fora do “reduto seletivo da literatura” (idem, p. 04).

Destarte, a emergência da literatura infantil se dá juntamente com a emergência do conceito de infância e com o novo conceito de família, sobretudo, em decorrência da emergência de uma nova ordem social. Chegado o fim da Idade Média, com ela caía o sistema de linhagens e o poder do soberano; o próprio corpo familiar passa a ser responsável pela sua preservação: tanto a vida da família burguesa deve ser garantida, quanto a vida da família pobre, para a garantia do próprio sistema:

“[...] o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo [...] foi nada menos do que a entrada da vida na história – isto é, a entrada de fenômenos próprios à vida da espécie humana na

ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 1988, p.133).

O que Foucault discute na citação acima está estreitamente ligado ao que Zilberman e Cademartori explicitam sobre a função da literatura infantil desde o seu surgimento: constituiu-se em um mecanismo de valorização e preservação da vida infantil – que antes era ameaçada pelo abandono dos pais e pela mortalidade nos primeiros anos – e da vida da família nuclear doméstica. (1984, p. 11). Tal saber ocupou, sobretudo, o lugar do ensino tornando-se uma prática discursiva ainda mais eficaz na dominação dos mais jovens do que o próprio discurso escolar. As autoras explicam o porquê:

De um lado, percebida sob a ótica do adulto, desvela-se sua participação do processo de dominação do jovem, assumindo um caráter pedagógico, por transmitir normas e envolver-se com sua formação moral. De outro, quando se compromete com o interesse da criança, transforma-se em um meio de acesso ao real, na medida em que lhe facilita a ordenação de experiências existenciais, através do conhecimento de histórias, e a expansão de seu domínio lingüístico (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 14).

O discurso literário infantil, nesse sentido, não assume caráter propriamente literário, já que é atravessado pelo saber pedagógico em nome do exercício do poder de dominar os mais jovens e administrar-lhes seus corpos e gerir-lhes a vida por meio do que Foucault chamou de *técnicas políticas*. O nascimento desse modo de *governabilidade*, ou seja, de uma *biopolítica* que opera em técnicas que visam exercerem-se sobre os corpos dos indivíduos, se dá de maneira a tornar-lhes prontos a receberem disciplinas. À disciplinarização dos corpos individuais, integram-se os *biopoderes*, que se exercem no sentido do controle das populações por meio de dispositivos como a pedagogia e a sexualidade, por exemplo. Assim, potencializa-se a produção e docilização tanto dos corpos individuais, quanto dos coletivos.

Retomemos a questão da coerção e da vigilância. Como já apresentamos aqui, prender o discurso literário nas grades do discurso pedagógico e moralizante se deu por conta da periculosidade que existe nos efeitos de sedução do texto artístico voltado para as crianças. A saída foi, então, rebaixar o *status* e retirar o aspecto artístico da literatura infantil. Para isso, procedimentos se dão por meio de coerções externas e internas dos

discursos para controlar-lhes seus poderes e perigos. Coito discute tais coerções externas apresentadas por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1970):

Em sua reflexão sobre a exclusão, arrola Foucault três procedimentos: *a palavra proibida* (aquelas que se referem à sexualidade – o discurso não apenas revela o desejo mas é o objeto do desejo - e à política – que é o que nos ensina o discurso da história que não apenas traduz as lutas ou os sistemas de dominação mas o porquê, o que pelo quê lutamos, o poder que desejamos), *a divisão da loucura* (a qual o discurso só tem aceitação se se apresentar como “verdade mascarada”, ou seja, no campo das artes) e a qual rastreia os procedimentos da palavra proibida e da divisão da loucura, ou seja, a *vontade de verdade* é aquela que estabelece o verdadeiro e o falso (COITO, 2006, p. 209 - grifo nosso)

Desse modo, a literatura infantil tal qual se constituiu desde sua origem “instituiu-se como uma vontade de verdade entre outras verdades, não apenas sendo uma instituição, mas apoiando-se em suportes institucionais” (COITO, 2006, p. 209), moralizando, dominando, disciplinarizando, estabelecendo técnicas, organizando corpos coletivos e individuais, enfim, tanto exercendo como sofrendo poder de coerção, como argumenta Coito. Zilberman e Cademartori falam da qualidade dada à literatura para crianças e sua relação direta com tal público: “a menoridade, a inferioridade e o estágio de ‘ainda não’ literatura” (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 18). Outro aspecto é a interdição que os textos literários sofrem em relação ao verismo, privando a criança do realismo em detrimento da fantasia⁴ o que, possivelmente, contribui para o seu desprestígio no campo artístico (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 15 e 16). Além disso, a lenta transformação das técnicas e recursos dessa literatura mostra a disparidade dela em relação às outras artes (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 15) destinadas aos adultos, essa demora atribuímos também à vigilância e coerção. Por outro lado - exercendo poder de coerção – a literatura infantil é “assinalada pela banalidade dos temas, a fixação de estereótipos humanos e a veiculação de comportamentos exemplares” (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 03). Entre outros aspectos, podemos compreender que a

⁴ Zilberman e Cademartori reconhecem a importância da fantasia na literatura infantil e explicam que “é um importante subsídio para a compreensão do mundo por parte da criança: ela ocupa lacunas que o indivíduo necessariamente tem durante a infância... porém, na mesma proporção, a fantasia pode tomar a configuração do sonho, enquanto um desejo insatisfeito que se realiza apenas de modo reparatório. É esta significação que o ente maravilhoso, presente no conto de fadas, pode corporificar: representará o adulto onipotente, aliado e bom, que soluciona o problema maior do herói, de modo que este se sujeita à dominação do outro, sem questionar de onde vem seu poder ou quem o delegou a ele (1984, p. 16).

palavra proibida para a criança – o realismo - é justamente aquela que será capaz de lhe promover emancipação; ao passo que até certo ponto, a palavra da loucura (do maravilhoso) pode se apresentar, desde que a verdade seja mascarada em nome de dado modelo de comportamento.

A literatura infantil enquanto um saber que irrompe sob as condições apresentadas aqui chega à atualidade com *status* ainda parecido, claro que, como uma “vontade de verdade entre outras verdades” ela é reconduzida pela maneira como esse saber é “aplicado... como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p. 17) em nossa sociedade. O discurso literário infantil, objeto do desejo e do poder da sociedade burguesa, apoiou-se na família e na escola, porém também viveu os efeitos da industrialização e seus textos ganharam produção em série; em decorrência disso, passou a apoiar-se também nas instituições econômicas e a produção, edição e distribuição de livros impulsionaram a formação do que hoje se conhece como cultura de massa. A produção de tal discurso, nesse sentido, é incitada, o poder o faz falar cada vez mais e para mais corpos individuais e coletivos, pois, como já dissemos aqui, o poder é produtivo por se exercer sobre os corpos para que estes sejam também produtivos. Porém, fora do campo mercadológico, o texto literário infantil continua enfrentando interdições, pois o poder também é olho e orelha:

Além disso, não se fala, ou se fala não falando, sobre as exclusões de determinados documentos em detrimento de outros, como é o caso do gênero Literatura Infantil, que para muitos não é considerada literatura e por isso não entra no cânon literário e nem se estabelece, de fato, uma crítica específica (COITO, 2003, p.109)

Pensemos esse lugar de minoridade, coagido, interditado e não artístico da literatura infantil – de não literatura para muitos como acima explica Coito - ter se mantido até os dias de hoje a partir das considerações de Michel Foucault: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014, p. 09 e 10). Essa aparência de minoridade do discurso literário infantil revela, pois, como já discutimos aqui, o poder desse discurso e como tal foi e é desejado pela vontade de verdade das sociedades através dos tempos devido a sua importância na ordem dos saberes e poderes da sociedade de controle, pois, sobrevive na linha tênue do perigo e da dominação, portanto,

do futuro da vida da sociedade e da manutenção (ou não) de sua ordem de acordo com o público ao qual é destinado.

Segundo Coito (2003), exatamente porque a criança é “um indivíduo também histórico, social e cultural, inserido num contexto concreto, não podemos descartar os discursos que a ela – sujeito – são destinados...” (p. 112). No texto intitulado *Uma leitura inquieta: o leitor infantil nos mistérios de Clarice Lispector*, a autora problematiza o cânone da literatura brasileira que se institui como o verdadeiro da época e “exclui as irrupções e que coloca à margem da sociedade textos, obras e autores” (p. 107) que não se encaixam nessa *prodigiosa maquinaria*. Isso mostra que a literatura infantil institucionalizada, tomada como mecanismo de poder, no mínimo recai em duas consequências: ou ela é feita para pedagogizar em massa ou ela é interditada pelo cânone. Porém a luta não é para que a literatura infantil entre na ordem do verdadeiro e seja reconhecida pelo cânone simplesmente, mas é para que não sejam “descartadas” as obras que contornam esse verdadeiro, obras que estão jogadas fora da margem do limite aceitável pela instituição exatamente porque são transgressoras, como é o caso das obras de Lispector destinadas ao público infantil e que são objeto de estudo da autora. A questão para Coito é, nesse sentido, também a do sujeito, mais especificamente o sujeito leitor criança, como podemos ver na continuação da citação que introduzimos esse mesmo parágrafo: “(...) não podemos desconsiderar o como e o porquê alguns discursos produzidos criam imagens tão deficientes do que seja o leitor-enunciário criança, discursos esses que formarão sua memória discursiva” (2003, p. 112).

Eis, pois, outra questão que se apresenta nesse estudo e que nos parece permear também os estudos de Coito – assim como de Zilberman e Cademartori, enfim, de todos que se ocupam em pensar o discurso literário infantil fora do limite doutrinário: não se trata de uma (ou não se trata primeiramente disso) (re) definição do que é literatura infantil para, a partir disso, estabelecer-se uma (re) organização na própria instituição e naquelas em que se apoia. Mas “no entendimento desse complexo ser da literatura” (COITO, 2003, p. 14), compreender que nele há arte, que este ser coloca em questão a verdade que o interdita, que é transgressor e nele o sujeito encontra possibilidades mais livres de estilos de vida, ou seja, não está completamente submetido ao verdadeiro da época de modo que já não cabe mais chamar-lhe “menor”.

Ora, o que nos revelam os estudos de Coito sobre a obra literária infantil de Lispector (2003), assim como (sob outra perspectiva que não a discursiva) os estudos de

Zilberman e Cademartori sobre obras “renovadoras” como as de Monteiro Lobato, Fernanda Lopes de Almeida, Wander Piroli, Lygia Bojunga Nunes (1984) – entre tantos outros - é a inquestionável existência de obras que valorizam o mundo infantil, que são capazes, assim como a “outra” literatura (a do adulto), de criarem formas, também, linguísticas inéditas, ultrapassando o limite das regras languageiras.

Portanto, o ser da literatura infantil nos mostra o quão resistente a arte pode se apresentar. Mesmo sob coerção e vigilância - interditando em inúmeros aspectos o discurso literário infantil por um lado e, por outro, o incitando a falar, ou seja, a produzir práticas discursivas doutrinárias, configurando-se cada vez mais em um discurso capturado pelo mercado e pela cultura de massa, o que resulta na sua vasta produção e circulação - há, na contracorrente, a constante irrupção de textos que contrariam toda essa tradição, resistem aos códigos linguísticos instituídos e que destoam das exigências do mercado escapando à vontade de verdade e do controle.

O que Foucault apontou sobre o poder em *A vida dos homens infames* (pensamento que introduziu essa seção) é que, numa ordem historicamente determinada, ele pune e vigia, mas também diz as coisas do mundo colocando-as nessa ordem e delas construindo os saberes. É sob essa política que a literatura infantil ocupa seu lugar e encontra condições de existência, na tentativa da ordem em coagir para fazer falar na medida em que o poder toca a vida mais cotidiana. Mas “a literatura não consiste unicamente nessa grande política, nessa grande ética⁵ discursiva; tampouco se reduz inteiramente a ela!” (FOUCAULT, 2003, p. 221). A literatura infantil, enquanto arte, não se mostra inteiramente redutível às ordens, às regras, à banalidade, ao pedagógico e mercadológico, pois “a arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (DELEUZE, 1992, p.215).

Diante disso, a literatura infantil, ao longo dos séculos desde seu surgimento, no jogo das relações de poder, faz irromper seu ser simulacro, na descontinuidade da história e como resistência e transgressão, de forma diferente da literatura “do adulto” já que sofreu

⁵ Em *A vida dos homens infames* Foucault ainda não havia chegado aos gregos e romanos, de modo que a ética, para ele nesse momento, estava ao lado da moral, estabelecendo regras aceitas e partilhadas em uma dada sociedade, como podemos ver nessa citação de *Prefácio à transgressão*: “Essa existência tão pura e tão embaralhada, para tentar pensá-la, pensar a partir dela e no espaço em que ela abarca, é necessário desafogá-la das suas afinidades suspeitas com a ética. Libertá-la do que é escandaloso ou subversivo, isto é, do que é animado pela potência do negativo. A transgressão não opõe nada a nada, não faz nada deslizar no jogo da ironia, não procura abalar a solidez dos fundamentos; não faz resplandecer o outro lado do espelho para além da linha invisível e intransponível. É justamente porque ela não é violência num mundo partilhado (num mundo ético) nem triunfa sobre os limites que ela apaga (num mundo dialético ou revolucionário), que ela toma no âmago do limite, a medida desmesurada da distância que se abre neste limite e desenha o traço fulgurante que o faz nascer (FOUCAULT, 2009, p. 33).

de maneira diferenciada a economia dos discursos e as estratégias do verdadeiro. A “do adulto” contra as capturas da academia e a “da criança” contra as da pedagogia, ambas contra o mercado e os regimes da língua. O ser simulacro da literatura infantil é a possibilidade de uma mudança no estado das coisas ao constituir uma *linha de fuga* confrontando os dogmas, os estereótipos, ou seja, indo na contramão dos regimes políticos (*ética*) e linguageiros (*estética*) da própria instituição em que se estabelece e nas quais se apoia; sendo assim, *máquina de guerra* que contra uma atividade política também age politicamente. Nesse sentido, o sujeito criança cercado e delimitado pela história, no encontro com o ser simulacro, pode **autointerpretar a si** mesmo diante de novas e outras possibilidades de experienciar sua existência, escapando dos limites da ordem cujas opções de estilos de vida encontram-se em maior parte dentro de repetíveis estereótipos moldados segundo a moralidade desde o século XVIII. Deleuze comentando Foucault explica a constituição dos modos de existência se dar nesse entrecruzamento entre a *arte* e a *ética*:

“[...] a constituição dos modos de existência ou dos estilos de vida não é somente estética, é o que Foucault chama de ética, por oposição à moral. A diferença é esta: a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-as a valores transcendentais (é certo, é errado...); a ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica” (DELEUZE, 1992, p. 125 E 126).

Consideramos a **autointerpretação de si** como um passo a frente da leitura da obra, já que o ser simulacro não é o que mora nas palavras impressas no livro ou no discurso do autor. A **autointerpretação de si** se dá quando uma posição sujeito se vê diante da arte, ou melhor, quando uma posição sujeito se percebe diante de um espaço de liberdade pela potência de criação artística e da ética. Não que a **autointerpretação de si** já se constitua em uma subjetividade, pois produzir-se a si mesmo como a uma obra de arte exige a experiência, a prática de técnicas, lembremos que Deleuze atribui ao discurso literário a capacidade de integrar *máquinas de guerra* por seu caráter criador de novos espaços-tempos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12 *apud* BENATTE, 2012, p. 94), ou seja, subjetividade implica experiência e prática e, relacionada ao literário, *máquina de guerra*. A **autointerpretação de si** está, pois, além da leitura e anterior a uma subjetividade já estabelecida na experiência cotidiana; podemos dizer que para o fluxo da

escritura literária transgressora produzir agenciamentos de corpos coletivos ou individuais, tem, primeiramente, que encontrar a vida, uma vida que, na exterioridade das formações históricas, já é algo e está sempre em vias de se tornar outra coisa e tornar-se outro pode estar na possibilidade de interpretar-se como outro, tal possibilidade não está, pois, ligada a uma verdade que essa vida descobre em si mesma, mas exatamente no encontro com o ser simulacro.

3. E FORMA-SE UM OBJETO

Suspenso o lugar aparentemente tão sólido da literatura infantil enquanto menor e inferior, cremos também que cai por terra o “conforto” de se olhar para ela simplesmente como a produtora de “historinhas” para um sujeito menor, que seria a criança, e a fagulha que nos acendera diante de uma arte tão atravessada por coerções torna-se uma enorme chama que nos move a analisar esse discurso temível e perigoso, inapreensível em sua totalidade. Discurso heterogêneo materializado nos três livros que recortamos para a pesquisa, textos que produzem e circulam sentidos dispersos, mas que em cada personagem das quais tratam as três narrativas cintilou nosso interesse ao apresentar três meninas subversivas que nos despertaram o desejo de saber de que “linguagem” elas são feitas (Arte? Política? Transgressão?). Seria coincidência serem assim tão questionadoras da vida que levam, inquietas, contraventoras e serem todas **meninas**? No campo da análise do discurso, prontamente, respondemos que não. E, assim, delimitamos nosso objeto discursivo e nos propomos a investigar as relações dos enunciados que o compõem.

Aproveitamos para apresentar tal objeto: o modo como o discurso literário infantil, ao constituir miragens feministas e femininas, produz processos de subjetivação. As três obras que formam o *corpus* são: *Procurando Firme*, de Ruth Rocha (primeira edição em 1984), *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém (primeira edição em 2007), *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka (primeira edição em 2014). Esses textos fazem parte de um sistema que os amarram a outros textos, outros enunciados, outros saberes que ultrapassaram o tempo formando esse sistema de repetição que possibilita que se fale – de certas maneiras – do sujeito menina; sistema que permeia discursos do/sobre o feminino. A esse sistema de remissões de enunciados, Michel Foucault chamou de *formação discursiva*:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Às regras de formação que dão condições de existência “(mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento)” (FOUCAULT, 2008, p. 43) a esse sistema, essas repartições, estão submetidos elementos: objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas. Nesse capítulo, temos o ajetivo de descrever o primeiro desses elementos teorizados por Foucault: *a formação dos objetos* que se referem ao feminino para chegar à regularidade do nosso próprio objeto discursivo. Discutiremos a descrição da formação de diversos objetos que se referem ao feminino para chegar à regularidade do nosso objeto discursivo, ou seja, à formação discursiva à qual o objeto do discurso em questão se inscreve, bem como às suas condições históricas de aparecimento:

Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2008, p. 49 e 50)

Procurar a unidade do discurso literário constituindo miragens do feminino e do feminista nas materialidades às quais nos dedicamos, inevitavelmente nos leva à história das mulheres. Porém, quão longe possamos voltar, não chegaríamos a quem primeiro disse a uma menina: *é essa a mulher que debes te tornar!* Sistematizaremos caminhos históricos e teóricos dos objetos dos saberes da/sobre a mulher, não para descer-lhes ao “solo originário”, mas para estabelecer as relações que regem a dispersão desses objetos bem como suas relações com nosso próprio objeto discursivo (ao qual nos dedicaremos mais estritamente no próximo item), procurando, pois, “isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Ressaltamos que, para a análise do discurso, a linguagem não é a coincidente e natural representação da realidade e os objetos “não preexiste **(m)** a si mesmo **(s)**” esperando para serem descobertos (FOUCAULT, 2008, p. 58), portanto, descrever-lhes sua

formação em um discurso é identificar-lhes as próprias relações discursivas, as que estão no limite do discurso, nem completamente interna ou externas a ele e relacioná-los ao conjunto de regras que possibilitam que apareçam e se formem enquanto objetos, falados por sujeitos em determinada época e espaço. Vejamos como teoriza Foucault:

[...] (as **relações discursivas**) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2008, p. 51 e 52).

Partimos, pois, deste princípio: o discurso enquanto prática, caracterizado por um conjunto de regras próprias a ele é quem forma os objetos de que se fala. Diante disso, não seria mesmo o caso de voltar a quem primeiro ditou a conduta de uma menina para que se tornasse uma mulher – ou mais que isso, que se tornasse a mulher certa - e nem (re) estabelecer sob quais fórmulas estão ligadas as existências da menina e – diretamente a – da mulher, mas exatamente o contrário, mas de procurar desfazer os laços entre as palavras e as coisas e chegar aos conjuntos semelhantes ao regime dos objetos. É de suma importância ressaltar, ainda, que, formados os objetos, eles não pairam imóveis acima dos sujeitos como princípios ordenadores de condutas; se o discurso é prática, as práticas dos sujeitos é que os determinam, num constante efeito bumerangue.

Sob tal procedimento teórico-analítico, a partir de uma pluralidade de discursos dispersos no tempo, considerados na irrupção de seus acontecimentos e que se repetem, se transformam, esmaecem, (re) constituiremos **miragens femininas e feministas**.

3.1 O mundo está mais feminino

Se perguntarmos quem é a mulher na atualidade, sob qual luz ela pode ser dita ou dizer a si mesma, ou ainda, quais relações atuais o ser mulher estabelece com a vida, quais as lutas atuais da mulher com e pelo poder? Logo de saída, uma multiplicidade de miragens pode ser projetada mostrando o quão plurais são os modos de existência das mulheres hoje. Claro que o passado nos coloca a prova de que nunca existiu somente uma única possibilidade para ser mulher, mas, sem dúvida, esse mesmo passado nos mostra que a forma como a mulher foi representada e interpretada era muito mais limitada e

dependente da hierarquia masculina, de modo que hoje, dentre as rupturas com o passado, é possível dizer que uma das formas, para resumirmos em uma frase um tanto quanto breve, é a de que “o mundo está mais feminino”.

As mulheres, levantando problematizações nos campos da ciência, da política, social etc., questionaram o passado e criaram novas categorias de representações e interpretações do feminino e do masculino. Margareth Rago avalia o momento em que vive nossa sociedade:

Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a **cultura e a linguagem se feminizam**. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente. (RAGO, 1998, p. 10, grifo nosso)

No âmbito dessas transformações radicais de que fala Rago, concordamos com a autora que “com todas as suas dificuldades e limitações, o **feminismo** criou um **modo específico de existência**, muito mais integrado e humanizado” (RAGO, 1998, p. 10 - grifo nosso) e a história que nos cerca na atualidade tem nas práticas desse movimento muito do que nos dissipa de um outrora histórico um tanto mais cruel com as mulheres (um tanto mais invisíveis). Pagar ao feminismo tais tributos para tentar compreender forma/s de subjetividade das mulheres hoje, requer explicações e temos consciência disso⁶.

Primeiramente, qualquer pretensão de falar do feminismo deve considerar a heterogeneidade do movimento que se ramifica em uma diversidade de correntes e busca ser cada vez mais diversificado⁷ tanto quanto os modos de ser da mulher exigem. No

⁶ A exemplo de Margareth Rago nesse texto que aqui citamos intitulado *Epistemologia feminista, gênero e história* (1998), Teresa de Lauretis em *A Tecnologia do Gênero* (1987), Jane Flax em *Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista (ano)* e Joan Scott em *História das Mulheres (ano)*. Autoras e obras nas quais, entre outras coisas, pagam suas explicações à história, à filosofia, à teoria política e demais ciências humanas sobre as influências do feminismo na ruptura dos modelos hierárquicos da ciência, política, trabalho, linguagem, etc. As mesmas ainda argumentam que os pesquisadores homens nunca tiveram que explicar os efeitos de suas perspectivas masculinas na realização de seus estudos.

⁷ Podemos citar os “principais” feminismos: interseccional, negro, radical, marxista, anarquista e transfeminismo. A possibilidade de se identificar com mais de uma vertente é uma realidade entre grande parte das feministas que podem lutar pela questão da raça e da homossexualidade e assim se inscrevem no interseccional e no negro, por exemplo. Há ainda a possibilidade da feminista não se inscrever em nenhuma dessas vertentes, como acontece, muitas vezes, com a mulher do campo, principalmente no Brasil, que milita pelas questões de gênero e da terra e é nessa perspectiva que se definem feministas, não se autodenominando marxista ou anarquista. Essas são algumas das motivações pelas quais optamos por não abordar o feminismo

entanto, há permanências que atravessam todas essas correntes e que fazem com que o feminismo demarque seu espaço na ontologia e epistemologia estendendo-se ao social e político ao lado de outras teorias: destacamos a questão do gênero. A partir disso, a crítica e a autocrítica feminista questiona e questiona-se se há a possibilidade de “entender e (re) constituir o eu, gênero, conhecimento, relações sociais e cultura sem recorrer a modos de pensar e de ser lineares, teleológicos, hierárquicos, holísticos e binários” (FLAX, 1991, p. 218). O que tentaremos formular aqui são alguns apontamentos de amplas discussões e teorizações de produções feministas sobre essa questão, diante de sua complexidade e impossibilidade de resposta única e definitiva.

A partir da década de 60, amplia-se e toma força o pensamento pós-moderno que questiona a racionalidade e critica o sujeito. Como já mencionamos no capítulo anterior, nomes como Foucault e Deleuze, ao lado de Derrida e outros atuam em seus estudos que desestabilizam e rompem com modelos dominantes de produção do conhecimento científico e das verdades universais. Contra, principalmente, a racionalidade burguesa ocidental, nesse campo favorável em que se encontravam as críticas - teórica, epistemológica, social e política – impulsionadas também por revoluções que se desencadearam em todo o mundo, o feminismo também ganha força ao questionar as categorias dominantes que até então não pensavam ou muito pouco pensavam nas implicações do gênero na formação das verdades universais.

Particularmente, quando Michel Foucault conceitua a noção de *discurso* em *Arqueologia do saber* (2008) afunilando um ciclo que havia principiado em obras anteriores, a saber, *História da Loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966), e postula o discurso enquanto prática, produtor da interpretação e da representação (ou seja, o discurso é quem institui uma “verdade” sobre as “coisas/sujeitos”, ele é produtor do real e não reflexo dele), pode-se compreender, a partir do método descritivo proposto por ele, as formas históricas da verdade e os procedimentos nos quais se apoiavam sua “transparência”. Sendo assim, ao lado da ruptura com a verdade essencial, completa-se a crítica às unidades, continuidades e origens, inclusive a “morte do sujeito” (já anunciada em *As palavras e as coisas*).

pelo viés da divisão por vertentes, mas, na dispersão dos enunciados, buscar as relações que formam os campos enunciativos (sexualidade, trabalho, estética, saúde, arte, comportamento, família etc.) e o objeto *miragens femininas e feministas*. .

Nos trilhos da desnaturalização do sujeito e da análise da “construção da sexualidade” em Michel Foucault,

Nos escritos feministas e nas práticas culturais dos anos 60 e 70, o conceito de gênero como diferença sexual encontrava-se no centro da crítica da representação, da releitura de imagens e narrativas culturais, do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade, leitura, escrita e audiência. (LAURETIS, 1994, p. 206)

Isso porque a teoria feminista compreendia (compreende) que, sendo o sujeito efeito de relações sociais, culturais, políticas, econômicas determinadas em um tempo e em um espaço, produzidas nas e pelas práticas discursivas, não cabia mais aceitar uma história na qual a essência da mulher era pré-determinada biologicamente. A categoria de gênero então se formula num gesto de grande força na desnaturalização das identidades, partindo das diferenças sexuais para pensar como as identidades são construídas no jogo das relações, não somente sociais, mas acrescentam-se, naquele momento, as sexuais e, um pouco depois, as étnicas, pelos saberes (discursos) e por práticas disciplinadoras (sobre essa questão do poder falaremos logo adiante).

Ao lado de outras teorias, o feminismo problematiza o determinismo natural e biológico ao propor a ruptura com a lógica da identidade para que se pensem as determinações políticas, econômicas, sociais e culturais das relações gênero, pautando-se no argumento de que o simbólico, o imaginário, a memória social, tanto da mulher quanto do homem, até aquele momento pautados na biologia, formava-se na representação da mulher sempre como sendo o *outro*, como anunciava Simone de Beauvoir, desde 1949, em *O segundo sexo*. Segundo Rago,

A história do corpo feminino trouxe à luz as inúmeras construções estigmatizadoras e misóginas do poder médico, para o qual a constituição física da mulher por si só inviabilizaria sua entrada no mundo dos negócios e da política. O questionamento das mitologias científicas sobre sua suposta natureza, sobre a questão da maternidade, do corpo e da sexualidade foi fundamental em termos da legitimação das transformações libertadoras em curso (RAGO, 1998, p. 13 e 14).

As próprias dificuldades em (re) constituir uma história ou uma memória histórica, ou melhor, saberes a partir da categoria de gênero que, em detrimento do binarismo, não

privilegiasse ou universalizasse nenhum dos sexos, atestam a coerência da crítica feminista e foucaultiana ao sujeito, visto que as fontes oficiais, os documentos, os registros ao serem revisitados apresentaram-se extremamente conectados ao masculino. Foi nesse contexto que iniciou a uma busca por um trajeto metodológico mais amplo e aberto às diferenças para explorar os papéis sociais e nos quais o feminismo fosse incluído.

Comungando de muitos dos parâmetros foucaultianos (e claro, em outros momentos se distanciando deles), o feminismo, num primeiro momento, tenta compreender quais são os gestos de cesura que excluem o homem de seu *outro*, que forma de subjetividade é essa da mulher que só é isso porque não pode ser o homem. Logo foi possível perceber, então, “a ambigüidade da história das mulheres e sua força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas” (SCOTT, 1992, p. 76), mas que não pode oferecer uma resposta fácil e definitiva à questão discutida por Flax no início desta seção. Porém, essa vontade de verdade, esse desejo por essa resposta devem ser analisados dentro dos “contextos e significados no interior dos quais são formuladas as estratégias políticas subversivas”, ou seja, o feminismo já provou sua contribuição na desobstrução dos totalitarismos: ao abrir as possibilidades das mulheres serem historicizadas, relaxou os limites para que outros marginais também o fossem, porque agiu também sob “estratégias políticas determinadas” (SCOTT, 1992, p. 76).

O feminismo logo percebeu que “sem ações políticas feministas, as teorias permanecem inadequadas e ineficazes” (FLAX, 1991, p. 219), “que não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem” (SCOTT, 1992, p. 95) e, ao lado da teoria, atuou na rua, no público, no privado, no econômico, na saúde, na sexualidade, na estética e nas artes de forma que se pode dizer que “a história das mulheres é um campo inevitavelmente político” (SCOTT, 1992, p. 95).

Não que sozinho o feminismo tenha conseguido romper totalmente com a hierarquização dos acontecimentos; outras correntes também ascenderam e conquistaram território no saber acadêmico e instituíram fortes relações de resistência. Flax diz que, de forma geral: “Os discursos pós-modernos são todos “desconstrutivos”, já que buscam nos distanciar de crenças relacionadas à verdade, conhecimento, poder, o eu e a linguagem, que são geralmente aceitas e servem de legitimação para a cultura ocidental contemporânea” [...] (FLAX, 1991, p. 221).

E, ademais, dizer que hoje “o mundo está mais feminino” não é dizer que se estabeleceu uma nova ordem totalmente livre na constituição dos gêneros. O próprio movimento reconhece suas limitações: durante muito tempo voltou sua ênfase para a “diferença sexual” entre homem e mulher “derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos” (LAURETIS, 1994, p. 207) o que implicou, primeiramente, em uma delimitação de suas narrativas sempre perseguindo as “narrativas dominantes”, recitando os termos do patriarcado e, como consequência, deixou de fora outras implicações das diferenças econômicas, étnicas e culturais entre as próprias mulheres. Nesse sentido, desde os anos 1980, o movimento vem desafiando, e desafiando a si mesmo, sobre as diferenças entre a categoria “mulheres”. As excluídas buscavam inscrever suas demandas e ampliar o feminismo. Scott explica que, a partir de então,

(...) o termo ‘mulheres’ dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo ‘mulheres’, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada (SCOTT, 1992, p. 87)

É sob essas condições, nesse tempo e nesse espaço em que se encontram os estudos pós-modernos sobre os quais iniciamos esse capítulo dizendo que são tão amplos quantos são os modos de ser da mulher, também tem buscado se tornar seu, ou podemos dizer hoje, **seus feminismos**. Tratando o gênero como uma construção “real” de um discurso-objeto, no qual ele “é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 1994, p. 212), os feminismos, diferentes em suas demandas, mantêm como permanência o pensamento de que no conjunto das relações que envolvem a categoria gênero (trabalho, etnia, cultura, classe etc.), homens e mulheres se apresentam, representam e são afetados de maneiras diferentes.

Portanto, não se trata de destruir a noção de gênero, mas de possibilitar modos mais livres de constituição de subjetividades tanto para mulheres, quanto para os homens. Assim como Foucault (1976, 1984) nos mostra em suas “*História (s) de Sexualidade*” que a sexualidade foi “fabricada” pela sociedade burguesa ocidental a partir do final do século XVIII sob um conjunto de técnicas para agenciar e maximizar a vida, o gênero, como propõe Lauretis em seu texto *A Tecnologia do Gênero* (1994), também pode ser, por meio

de técnicas, produto e processo de representações que garantam vida, não em favor de uma hegemonia, de um sujeito universal reprodutor das relações que colocou a mulher como o *outro*, mas a partir de uma estética da existência, de uma ética, no sentido que o próprio Foucault toma em seus últimos escritos. Grosz tece algumas projeções sobre o feminismo e sobre os estudos de gênero na atualidade:

“O feminismo (...) é a luta para tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado. É a luta para se produzir um futuro, no qual as forças se alinham de maneiras fundamentalmente diferentes do passado e do presente. Essa luta não é uma luta de sujeitos para serem reconhecidos e valorizados, para serem ou serem vistos, para serem o que eles são, mas uma luta para mobilizar e transformar a posição das mulheres, o alinhamento das forças que constituem aquela ‘identidade’ e ‘posição’, aquela estratificação que se estabiliza como um lugar e uma identidade (GROSZ, 2002, n.p.),

A descrição arqueológica dos saberes e a análise dos mecanismos e as técnicas de poder da obra foucaultiana descortinam a origem e a continuidade e nos tiram do conforto e das “armadilhas da afirmação das identidades” (RAGO, 2004, p. 11) para nos colocar diante de uma forma de história que nos inquieta sobre o que estamos em vias de ser a partir das regras e das relações que constituem as práticas discursivas e não discursivas que nos cercam e nos atravessam. Assim, questionarmos quem é a mulher nos dias atuais, mais do que uma pergunta, é um movimento para que, cada vez mais, multipliquem-se as respostas em miragens femininas e feministas mais plurais. A resposta para o questionamento de quais são as lutas das mulheres hoje não contempla somente uma possibilidade; as maneiras como o/s sujeito/s mulher/s é/são produzido/s e representado/s, ou melhor, subjetivado/s deve oferecer possibilidades de agenciarem suas vidas no sentido de afastarem-se progressivamente do passado (e do presente) para protegerem-se da identidade da “fraqueza biológica” que lhes “retirou” da história por tanto tempo.

Assim, pagamos aos movimentos das mulheres os tributos pela maior liberdade que se apresenta hoje nos modos de existência delas e também dos homens e, principalmente, pela maneira como o sujeito é (re) colocado na sociedade a partir da sistematização do conceito de gênero. Lauretis conclui que:

Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas [...] (LAURETIS, 1994, p. 216)

Por isso partimos da atualidade para olharmos o nosso objeto discursivo, porque concordamos que o feminismo ao (re) construir saberes sobre o gênero disputou seu lugar entre as formas de conhecimento apoiando-se em arraigadas lutas políticas, relações de poder que permearam todo o tecido social: nas manifestações de rua, nas greves; nas (re) construções estéticas; nos embates com o discurso médico sobre sua sexualidade e seu corpo; na conquista dos direitos à escola, universidade, melhores salários, votar e ser votada; no questionamento sobre seu papel na maternidade; no estabelecimento (principalmente no Brasil) de mecanismos de proteção contra a violência, enfim, todo embate pela desnaturalização que justificava a afirmação de condutas tão duras às mulheres, procurando não privilegiar a mulher ou colocar o homem em desvantagem, de modo que, fortalecido por outras correntes intelectuais, filosóficas e políticas, encontra-se cerceando **as miragens femininas e feministas** da nossa sociedade atual.

Percorrendo rumos, perspectivas e saberes feministas com ênfase na atualidade, pudemos descrever as *instâncias de delimitações* (FOUCAULT, 208, p. 47) nas quais se instaurou o gênero como objeto. O feminismo teórico reconhecido pela academia, *como saber e prática*, pôde designar tal objeto, mas também, ao lado dele, a movimentação política e social das populações femininas (e também as masculinas) por suas demandas em favor da equidade e contra a sujeição das mulheres; acrescenta-se também o direito constitucional (que garantiu o voto, direitos trabalhistas e o divórcio); o direito penal e a polícia no combate à violência; a medicina (na conquista da pílula anticoncepcional, na quebra dos dogmas da inferioridade intelectual e sobre o conhecimento de seu próprio corpo e sexualidade); o jurídico na conquista da igualdade perante a lei; a história e a filosofia nos mais diversos aspectos e objetos que racionalizaram em favor do corpo e da vida da mulher. Enfim, campos do saber e dispositivos discursivos que formam **miragens femininas e feministas** a partir dessa diversidade de objetos que se perfilam. Por isso também procuramos inscrever nosso percurso sem delimitações muito marcadas que separam das correntes feministas, mas na coexistência dos enunciados que formam o objeto para o qual pretendemos olhar, já que o discurso, enquanto prática, é dispersão.

Essa justaposição de objetos dos quais puderam falar o feminismo, correntes pós-modernas e os campos do saber que citamos no parágrafo acima – acentuemos bem isso – não se formou por uma via direta entre eles e também não apenas no entrecruzamento saber-política, mas percorrendo os caminhos curvos e irregulares da história, de modo que é preciso demarcar, além das *instâncias de delimitação*,

[...] as *superfícies* primeiras de sua *emergência*: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação (FOUCAULT, 2008, p. 46).

De gênero, sexo-gênero, igualdade, diferença sexual, violência doméstica, feminicídio, direito das mulheres, contracepção, maternidade, liberdade sexual, enfim, termos e conceitos que para que fossem formulados, delimitados, conhecidos, transformados e até esquecidos, primeiramente, tiveram existência histórica e foram falados na família, no ambiente doméstico, nos bairros e comunidades, no trabalho, nos encontros em festividades, nas reuniões entre grupos com interesses sociais e políticos em comum, na comunidade religiosa e artística. *Superfícies de emergência* que “não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 46), mas que tentaremos delimitar algumas delas a seguir no percurso histórico que faremos, assim como demarcar as *grades de especificação* nas quais “separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras” (idem, p. 47) as diferentes miragens do feminino através do tempo nas sociedades brasileiras.

Mas apenas demarcar os “planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer” não é suficiente para analisar as relações que entre eles existem, muito menos chegar ao seu “sistema de formação” se assim tratarmos somente de “uma série de determinações diferentes e heterogêneas” (idem, p. 48). Portanto, pelas vias tortuosas da história (ou algumas das histórias) que realizaremos, tentaremos observar, além das condições históricas do aparecimento de objetos discursivos referentes às **miragens femininas e feministas**, as relações “entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (idem, p. 50) que permitem aparecer tais objetos, justaporem-se, aparecer

suas semelhanças e diferenças e, no já citado efeito bumerangue, ser (re) colocado no campo da exterioridade.

Ainda, descrita a formação dos objetos e as condições históricas de emergência das **miragens do feminino e do feminista**, será possível analisar as condições históricas de emergência e a formação do nosso objeto discursivo, percurso imprescindível para se analisar, então, as condições de existência do discurso, ou melhor, das práticas discursivas heterogêneas dos enunciados que se admitem e aqueles que se excluem no interior dos discursos que se relacionam na formação discursiva que nos submetemos a analisar. Práticas discursivas que também são a nossa atualidade histórica e que analisadas nos permitirão observar os regimes de verdades daquilo que é nosso maior interesse: compreender processos de subjetivação do sujeito menina na literatura infantil.

3.2 Um olhar histórico: o feminino como objeto

“É a atualidade que interessa Foucault”, já disse Deleuze (1992, p.119) sobre a perspectiva com a qual Foucault considera a história, como aquilo que “nos cerca e nos delimita” (DELEUZE, 1992, p.119) é o atravessamento da história, ou melhor, da historicidade estruturando o “real”, que devemos transpor para chegar a aquilo que somos. Iniciamos, pois, os primeiros passos para a descrição do nosso objeto discursivo pela atualidade dos discursos feministas a fim de compreendermos a formação dos objetos que a eles se referem, o que nos levou às imbricações entre o saber e o poder na constituição de **miragens femininas e feministas** mais livres, plurais e fluidas – desveladas no acontecimento discursivo do *gênero* e seu entrelaçamento com a atuação política do movimento. Porém, não é apenas o discurso feminista que constitui as **miragens femininas e feministas** se considerarmos, tal qual Foucault, que o “real” se estrutura na história e que “a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto” (2008, p. 37). Por conta disso é que recorreremos à história para descrevermos a lei de coexistência dos enunciados que compõem nosso objeto, assim como as “exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização” (idem, p. 125) e, fundamentalmente, mostrar pela revisitação da história, o equívoco das continuidades.

Foucault, ao propor a história do tipo serial, postula que esta “define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais dispõe” (FOUCAULT, 2005, p. 290) a fim de evitar os perigos dos privilégios e tradições na constituição dos objetos e nas considerações acerca dos documentos (até mesmo a escolha/recorte destes), dentre eles, a posição ocupada na produção do discurso historiográfico quando esse privilegia o seu próprio sujeito produtor. A história serial das mulheres joga luz no que antes não era visível e nem dizível e monumentaliza os documentos no intuito de não privilegiar um objeto já dado antecipadamente. Por esse motivo é que elegemos o livro *A história das Mulheres no Brasil* (2012), pois cada capítulo do mesmo apresenta um recorte de documentos constituídos por enunciados efetivamente ditos, sem seguir a linha da tradição de documentos oficiais. Abarca, nesse sentido, desde a monumentalização dos tratados médicos e religiosos até as notícias mais cotidianas, às revistas femininas, às circulares dos industriais, à literatura, artigos, manifestos, jornais, as mais comuns denúncias feitas à polícia, condenações jurídicas e religiosas etc.

Como tratamos também do **discurso literário infantil brasileiro**, justificamos que esse percurso histórico empreenderá com mais vigor sobre a história das brasileiras, sobre as relações heterogêneas de saber e poder que durante alguns períodos da história de nosso país fizeram emergir tantos sujeitos femininos na dispersão dos dizeres no social, econômico, político e cultural, portanto, não se trata somente de discursos sobre a mulher, mas também sobre o homem, tampouco sobre as “grandes” brasileiras da história, mas das vidas mais genuínas que, no entanto, a linguagem pode dizer e o poder pode alcançar.

Chamaremos as primeiras miragens que tentaremos restituir aqui de **miragens da magia, da medicina, do pecado e da cura**. Quão longe se possa buscar a existência da mulher, é possível perceber o quanto o corpo feminino esteve ligado ao mistério, transitando entre o sagrado e o profano, conheceu de perto o altar e a fogueira. Del Priore, ao voltar-se para o Brasil colônia, entre os séculos XVI e XVIII, mostra que os estudos do corpo biológico feminino eram feitos também sob o domínio moral e sobrenatural e “visto, tanto por pregadores da igreja católica, quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o diabo se digladiavam” (DEL PRIORE, 2012, p. 78). Sua natureza tomada como frágil, fazia que fosse alvo fácil das forças malignas que se apossavam de seu corpo e “transformava(m) a mulher num monstro ou numa eterna enferma” (idem, p. 83). Contudo, para além de uma história da dominação do médico, do religioso, do pai e do marido sobre esse corpo, uma história enquanto prática de si mesmas

e, por muitas vezes, de resistência pode ser concebida quando o referente é o entrecruzamento da magia e da medicina.

De mãe para filha, saberes informais compunham costumes e tradições, dentre eles, aqueles nos quais figuravam as curandeiras, benzedeiras, parteiras e adivinhas. Essas mulheres substituíam os médicos da época buscando a cura para os enfermos por meio das conjurações de espíritos, rezas e conhecimentos sobre as ervas. Apoiavam-se, assim como médicos e religiosos, na crença de que os males que recaíam sobre os humanos em forma de doenças tinham sua origem no sobrenatural e introduziam nos tratamentos e curas gestos que invocavam o espiritual, desconhecidos pela igreja e pela medicina, motivos suficientes para colocá-las no foco da perseguição do clero “que as via como feiticeiras capazes de detectar e debelar as manifestações de satã nos corpos adoentados” (DEL PRIORE, 2012, p 81) e, por conta disso, o Tribunal do Santo Ofício atuava sobre um grande número de processos contra elas.

Entre a necessidade e a perseguição, trabalharam sob o temor e o respeito da sociedade, realizando rituais ancestrais nos gestos e na oralidade, utilizando um aparato de plantas, minerais e animais da flora e fauna brasileiras aliadas aos conhecimentos africanos e indígenas que faziam do ato de curar, tratar e parir uma verdadeira cerimônia. Nesse embaraçado de saber-fazer desconhecido pelos outros, faziam crescer seu prestígio na colônia e gozavam de uma posição de poder lhes permitiam transitar com liberdade entre os membros da comunidade, desafiando o poder religioso, e, ao contrário do que aconteceu mais tarde (no Brasil Burguês), desenvolviam suas práticas sem limites entre o público e o privado, como podemos comprovar no estudo de Del Priore:

Além de constituir-se em um espaço de economia familiar, lugar de plantio de subsistência, de *criação doméstica* e da cozinha, o quintal era o lugar prestigiado da cultura feminina, feita de empirismo, oralidade e memória gestual. Tanta intimidade com as ervas e as águas permitiam às mulheres que exprimissem o seu conhecimento da vida, experimentassem os mistérios da geração vegetal e os relacionamentos com os ciclos lunares. Junto dessa concepção morfológica da natureza, a presença de pedras e minerais, quando suas formas e estruturas permitiam metáforas com o corpo humano, também foi importante (DEL PRIORE, 2012, p. 95).

Orações, ervas e gestos; misturando o pagão e o cristão; curando o corpo, a alma e as desavenças familiares, na maioria das vezes, sem nem saberem ler ou escrever. Essa é a

miragem feminina da substituta do médico no Brasil Colônia. Entre o respeitável e o temível, a santa do povo e a **demônia** da igreja, a portadora desse saber-fazer **mágico-medicinal** era a própria salvação de seu gênero, marcado pelo pecado e constantemente vulnerável às doenças como melancolia, histeria, furor da madre e a ninfomania (Ibidem, p. 83).

Na passagem do século XVIII para o XIX, uma nova ordem começa a se estabelecer no Brasil. A chamada “mentalidade burguesa” se espalhava pelo mundo instituindo as relações capitalistas de dominação, instaurando seu regime econômico e político e produzindo a própria mulher e o homem na rede de produção de práticas discursivas e não discursivas. Um novo regime de linguagem, poder e verdade (re) organizou a família, a vida doméstica e pública, o trabalho e o tempo. A formação da família burguesa centrou-se na intimidade e na maternidade, designando novas condutas para a mulher, maneiras de pensar o seu corpo, comportamento e sentimentos. Dentre permanências e rupturas com o passado, denominaremos o feminino burguês que se formou de **miragens da maternidade, da família e da sexualidade**.

As mudanças no estilo de vida reformularam o espaço urbano do Brasil que estava deixando de ser “um enorme país rural” da família patriarcal comandada pelo dono da casa grande e da senzala, na maioria das vezes o pai (D’INCAO, 2012, p. 223), para tornar-se um pouco mais organizado e higienizado, adequado aos novos detentores dos “interesses públicos” e também à chegada da família real.

A nova ordem exigia que uma nova aparência da vida social urbana fosse modelada e, ancorada no discurso médico, o conceito de higiene produziu medidas de planejamento que incluiu a demolição de prédios; expulsão dos populares para as beiradas das cidades; remodelou as ruas que passaram a ser o espaço público em oposição às casas, espaço privado ao convívio familiar. O próprio conceito de vida familiar ancorou-se no conceito de higiene para prolongamento da vida, construção do *status* burguês (que tinha de estar de acordo com as cidades e famílias européias) e da **mulher-mãe** dedicada e zelosa (Ibidem, p. 225). O estabelecimento dos limites entre o público e o privado distanciou a nova classe do povo. Esse processo D’Incao (2012) chama de “privatização da família” e está estreitamente ligado à fabricação da intimidade nessa nova ordem. A historiadora argumenta que:

Nesses lugares, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social (...) não só o marido e o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D’INCÃO, 2012, p. 228).

Bem comportadas, educadas, de gestos pequenos; conscientes de seu papel na vida privada, de seu lugar dentro de casa e no convívio familiar e também na vida pública, as mulheres solteiras e casadas moldavam toda sua existência em função do casamento que, entre as famílias burguesas, “era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status*” (D’INCAO, 2012, p. 229). As primeiras, submetidas ao controle e à vigilância da família e da sociedade, passaram a se autovigiar para garantir o bom casamento e, aliando ao impecável comportamento e práticas para tornarem-se boas esposas e mães, vigiavam também seu corpo e sua sexualidade, já que a virgindade passou a ser um valor agregado ao estatuto da noiva “como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantiria linhagem da parentela” (Ibidem, p. 229). As casadas eram a base moral da família e da sociedade e as responsáveis pela decência e pela saúde, por isso deveriam prezar pelas “regras castas” no cuidado com seu corpo e no ato sexual praticado somente com o marido. É importante ressaltar que tais condutas trouxeram à mulher burguesa a segurança do casamento (diferentemente do que ocorreu com a mulher das classes populares, como veremos mais adiante), porém trouxeram-lhe também os prejuízos do desconhecimento do próprio corpo, fazendo com que vivenciassem verdadeiros martírios por não saberem se um simples toque já configurava na defloração de seu corpo e comprometimento da virgindade, o que, muitas vezes, resultava em uma vida levada com a marca do julgamento social e do julgamento que incutia a si mesma.

Às casadas ficava também o legado da maternidade. O cuidado na primeira educação dos filhos é retirado da ama e passa a ser de total responsabilidade da mãe. O conceito de infância vai ocupar integralmente a conduta da **mulher-mãe** que deveria dedicar-se inteiramente à criança sem deixá-la sob as influências dos que poderiam comprometer a formação daquele que perpetuaria os negócios e *status* da família. Além disso, a postura dessas mulheres era a garantia do sucesso do marido, zelosas pelo bom

desempenho nos eventos sociais e na vida cotidiana, garantiam a boa imagem do “homem público” (D’INCAO, 2012, p. 228).

Vigilância e autovigilância marcaram as miragens do feminino na construção dos valores e da vida burguesa, condicionados ao sistema de casamento por interesse. O controle sobre as ações das mulheres foi possível porque estas incorporaram as técnicas para se autocontrolar, ou como preferia a classe em ascensão: aprenderam a se comportar. Ao passo que, aquelas que preservavam o erotismo e a inteligência automaticamente não serviriam à maternidade, tal desvio de conduta lhes delegava o selo de criminosas, prostitutas e loucas. Segundo Rachel Soihet:

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação materna (...) leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social. (SOIHET, 2012, p. 363)

Já nas classes populares, onde o casamento era mais um valor do que uma realidade, a condição de casada assegurava à mulher algumas vantagens sobre as outras, já que pressupunha o seu bom comportamento (SOIHET, 2012, p. 368). As solteiras ou amasiadas contavam com o Código Penal, o sistema judiciário e a ação da polícia no controle, vigilância e disciplinarização destas (IDEM, p. 363). Destituídas, em sua grande maioria, do privilégio do casamento, o convívio com seus parceiros obedecia a um padrão de moralidade diferente das classes mais altas que contava com o pai, marido e a própria sociedade para estabelecer-lhes as normas: permanecia o privilégio do sexo oposto e a responsabilidade da maternidade ficava para o feminino, porém, as questões econômicas faziam-lhes assumir a jornada de trabalho para garantirem o sustento delas e dos filhos.

Apesar dos esforços das elites burguesas de sobrepor ao povo os modos de vida que lhes garantiriam força de trabalho disciplinada, o homem pobre não conseguia garantir o papel de provedor da família, além de, muitas vezes, não assumir o papel da paternidade e, não raro, abandonar a prole. Logo, a mulher pobre, para sua própria subsistência, assumia

responsabilidades econômicas e tinha forte participação no público, transitando pelas cidades à procura de trabalho, combinando serviços, fazendo entregas e colhendo informações (SOIHET, 2012, p. 370). As **miragens do trabalho e da sexualidade** constituíam o universo feminino popular, principalmente das negras e mestiças.

Como já discutimos, o século XIX foi marcado pela modernização e higienização que resultou na expulsão do povo para as beiradas das áreas urbanas. Longe do mercado de trabalho, os trabalhadores tinham de dispensar grandes esforços para administrar tempo e espaço até o serviço. De acordo com Soihet: “as mulheres sofreram o maior ônus, já que exerciam seus afazeres na própria moradia, agora mais caras e com cômodos reduzidos (...) lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem” (SOIHET, 2012, p. 364 e 365).

Somem-se a isso, seus baixos rendimentos que condiziam com a inferioridade atribuída a elas (a seu gênero). Assumiam a dupla jornada do trabalho doméstico e profissional, mas estavam longe de ganharem igual aos homens. Diante disso, não encontravam possibilidade de viver no completo recato, na submissão, nos gestos moderados e delicados, agiam com “um linguajar ‘mais solto’, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões” (SOIHET, 2012, p. 367). As mais pobres, vítimas de violência, revidavam seus parceiros com muito mais frequências do que as mais ricas. Nos processos criminais dos quais se debruçou a historiadora, há relatos de violências devolvidas na mesma medida ou até maiores pelas mulheres, batendo ou ceifando a vida de seus companheiros (SOIHET, 2012, p. 370). Apesar dos esforços da burguesia, apoiando-se no discurso racional dos juristas e médicos, as mulheres mais pobres demonstraram certa resistência, advindas das suas próprias condições de existência, mantendo outras relações de trabalho, casamento, família, maternidade, com o espaço público e privado, com a moralidade.

Caminhemos mais a frente.

“Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos” (RAGO, 2012, p. 579). Por essas palavras de Rago podemos perceber que no século XX ainda permanecia o estigma contraditório da inferioridade e do perigo em relação ao feminino. As teorias eugenistas influenciavam a classe burguesa que se empenhava na formação do “‘novo trabalhador brasileiro’, cidadão da pátria, disciplinado e produtivo” (idem, p. 583) e

especialmente branco, o que explica seus esforços para que os imigrantes substitutos dos escravos viessem da Europa.

As imigrantes trabalhadoras industriais urbanas foram admitidas pelas fábricas de fiação e tecelagem e nos primeiros vinte anos do século, em São Paulo principalmente, oscilaram entre a metade e maioria da população operária (RAGO, 2012, p. 580). As péssimas condições de trabalho, a exploração da mão de obra, o assédio sexual, a falta de higiene marcaram suas vidas com abusos e opressões. De acordo com Rago, até muito pouco tempo atrás essas mulheres eram retratadas pela história, em função desse quadro em que se encontravam, como vítimas que aceitavam toda sorte de exploração dos mestres e patrões, “sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (RAGO, 2012, p. 579). Além disso, há dificuldades em constituir **miragens femininas e feministas** da mulher operária com base em documentos produzidos por elas mesmas. A maioria foi produzida por autoridades públicas, médicos, higienistas, policiais e militantes (anarquistas, socialistas e comunistas). Porém, mesmo que a maior parte dessa documentação não contenha a percepção feminina, é possível monumentalizar notícias de jornais, artigos escritos por mulheres, obras literárias e até mesmo as “listas dos indesejáveis” contidas nas circulares das fábricas onde se podem ler muitos nomes de moças responsáveis por sabotagem, boicote, roubos, quebra de equipamentos e greves na luta por melhores condições de vida e trabalho (RAGO, 2012, p. 600), mostrando também atos de resistência e não somente a conhecida história de opressão fabril.

Em jornais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Amigo do Povo* e *A Voz do Trabalhador*, as mulheres denunciavam, principalmente, contra o duro controle disciplinar, as péssimas condições de trabalho, falta de higiene e o assédio sexual sofrido nas fábricas e invocavam ações de união e resistência entre elas⁸. Em 1903, eclode a primeira grande greve têxtil no Rio de Janeiro. Os operários da fábrica Aliança e Cruzeiro se rebelam contra a demissão de uma operária que pariu um filho de seu mestre, o mesmo que a demitira (RAGO, 2012, p. 594). Considerando que nessa época o número de mulheres era

⁸ A título de exemplificação, trazemos um trecho do artigo da anarquista Matilde Magrassi, publicado em 1903, no jornal *O Amigo do Povo*: “É já tempo que a mulher operária faça também nesta cidade o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas (...) uni-vos, formai sociedades de resistência, procurai conquistar mais bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecida até hoje” (MAGRASSI, 1903 *apud* RAGO, 2012, p. 595).

grande no ambiente fabril e que o motivo determinante do ato lhes era singular, podemos concluir a ativa participação feminina no movimento.

As militantes socialistas, comunistas e mais notavelmente as anarquistas agiam no trabalho, na política, na literatura pela união e emancipação feminina. Formavam grupos de estudos sobre as questões do universo militante do Brasil e do mundo, integravam comícios e inflamações populares, escreviam manifestos, poesias e romances tratando dos temas da vida da trabalhadora e, em São Paulo, formavam grupos teatrais e levavam suas questões ao público (RAGO, 2012, p. 600).

Do outro lado do sistema de dominação estava a classe detentora dos meios de produção. Também nesse meio as mulheres lutavam pelo que as outras já tinham: o direito ao trabalho. Enquanto aquelas buscavam melhoria das condições laborais, estas ansiavam por desvencilhar-se do controle total do marido e do pai pela conquista de um fio de poder econômico. Nos anos 20, as famílias das camadas mais abastadas já concediam permissão para que as moças pudessem ser professoras e secretárias. As feministas liberais, longe de engajar-se na luta das operárias, seguiam no enfrentamento pelo direito ao mundo do trabalho e, certamente, despertaram as preocupações dos juristas e médicos, formadores de condutas, quando, alguns anos mais tarde, começaram a ingressar em profissões como médicas, advogadas, biólogas, pintoras e pianistas (RAGO, 2012, p. 588).

Com as mulheres fora de casa, quem formaria o futuro gestor dos bens da família burguesa? E quem formaria o futuro cidadão trabalhador disciplinado se as mães estão nas fábricas? Perante tal ameaça, dos anos 1930 aos anos 1950, as mulheres sofrem uma progressiva retirada do mundo do trabalho e vão sendo recolocadas no lar. A força de trabalho masculina volta a ser privilegiada e o pouco espaço conquistado até então vai perdendo força. Em 1950 a população operária feminina caiu para 23% (RAGO, 2012, p. 582). Intelectuais, políticos e religiosos, em resistência às conquistas das mulheres, lutam por suas recolocações no ambiente privado e, aos poucos, os homens militantes operários e até algumas feministas liberais incorporam os discursos daqueles e investem contra a presença feminina nas fábricas, descritas como “antro de perdição” e verdadeiros “bordeis”. Aliás, o trabalho é, por muitas vezes, aliado ao sexual quando se trata das mulheres (RAGO, 2012, p. 589).

As mestiças e negras, aquelas que foram expulsas dos centros urbanos no século XIX, que viveram longe da proteção do casamento e vendo-se submetidas a todo tipo de exploração e barreiras, saíram atrás de sua subsistência e resistiram até o século XX; a elas

ainda restavam os setores mais inferiores da ordem social. Suas existências não protagonizam os artigos de jornais, manifestos, teatros e romances. Nos documentos oficiais e nas estatísticas aparecem como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. A mão de obra mais barata do mercado, eram descritas como destituídas de civilidade e educação, “rudes, bárbaras e promíscuas” (RAGO, 2012, p. 582 e 583)

Quanto às imigrantes que vieram para o campo, dividiam seu trabalho entre os cafezais e a noite os afazeres domésticos. As mulheres do campo trabalhavam ao lado do esposo e dos filhos mesmo quando gestantes ou com filhos ainda muito pequenos, os quais levavam consigo para roça, dividindo o tempo entre a educação destes e o labor (SILVA, 2012, p. 558). Os anos 50 e 60 trouxeram mudanças também para elas. A modernização da agricultura provocou o processo de êxodo rural, as famílias trabalhadoras saíam do campo e iam para as cidades. Surge o trabalho temporário na roça e com ele a figura da mulher boia-fria. Nos canaviais, laranjais e cafezais, o estigma do sexo frágil e a marca da misoginia se mostram, mais uma vez, nos menores salários, no assédio sexual (principalmente dos feitores e empreiteiros) e no não registro em carteira. Segundo Silva, a ligação trabalho e sexualidade desvela a inferioridade da mulher (sua biologia fraca referente à própria genitália) e a pecha da prostituição que a trabalhadora carrega, pois, até mesmo nos caminhões que levavam os boias-frias, a presença da mulher era, em vias de regra, limitada para evitar essas que “querem estar no meio dos homens” (SILVA, 2012, p. 568).

A relação trabalho e sexualidade na constituição das **miragens femininas e feministas** evidenciam, deveras, grandes feridas. A reprodução entre as colonas era uma obrigação para garantir a força laboral futura, o que lhes rendia uma vida dura entre a lavoura e a criação dos filhos; para as boias-frias, a procriação é proibida já que não é permitido que trabalhem grávidas. Abortos clandestinos, comprometimento de sua saúde e até sua loucura são os resultados. Para as operárias, os filhos foram sua maior motivação para ir para o mercado de trabalho, mas também seu maior empecilho fazendo-as voltar ao lar para educá-los. Entre a classe mais baixa, na maioria das vezes, as negras e mestiças se viam sempre na posição de assumir os filhos com ou sem o apoio do companheiro. E entre as burguesas, as relações trabalho e sexualidade fizeram-nas questionar os limites entre a vida pública e a privada.

As miragens da *rainha do lar* e da *moça de família* que os anos 1950 e 1960 trouxeram por efeito do pós-segunda guerra, só começaram a mudar nos anos 1970 após as questões que levantamos logo no início deste capítulo com a definitiva instituição do movimento feminista e outras correntes. A década de 1980 foi marcada pelo reconhecimento ao feminismo, que obteve 80% de suas demandas acatadas pela Constituição de 1988, o que significou a destituição do pátrio poder e, pelo menos, juridicamente, instituiu a igualdade entre os gêneros (CARNEIRO, 2003, p. 117).

Porém, ao lado das rupturas, muitas são as permanências e a questão da violência doméstica e sexual, o feminicídio, a insistente desigualdade salarial e a pouca representatividade em altos cargos (políticos e profissionais) ainda estão presentes, não só no Brasil, mas na maior parte do mundo, entre as questões do movimento das mulheres. O próprio feminismo enfrenta suas limitações e luta para não reproduzir a marginalização social das negras, indígenas, das mulheres do campo etc. Mulheres que enfrentam uma dupla peleja pela igualdade de gênero e intragênero, como argumenta Carneiro, “a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero*” (CARNEIRO, 2003, p. 120 – grifo da autora). Não coincidentemente, as mulheres que sempre tiveram de trabalhar e nas ocupações mais baixas da sociedade, não são as brancas e, mesmo depois da expansão do mercado de trabalho, quase a metade mulheres das negras e mestiças ocupam essas vagas: o serviço doméstico da casa dos outros (idem, p. 121). Somam-se as demandas das prostitutas, homossexuais, as menores, as portadoras de deficiências física e mental etc. e compreende-se a necessidade de ampliar e formar as diferentes correntes feministas na busca por um “imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidade e os interesses do conjunto de mulheres” (idem, p. 121).

Esse percurso histórico, e é muito importante dizer isto, objetivou, entre outras coisas, mostrar que a luta pela emancipação das mulheres não é uma propriedade do movimento feminista que se formou a partir da década de 1960; pois em toda a história do Brasil é possível atestar irrupções de lutas por equidade. Tampouco privilegiar grandes nomes mundiais de feministas, não que essas não mereçam, mas na dispersão dos enunciados e no exercício do poder entremeando as malhas sociais, constituir as miragens daquelas que não tiveram seus nomes registrados em nenhum dos altos patamares que se assentam nossas grandes heroínas, mas que podemos traçar-lhes um rosto porque elas foram faladas e também falaram, e isso porque o poder encontrou suas vidas. Um rosto,

uma miragem de luta e resistência, tão valiosos quanto daquelas que conseguiram inscrever seus nomes na história tradicional. O que o feminismo, enquanto movimento (teórico, crítico, social e político) fez foi unir e organizar aquilo que já constituía as vivências das mulheres e formar coletividades, acelerar a conscientização e as transformações demandadas pelo sujeito mulher – em toda sua pluralidade. Aí está a relevância desse movimento: emancipação, transformações e conquistas; legitimação acadêmica, social e política pela luta coletiva e organizada.

Destacamos ainda que nos ancoramos na história para compreender não o discurso da mulher em sua totalidade, mas a construção histórica de **alguns** discurso do e sobre o feminino e o feminismo, tal como explica Foucault no prefácio de *As palavras e as coisas*:

Tal análise, como se vê, não compete à história das idéias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer idéias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem. (FOUCAULT, 2000, p. 17).

Seguindo os objetivos da análise foucaultiana, nosso olhar histórico não busca a continuidade, não se trata de mostrar que na atualidade a mulher é mais livre e o feminino é mais forte porque evoluiu de um passado pior, mas localizar datas para notar justamente o engano das grandes unidades históricas. Como se viu, o feminino irrompeu de diferentes formas, em tempos e espaços determinados, sempre marcado pelas relações de força e resistência, movimentando-se e movendo a sociedade – a mulher não ‘dormiu’ até os anos 60 do século passado esperando a libertação pelo movimento organizado mais universalmente.

Podemos perceber, pois, que o discurso médico, higienista, jurídico, religioso, econômico, feminista, militante, jornalístico etc. constituíram saberes sobre os modos de ser da mulher no casamento, na sua relação com seu corpo e da sociedade com/sobre seu corpo, no trabalho, na saúde, nas artes, na política, no público e no privado por *grades de especificação* que classificaram diferentes femininos como objeto desses discursos (a partir da articulação medicina e religião que classificaram o corpo pecador-doente e santo-saudável; medicina e higienistas racionalizando-o como frágil, maternal, cuidador e

degenerado; jornalistas em revistas femininas nomeando-as de frágeis, aptas ao serviço doméstico e incapazes ao serviço público; feministas reivindicando a igualdade ao feminino; econômico como perpetuadora da mão de obra e da família burguesa; argumentos de juristas, médicos e religiosos na construção do corpo desviado tratado como louco, da prostituição e do crime etc). Saberes que, numa pura dispersão de enunciados, estabeleceram códigos de condutas e possibilidades de resistência para o feminino, constituindo as condições de emergência para os saberes que fazem aparecer os temas abordados pelas três obras recortadas para o nosso estudo: o que permanece e com que rompem, o que articulam e o que desvanece, ou lutam para que desvaneça, no elemento de certas positivities que possibilitam a essas obras falarem sobre a estética da personagem menina negra, do trabalho da menina gênio e da menina princesa rebelde.

3.3 Miragens femininas e feministas: os objetos se formam nos livros

Adiantamos no início deste capítulo que nosso objeto discursivo refere-se ao modo como o discurso literário infantil, ao constituir miragens feministas e femininas, produz processos de subjetivação. cremos que, entre outras coisas, tal seção tece as justificativas pelas quais tratamos de **miragens femininas e feministas** e não somente uma **ou** outra. cremos também que já conseguimos traçar as primeiras delimitações das linhas – sob as perspectivas das quais as consideramos - que se entrecruzam e firmam o tripé deste estudo: literatura, miragens femininas e feministas e, obviamente, análise do discurso. Ainda com o intuito de afunilar a descrição do nosso objeto discursivo, abordaremos um pouco mais a algumas questões de sua emergência.

Antes disso, é necessário explicar que não tratamos de **identidades**, mas de **miragens**⁹ constituindo processos de subjetivação já que nesse item procuraremos estreitar as questões do objeto nosso. A escolha do termo miragens se deu porque comungamos

⁹ O termo miragens é uma noção desenvolvida nesta pesquisa a partir de reflexões nossas sobre o discurso literário infantil enquanto arte e, como tal, um discurso que, por meio do tecer da construção narrativa das personagens, constitui e se constitui de subjetividades. Por ser um conceito pensado à luz da perspectiva discursiva, alinha-se com a proposta filosófica de Michel Foucault, Gilles Deleuze (também em dois de seus trabalhos em conjunto com Félix Guattari) e com a perspectiva feminista do gênero produzido nas e pelas práticas discursivas. As **miragens** não são exatamente um devir, mas sempre o suscitam, não possuem compromisso com o real (já que não são o real representado tal e qual) e não são fixas, isto é, as **miragens** são um efeito do discurso artístico que sempre movem o sujeito diante das transformáveis linhas de uma interpretação e/ou de uma **autointerpretação** ao operar sobre estilos de vida/modos de existência. A formulação dessa noção é um trabalho conjunto entre pesquisadora e orientadora.

com muitas estudiosas (inclusive algumas que já citamos aqui: Lauretis, Grosz, Flax e Rago) que os estudos de gênero não podem caminhar no sentido de fixar identidades às mulheres baseadas nas diferenças entre os sexos. Isso seria admitir que existe uma natureza do ser mulher e do ser homem que dita a realidade aos discursos e recairíamos novamente nos perigos de privilegiar um em detrimento do outro, apoiando-nos em pré-determinismos - como os justificados pelo biológico, por exemplo. Nesse sentido, pode surgir o perigo da imposição de modelos e, seriam essas identidades mais livres para as mulheres se excluíssem qualquer possibilidade de elas escolherem viver permanências e afirmassem somente as rupturas com o passado? Ou se excluíssem os homens? Já argumentava Grosz que o feminismo e a teoria feminista são a luta por relações mais fluidas de gênero para o alinhamento de força entre homens e mulheres de modos diferentes do passado e, de maneira nenhuma, “são a luta para liberar as mulheres, mesmo que ela tenha tendido a se admitir nesses termos (se é esta sua função, ela falhou miseravelmente!)” (GROSZ, 2002, n.p.).

Sobretudo, o *corpus* do qual dispomos, ao observá-lo e interrogá-lo, nos submeteu ao que a arte repetidamente nos impulsiona: o questionamento, de maneira que em certo momento passamos a sentir que o próprio *corpus* nos interrogava ao invés de fixar ou estabelecer algo que fosse uma identidade por meio de suas personagens e, assim, ele mesmo, de certa forma, nos encaminhou para o uso do termo **miragens**. O discurso literário não impõe interpretações, mas questiona o leitor, porque constantemente o deixa passível de novos sentidos, de forma que esse pode se reconhecer nas personagens literárias, não reconhecer-se ou interpretar-se parcialmente nelas. Já vimos no primeiro capítulo que a literatura não precisa e nem procura a fidelidade do leitor porque não é sua função demarcar-lhes espaços e modelos; por isso uma miragem nunca coincide totalmente com a realidade, mas pode sugerir-lhes alguns traços, além do que, o olhar jogado sobre a miragem projetada pode não ser o mesmo que já foi e nem o mesmo a todos os olhos que a miram, pois é isso que é a interpretação: móvel, fluída e transformável (e não são também essas as características que os estudos pós-modernos buscam e esperam das ciências humanas ao interrogarem o passado, interrogar/fazer o presente e projetar o futuro (re) colocando a questão do sujeito?). Pois, como na areia ou no espelho, a miragem não é o real fielmente representado, mas quando é efeito do discurso literário, pode mover o leitor, fazê-lo agir caminhando em sua direção, afastando-se dela e modificando-a a cada leitura, como se esfregasse os olhos a cada olhar tentando identificar novos/outros detalhes antes

não vistos nela. Marisa Martins Gama Khalil, analista do discurso e estudiosa do discurso literário diz que “arte não tem a função de afirmar placidamente os sentidos e engessá-los para todo o sempre, pelo contrário, ela pretende sempre amolecer os sentidos, dar novas e contínuas formas a ele” (GAMA-KHALIL, 2004, p. 218).

Ressaltamos ainda, apoiando-nos nos pontos de encontro entre os estudos de Teresa de Lauretis e Michel Foucault, que, primeiro, se o poder se exerce como ação/ões sobre ação/ões para impor condutas e comportamentos aos indivíduos “fabricando” a sexualidade (em Foucault) e o gênero (em Lauretis - o homem provedor, patrão, trabalhador e a mulher mãe, virgem, feiticeira) e, segundo, a possibilidade de dobrar esse poder é a representação subjetiva construindo a representação social e vice-versa, cremos que ao considerar a literatura infantil constituindo miragens – ao invés de fixando identidades – reafirmamos esse discurso como *transgressão, simulacro, linha de fuga e máquina de guerra* ao possibilitar que o indivíduo parta da subjetividade para proteger-se e investir - segundo a ética - sobre os processos de subjetivação que lhes impõe condutas - segundo a moral e a produção do corpo dócil e útil.¹⁰

Voltemos às questões do objeto. Nos propostos metodológicos de Foucault para a descrição dos *acontecimentos enunciativos*, a noção do discurso enquanto prática tornou possível tal descrição já que ele (o discurso-prática) é quem faz emergir os objetos de que fala e dá condições de existência aos enunciados que podem ser ditos, ou seja, dá condições de existência para que as verdades sejam formuladas e aceitas como tal. A descrição dos acontecimentos enunciativos deve buscar, pois, essa determinação dos enunciáveis “em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as ideias, tornando-as possíveis” (DELEUZE, 2013, p. 58), dessa forma, “rachar” as palavras para chegar aos enunciados é ultrapassar as transparências dos textos e as unidades que deles se formam (indivíduos, obras, conceitos e teorias) para chegar a esta determinação imbricada de saberes e poderes que fazem irromper discursos (e também práticas não-discursivas) que, no nosso caso, incidiram sobre os corpos femininos.

Corpos governados e que se governam atravessados pelos enunciados e técnicas que os objetivam e subjetivam entre exclusões, limites, coexistências e permanências nas quais se podem descrever os jogos de relação, seus sistemas de dispersão: a feiticeira, a mãe, a esposa, a filha, a frágil, a doente, a pecadora, a santa, a cuidadora, a prostituta, a

¹⁰ No próximo capítulo desenvolveremos com mais profundidade essas questões do poder e dos processos de subjetivação, destarte, os processos de subjetividade desenvolveremos no terceiro capítulo.

sentimental, a que falta inteligência, a louca, a trabalhadora, a rainha do lar, a virgem, a tentação, a tentadora, a militante, a pesquisadora, a subversiva etc; muitos foram os enunciados efetivamente ditos que fizeram a história das mulheres através dos tempos e que ancoram a história do seu presente e do seu futuro, como já dissemos, dizeres do saber-poder do médico, do inquisidor, da/o militante, da feminista, da família, da/o **literata**, da/o jornalista, da polícia, do/a patrão/a, do homem e dela mesma.

O acontecimento sobre o qual nos debruçaremos refere-se ao discurso literário infantil do/sobre o corpo e a conduta da menina e, assim sendo, as materialidades sobre as quais empenharemos nossa descrição, compostas por enunciados dispersos no tempo e nos espaços sociais, mantêm relações com outros textos, outras literaturas inevitavelmente passando pelo mundo adulto, motivo pelo qual trilhamos os caminhos do item anterior. Além das **miragens femininas e feministas** já (re) estabelecidas e que ainda iremos conceber, consideraremos a formação discursiva do nosso objeto, na irrupção de seu acontecimento enunciativo, também na sua relação com os contos de fadas para analisarmos mais sistematicamente essas amarras e desamarras que formam **miragens femininas e feministas** em relação mais direta com a menina. Nossa análise não abordará diretamente nos contos de fadas, mas tomando-os como composição da base de nossa pesquisa, definida por nosso próprio objeto que nos encaminhou a essa diversidade de enunciados que pertencem a diferentes domínios (literaturas, teorias, pedagógico, econômico, político, histórico) que de alguma forma tomam o feminino como objeto.

Eis que no primeiro capítulo discutimos a instrumentalização da literatura infantil pelo domínio pedagógico em virtude da ordem burguesa, instrumento educacional usado na (re) definição dos papéis da mãe e dos filhos nas funções internas à família e perpetuação do *status* econômico por meio de sua incidência para tornar os corpos dóceis e úteis. A particularização da maternidade tal qual vimos no capítulo e seções anteriores está diretamente ligada à particularização da condição pueril antes inexistente. A literatura infantil teve participação de destaque nesse processo. Zilberman e Cadermatori retornam a Charles Perrault (século XVII) e aos irmãos Grimm (século XIX) para demonstrar como a apropriação dos contos de fadas feita por esses autores serviu e serve aos propósitos políticos e econômicos da burguesia:

Explicando a discrepância entre o estado de penúria econômica, afetiva e intelectual do agente da narrativa – um soldado pobre, uma enteada rejeitada pela

família, um filho mais moço e pouco inteligente – e a onipotência do auxiliar mágico, Dieter, Richter e Johannes Markel aludem à origem sociológica destes contos, provinham das classes mais pobres e inferiorizadas da pirâmide social da Europa Central: os camponeses e os artesãos urbanos, que se defrontavam com a estratificação rígida e imutável, de modo que, embora revoltados, não podiam transformá-la. Somente pela intervenção de uma força sobrenatural a situação poderia ser revertida – assim o soldado destrona o rei e a pobre enteada revela-se a preferida do príncipe. Porém, esses heróis nada fizeram por seus próprios meios, tão somente aceitando de bom grado a contribuição dos entes superiores.

A fantasia tem um nítido sentido compensatório, legítimo, segundo Richter e Merkel, caso se pense que decorre de uma situação de absoluta de pauperização e impossibilidade de mudar o sistema. Por esta mesma razão, os contos de fadas revelaram-se bastante adequados ao novo público emergente [...](ZILBERMAN, CADEMARTORI, 1984, p. 15 e 16)

Entre princesas, madrastas invejosas, fadas e feiticeiras, os contos de fadas estiveram no centro da emergência e existência da literatura infantil. O protagonismo feminino nesses contos, como explica as autoras, em sua maioria, estava ligado ao destino ao lado do príncipe sempre sendo escolhida (nunca escolhendo) para obter o privilégio de receber o que representava a grande recompensa final: o casamento. E nesse trajeto, atrapalhada por outra mulher que a invejasse (madrasta, irmãs), sua salvação era decidida pela magia de um ser sobrenatural – importante sublinhar a composição feminina da fada/feiticeira nesse tipo de conto. A princesa em seu estado de impotência vai se configurando no modelo comportamental para as meninas da sociedade ocidental e chega aos dias atuais como ideal sobre o qual o mercado investe com vigorosa disposição, tanto que ganha versões em filmes e se transforma em marca de um sem número de produtos oferecidos e consumidos¹¹.

Relembremos nosso *corpus*: *Procurando Firme*, de Ruth Rocha (primeira edição em 1984), *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém (primeira edição em 2007), *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka (primeira edição em 2014). Esses três livros da literatura infantil brasileira são classificados por faixa etária por suas editoras e são, respectivamente, para crianças de 5 a 7 anos (editora: FTD Educação), de 7 a 9 anos (editora: IBEP Nacional), de 9 a 11 anos (editora Rocco Jovens Leitores). Obras visivelmente capturadas pelos mecanismos de poder, repartidas e classificadas no mercado, mas que, ao anular-se

¹¹ A título de exemplo: The Walt Disney Company.

sua unidade enquanto obras de autoras com datas de origem determinadas, fazem irromper o murmúrio da linguagem e, enquanto acontecimento enunciativo, desvelam **miragens femininas e feministas** que reduplicam nas personagens Lelê, Eugênia e Linda Flor, entre constâncias e deslocamentos, um pouco do que cada uma tem de fada e de feiticeira, de menina bela e feia, de princesa e guerreira, de frágil e corajosa, desvelando que a reduplicação é constitutiva da obra (cf capítulo 1, seção 1). Trazemos as considerações de Foucault sobre o conceito de *acontecimento enunciativo*:

Mas se isolamos, em relação à língua e ao pensamento, a instância do acontecimento enunciativo, não é para disseminar uma poeira de fatos e sim para estarmos seguros de não relacioná-la com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Relações entre os enunciados (mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam); relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos (mesmo que esses grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos; mesmo que não tenham o mesmo nível formal; mesmo que não constituam o lugar de trocas que podem ser determinadas); relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política). Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2008, p. 32).

Diante disso, olhamos nossas materialidades, que no princípio eram livros espalhados nas prateleiras das bibliotecas e livrarias, materialidades que falam por seus enredos, suas personagens e conflitos trazendo aspectos culturais a partir de histórias já contadas, tecendo fios da história do presente, fazendo-nos perguntar não o que pretendeu cada autora ao escolher cada tema, mas “como apareceu um determinado enunciado, e não outro”? (FOUCAULT, 2008, p. 30). “Por que esta enumeração e não outra?” (idem, p. 48)

Em *O cabelo de Lelê e Eugênia e os Robôs* é possível suscitar os temas sobre os quais os enredos tratam, observando-se seus títulos. Nesse sentido, aquele que trata da estética (*O cabelo de Lelê*), é o único em que a personagem (Lelê) é negra: por que falar de

estética para meninas? Por que falar de estética para/das meninas negras? Por que as negras e não outras? Duas coisas são evidentes na história de um país de passado (não muito distante) escravocrata, principalmente o Brasil: a desvalorização da imagem do escravo e a valorização da imagem importada, no nosso caso, o europeu. Assim justificou-se a expulsão dos negros e mestiços dos centros das cidades no século XIX e a busca por imigrantes europeus no século XX sob os mesmos argumentos de “limpeza social”. Deu-se, então, o processo de branqueamento da raça que afeta o imaginário social e as relações concretas, configurando-se num tipo de “violência invisível” com efeitos diretos sobre a subjetividade das negras atingindo a maneira como se constroem suas sexualidade e afetividade. Carneiro explica esse tipo peculiar de violência:

[...] as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima. (CARNEIRO, 2003, p. 122)

A hegemonia da “branquitude”, como chama essa autora, e a máxima da “limpeza social” puderam ser vistas nas atribuições dadas às negras como aquelas muito bárbaras que não tinham civilidade suficiente para desempenhar bem seu papel na família ou no trabalho, como já mostramos no item anterior. Assim, a elas ficaram as ocupações menos privilegiadas e toda a sorte de violência doméstica e pública, mulheres que resistiram sem a proteção da polícia e, na maioria das vezes, sem marido ou parceiro. Mulheres que hoje, além de muitas das violências do passado, sob alguns dogmas também parecidos, enfrentam essa “violência invisível” muito estudada, analisada e criticada pelo movimento *feminista negro* e que se dá a ver nos meios de comunicação pela “presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica)” (CARNEIRO, 2003, p. 125). Descortina-se, pois, essa evidência dos padrões de beleza que circulam nas mídias e a cristalização que se faz da imagem da mulher negra e, na emergência dessa história de dominação e resistência, o

feminismo negro tem buscado deslocar essas representações para imagens que afirmem a estética negra.

Ângela e Onik’a Gilliam, mãe e filha, americanas, a mãe antropóloga e autora do texto *Negociando a subjetividade de mulata no Brasil* (1995) “contam”¹² a experiência vivida nesse país enquanto negras. Gilliam explica que nos Estados Unidos da América um dos elementos que rege relações de raça é o “princípio de hipodescendência” no qual em “qualquer linhagem africana as pessoas mestiças seriam classificadas como negros independentemente do fenótipo ou aparência” (GILLIAM, 1995, p. 527, grifos da autora). Já no Brasil é a aparência presumida que determina a herança biológica e, portanto, a nomeação de negra, mulata, parda, branca. Segundo a autora, mais do que a cor, é sobre o cabelo que as negras mais investem para se afastarem da negritude. Por muito tempo houve a preferência por cabelos lisos ou ondulados e especialmente compridos, pois a imagem da mulata, mesmo que sexualizada e objetificada, constituía-se numa imagem que atraía as negras. O afastamento da cor escura encontra no cabelo uma via de aproximação da branquitude. Gilliam afirma ser um equívoco considerar a cor como principal traço de raça e acrescenta:

De todas as características físicas é o cabelo que marca a raça e o que mais significa para a mulher. Os conceitos de cabelo bom e cabelo ruim estão localizados no mesmo contexto de significação cultural para todas as antigas economias de plantação colonial. Por um lado cabelo bom tende para liso e cabelo ruim tende para crespo. É na questão do cabelo que se aprecia a distinção entre homens e mulheres e a codificação social diferente de raça e etnicidade. O cabelo assinala o *locus* principal da luta de raça para milhões de mulheres já que o trabalho que a pessoa possa conseguir frequentemente está condicionado pelo cabelo. Mais ainda, o corpo pode demarcar virtude ou maldade, beleza ou feiúra, inteligência ou estupidez (GILLIAM, 1995, p. 533)

De maneira muito particular às mulheres, o cabelo entrelaça gênero e raça às questões da beleza na construção de suas subjetividades e, na busca pelo controle do cabelo, as negras se submeteram ao pente de ferro esquentado no fogo e a produtos

¹² Ângela é quem escreve o texto, mas esclarece que, por se tratar de experiências vividas por mãe e filha em suas negociações para se subjetivarem entre negras e mulatas no Brasil (país estrangeiro para elas), atribui o texto a ambas.

químicos que prometiam alisamentos e aparência “natural”¹³ (GILLIAM, 1995, p. 534). A estética da mulher negra tornou-se, pois, instância de luta política contra o racismo e desigualdade social por questão de raça e gênero, como afirma Carneiro, o feminismo negro “construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas (...) tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003b, p. 50) e conclui que a “questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista” (CARNEIRO, 2003a, p. 121).

Por isso, para o feminismo negro, falar da estética da mulher negra é tratar da diversidade de sua cultura, religião e ancestralidade. Seus cabelos crespos e armados são inscrições em um corpo resistente que quebra padrões e forma outros, valorizando e afirmando a beleza por caminhos que envolvem técnicas para se governarem e constituírem seu feminino. Caminhos esses que não obstante envolvem lutas de aceitação própria, no mercado de trabalho, nas relações afetivas e, em muitos aspectos, da construção do gênero e da sexualidade daquela que luta contra a condição de estar no mais baixo nível social, desde o passado de mucama até a empregada doméstica. Apresentarem-se com seus cabelos do jeito que estes são é ato político acima de tudo.

O papel do *feminismo negro* para que meninas e mulheres negras encontrem protagonismo tem lugar de destaque no movimento feminista e reverbera em outros lugares sociais, instituindo relações de forças pela valorização da negritude. Se considerarmos a superposição do pedagógico ao literário infantil, e que esse discurso é um dos primeiros a marcar a posição do sujeito na sociedade, compreendemos o desejo por esse discurso e o jogo de forças para que, nos intramuros escolares, a história e cultura dos povos marginalizados sejam igualmente contadas. Nas palavras supracitadas de Zilberman e Cademartori anteriormente apresentadas foi possível compreender o fundamental papel do conto de fadas na perpetuação da literatura infantil como tradição pedagógica. O conto de fadas une o poder da narração e do fantástico e apresenta à criança modelos pré-definidos por meio de seus personagens.

¹³ Como é o caso, exemplificado pela autora, do produto *Rio Hair* que, para algumas, significou a perda dos cabelos (GILLIAM, p. 534).

Já destacamos algumas características regulares às personagens desses contos. Abordemos um pouco mais o aspecto estético. As figuras femininas que representam o mal são, basicamente, mais velhas que a (que se tornará) princesa, orgulhosas, preguiçosas, invejosas e, naturalmente, feias. A feiúra está diretamente ligada à má conduta, assim como a beleza está diretamente ligada a tudo que é bom. O destino das feias e más é sempre doloroso: não se casam, não ascendem ao poder econômico, não ganham o amor do príncipe e são castigadas pelo sobrenatural. A negritude e a mestiçagem estão à margem do belo oferecido como modelo nessas narrativas cujas origens são europeias (ZILBERMAN E CADEMAROTI, 1984, p. 47 a 50). O não reconhecimento no modelo dado pronto, a marginalização e não visibilidade estética de uma criança tornam-se alguns dos elementos a se considerar sob quais normatividades se constituirá esse sujeito. Às crianças em geral fica a reduzida possibilidade da conquista de si; às meninas escuras, especialmente, fica a feiúra e a procura por aproximar-se da branquitude diante de um discurso que já lhes deu seu lugar de antemão e demarcou a posição em que podem agir para se tornarem sujeitos femininos.

Por isso, quando buscamos por respostas à questão *por que uma menina negra e não outra?* Trilhamos caminhos incertos e amplos de questões, demandas e problematizações advindas de séculos de história, cultura, economia, enumerações das mais diversas e dispersas, mas que se assemelham em alguns jogos de relações e formam o *nó na rede*¹⁴ no qual podemos apreender-lhes o tracejo dessas **miragens femininas e feministas da menina negra**. E, partindo da superfície estrutural da língua, depreendemos que Lelê (que não é mais a Lelé da cuca) tem, em seu cabelo, muito que contar.

Na segunda obra, *Eugênia e os Robôs*, a primeira orelha do livro corrobora com os sentidos suscitados no título: *Eugênia tem 11 anos e é diferente de todas as outras crianças. Apaixonada por livros de mecânica e elétrica, não vê a menor dificuldade de montar e desmontar os aparelhos eletrônicos de sua casa. No entanto, apesar de ser muito mais inteligente do que Albert Eistein e Leonardo da Vinci juntos, ela simplesmente é incapaz de fazer amigos*. Como podemos perceber, Eugênia tem uma característica muito peculiar: sua inteligência é muito acima do normal, porém sofre com a falta de sociabilidade. A dificuldade em fazer amigos é imprescindível ao enredo, mas, nesse momento, trabalharemos mais na afinidade da menina gênica com a mecânica e elétrica.

¹⁴ Referente ao sistema de remissões entre livros, textos, frases etc. (cf Foucault, 2008, p. 26)

Da mesma forma que a obra anterior, questionamo-nos sobre as forças históricas e sobre as regras de aparição de uma personagem menina dotada de uma super inteligência que atua no campo das ciências exatas protagonizando uma narrativa literária. A desnaturalização do gênero e cada acontecimento discursivo que irrompe e com ele configura um emaranhado de acontecimentos e saberes sobre a mulher e o homem, desembarçou o vigoroso laço que ligava a feminilidade à incapacidade, submissão e dependência ao masculino: a força, a superioridade e o provedor. Condição essa que, por meio de técnicas para vigiar e controlar os gestos, o corpo, a roupa, os pensamentos, as escolhas, insistentemente, por objetivação operada por médicos, religiosos, juristas, jornalistas, patrões, pais, irmãos, maridos e por elas mesmas, as colocavam como o ser para o homem, para servi-lo e, dessa forma, por muitas vezes, desenvolver papel de inferioridade no econômico e no político. Reiteremos, no entanto: essa polaridade operada para organizar e classificar os gêneros encontrou também o caos das relações de forças que fulguraram resistências que se deram nas brechas, nos micro espaços e que também possibilitaram ver a mulher agindo econômica e politicamente. Destarte, voltemos às **miragens do trabalho** no item anterior e o que teremos ali são as grevistas, as mulheres do campo, as negras e mestiças negociantes de rua, as burguesas secretárias, universitárias; por outro lado, as rainhas do lar, mães, esposas etc. Entre o público e o privado, o feminino foi (tem sido cada vez menos), com certeza, mais submisso, mas, definitivamente, não totalmente passivo.

Portanto, longe de ser reflexo das relações econômicas, a divisão sexual do trabalho foi fundada discursivamente e produziu práticas que firmaram o feminino como inferior física e mentalmente. Prática discursiva que institui e legitima a separação “aos homens, a madeira e os metais” e “às mulheres, a família e o tecido”, o que provocou “uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho” fazendo a mulher estar “sempre por baixo de uma hierarquia profissional, e estabelecendo seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência” (SCOTT, 1991, p.428 *apud* RAGO, 1998, p. 7). Em vista disso, cai por terra também a postulação de que a separação lar e trabalho assalariado seria reflexo da industrialização que conseqüentemente se desdobrou na espontânea escolha da mulher pelo serviço doméstico e maternidade, pois essa estrutura (re) definida pela ordem burguesa é também discursivamente produzida. Rago considera que:

Em relação a esse aspecto, vale notar que, hoje, não apenas as mais jovens entram de outro modo no mercado de trabalho e no mundo público, isto é, com muito mais autonomia do que as mulheres com essa idade experimentaram em décadas anteriores, como também se encontram em condições de estabelecer relações de gênero bastante relaxadas e bem menos hierarquizadas [...] (RAGO, 2004, p. 02).

As condições pelas quais *Eugênia e os Robôs* irrompe, encontram sua positividade em saberes que sustentam as verdades que estão na atualidade e do que está logo atrás, entre a conquista em massa do mercado de trabalho e o refluxo em massa ao lar; a entrada no mundo do conhecimento e profissões às quais se atribuem mais *status* (e tidas como “masculinas”: as engenharias, como é o caso de Eugênia, por exemplo) e um precedente de inferioridade intelectual; entre a racionalidade que supera Da Vinci e Einstein e o exacerbado romantismo e sentimentalismo melancólico atribuído ao feminino.

Zilberman e Cademartori mostram que, nos contos de fadas, é frequente que a protagonista trabalhe sem descanso (1984, p. 47). Desenvolve com habilidade e sem reclamar os serviços domésticos, muitas vezes incutidos a ela por uma mulher que a inveja como forma de castigar sua beleza. Estereótipo repetido: “a mulher bela e dócil vence suas dificuldades cativando um príncipe que a redime, garantindo segurança e riqueza” (p. 48), ela recebe, pois, no casamento com o príncipe, o *status* de princesa e passa a desenvolver seu papel de esposa no ambiente privado do castelo onde irá viver “para sempre”. A ruptura da personagem Eugênia está na habilidade em trabalhar em campos que, na sociedade atual, irão garantir-lhe *status*, segurança e considerável poder econômico, logo, a habilidade de trabalhar excelentemente com mecânica e engenharia será recompensada com aquilo que ela mesma poderá construir e não com o poder vindo de outro, até porque sua problemática não é enredada pela ausência/presença do príncipe ou do casamento, mas na inabilidade em fazer amigos.

Procurando Firme conta a história de Linda Flor: uma princesa. Isto é, a história é um diálogo entre duas personagens: uma que conta a história e uma que interage e ouve. O diálogo começa da seguinte forma: “- Esta é uma história de um príncipe e de uma princesa”. Porém, antes de a narrativa de fato começar, o leitor recebe o seguinte aviso: “uma história que parece história de fadas, mas não é. Também parece história para criança pequena, mas não é”. Isso porque, mesmo sendo história de príncipe e princesa, as quebras de expectativa do leitor acontecem inúmeras vezes durante a narrativa, de modo que Linda Flor começa a história com esse nome, mas não termina com o mesmo, tantas são as

surpresas! Não vamos entrar nos detalhes para tecer análises do enredo aqui. Por hora nos interessa saber que tanto Linda Flor quanto o príncipe (cujo nome não aparece) já começam a narrativa com esse *status*, pois já nascem no castelo e, sendo irmãos, narra-se todo o processo de formação dos dois de acordo com o título que possuem. Ambos vivem no mesmo ambiente, pertencem à mesma família, mas recebem “treinamentos” diferentes de acordo com seu gênero, ficando para um, aulas que o outro não podia receber e vice-versa.

História de príncipe e princesa, no entanto, o príncipe cumpre seu destino no início da narrativa e todo restante da história gira em torno da princesa. Linda Flor é a única dentre as três protagonistas que inicia a história com alto grau de previsibilidade de comportamento e características físicas: é jovem, bela, meiga e boa, assim como as princesas dos contos de fadas. Porém, como já dizia o aviso ao leitor, a história parece de fadas, mas não é, e sem ajuda do sobrenatural, Linda Flor refaz o destino que estava previsto a ela – o casamento – subvertendo toda a previsibilidade comportamental e, inclusive, física. A protagonista transgride regras e reinventa-se, e seu “felizes para sempre” é substituído por “procurando firme”, um final só dela, no singular e aberto a possibilidades de mudanças para além daquelas que ela já havia realizado.

Zilberman e Cademartori (1986) assinalam que são comuns narrativas preocupadas com a transmissão de uma mensagem moralista e por isso contos de fadas omitirem “a origem do conflito, privilegiando o esquematismo de um modelo no enunciado, reprime-se a enunciação da relação efetiva que determina o lugar dos sujeitos e os rege simbolicamente” (ZILBERMAM E CADEMARTORI, 1984, p. 50). Rompendo em vários aspectos com o conto que procura a transmissão de valores moralistas, *Procurando Firme* mostra a construção das personagens e seus conflitos desde sua origem, e essa abertura do final da história sinaliza a fluidez dos lugares que o sujeito menina princesa pode ocupar já que Linda Flor não termina com seu destino definido, nem mesmo com seu novo nome definido. A quebra, pois, da definição binária do gênero permeia todo o enredo e é de suma importância ressaltar que essa quebra não perseguiu a transformação da personagem em seu sexo oposto; a princesa termina a história ainda sendo princesa e menina, mas certamente mais livre para decidir qual tipo de menina princesa quer ser.

Seguindo o curso do questionamento das oposições binárias do gênero, inevitavelmente cruzamos com o discurso feminista e seu investimento contra o sujeito visando à hegemonia da figura masculina e o próprio lugar da mulher – e não somente

como ser submisso, mas sujeito de resistências e lutas. A quebra da hierarquia da razão sobre a emoção, o estremecimento de todo o imaginário cultural, econômico e político dos últimos tempos certamente passou pelas correntezas do feminismo em suas práticas discursivas e não discursivas incorporadas à vida cotidiana e nos corpos femininos, como explica Rago:

A crítica feminista foi radical ao buscar a libertação das formas de sujeição impostas às mulheres pelo patriarcalismo e pela cultura de consumo da sociedade de massas e, se num primeiro momento, o corpo foi negado ou negligenciado, como estratégia mesma dessa recusa das normatizações burguesas, desde os anos oitenta, no Brasil principalmente, percebe-se uma mutação nessas atitudes e a busca de novos lugares para o feminino. Essa busca estimula a emergência de novas formas de feminilidade, de novas concepções de sexualização, beleza e sedução, inclusive corporais, que poderiam aproximar-se, como mencionamos acima, daquilo que Foucault definiu como “artes da existência”, isto é, técnicas de constituição estilizada da própria subjetividade desenvolvidas a partir das práticas de liberdade (RAGO, 2004, p. 05).

Uma princesa que age no desvio da conduta determinada a seu gênero e seu *status* é, portanto, uma subjetividade que busca libertação das imposições e emerge sob novas formas de feminilidade, resistindo e subvertendo a ordem para conquistar um espaço de liberdade estética e comportamental.

Percorremos caminhos teóricos e históricos para que, na heterogeneidade dos objetos que se referem ao feminino, chegarmos à emergência do nosso objeto discursivo. As obras tomadas como *corpus* constituem enunciados que se relacionam e se excluem, ou seja, não de forma idêntica, formam feixes de relações. Buscamos, pois essa unidade que se pode descrever e que “só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2008, p. 26), destacando as **miragens femininas e feministas** que mais se encontram em relevo nas obras, a partir de descrições primeiras e mais gerais de suas personagens que aparecem nos títulos e orelhas dos livros. Obras que compõem o objeto discursivo ao qual nos dedicamos e que em sua dispersão – ao tratarem de temas diferentes como a estética da menina negra, o trabalho da menina gênio, a princesa que se rebela e que não se encaixa em padrões de comportamento – formam o “nó em uma rede” (idem, p. 26) ao colocarem três protagonistas que, de alguma maneira, questionam, questionam-se,

subvertem, resistem, inventam outras formas de subjetividade, maneiras mais específicas de (re) fazerem suas existências.

Olhamos nosso objeto discursivo sempre perseguindo as questões: o que tornou possível a irrupção de tais obras? Por que a menina negra, gênia e princesa e não outras (e até mesmo por que não o menino)? Podemos definir as regularidades das **miragens femininas e feministas** que se projetam a partir dessas personagens e configuram sua *formação discursiva*. Olhamos, pois as obras que compõem nosso objeto a partir do que nos explica Foucault:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede (FOUCAULT, 2008, p. 26).

Portanto, olhamos tais obras como *acontecimento discursivo* procurando seus avizinhamentos com complexos campos discursivos que perpassam o mundo infantil e adulto, para além do livro “objeto que se tem na mão” (FOUCAULT, 2008, p. 26), mas nos pontos nos quais se dão a ver esse sistema de remissões e regularidades do discurso literário infantil do/sobre o corpo, a conduta e a subjetividade da menina.

Discurso que, no fluir de seus fios, prende nos cabelos da menina negra toda uma história, cultura, política, ancestralidade, religião a que nunca teremos completo acesso; prende também no nome *Eugênia* embates de forças, demandas atendidas, conquistas alcançadas após anos de lutas para que se pudesse, hoje, dizer de uma menina que possui total acesso ao conhecimento sem sofrer impedimentos por questão gênero; prende ainda, no final da história de Linda Flor, toda uma vida que se possa suscitar de uma princesa sem príncipe e que negou o seu “felizes para sempre” para viver “procurando firme” algo que nem ela sabe o que é. Mas esses fios não se formam acidentalmente, “eles estão ali, os fios formam desenhos” (GAMA-KHALIL, 2004, p. 222), a partir de regras que formam seus conjuntos de relações, cujos desenhos são possíveis de tecer interpretações.

Nesse momento, impossível não pensar no delírio que é a linguagem literária. Delírio que constitui seu ser. No seu desprendimento de qualquer outra linguagem; no seu poder dizer as palavras sem significação, sacralizadas ou interditadas; subversiva dos códigos da língua e de si mesma (cf capítulo 1, seção 1). *O cabelo de Lelê, Eugênia e os*

robôs, Procurando Firme. Cada palavra que intitula as três narrativas constitui um arrombamento duplo: de lugar de palavra real e da própria palavra que na brancura do papel ganha *status* de literatura e ao infinito que reduplicará em cada leitor a palavra transgressiva, o deslocamento do espaço-tempo (cf capítulo 1, seção 2) a cada interpretação de modo que o *cabelo*, o *nome*, o *título que é o final da história* (ou seria mesmo o final?) não são mais apenas essas coisas mesmas, mas o desequilíbrio da linguagem que liberta dessas palavras, palavras outras.

Os saberes e os poderes que sustentam o aparecimento do discurso que emerge nessas obras e dos quais, não em sua totalidade, pudemos descrever, estão mesmo nelas, ou seja, as verdades e a ordem emergem na escritura dessas obras, mas é do ser da linguagem literária o ‘desvio’ da realidade, como explica Gama-Khalil, “a literatura resiste à analogia direta com o real, entretanto ao mesmo tempo parte dessa analogia como objeto de desejo e precisa da infinita e impossível relação de similaridade com o real” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 222). A literatura, pois, institui seu próprio delírio, seu arrombamento, seu abalo ao desejar expandir os limites do real, expansão que se dá nessa relação impossível e que na experiência da própria linguagem, ultrapassa seus próprios limites.

É nessa perspectiva que procederemos com a análise do discurso literário e os processos de subjetivação, cientes do campo perigoso que estamos adentrando, mas que nos incita a dele falar. Estamos cientes também que não nos dará o conforto de um solo palpável; encontraremos correntezas e vendavais, isso porque se trata de um discurso arte que encontra – e que é a vida - a vida das meninas e também dos meninos - em constantes correntezas e vendavais de forças que vem e que vão, entre as práticas da verdade e as técnicas de poder.

4. O FEMININO GOVERNADO E QUE SE GOVERNA ENTRE OS VENDAVAIS E AS CORRENTEZAS DA TRANSGRESSÃO LITERÁRIA

As investigações do primeiro capítulo deste trabalho permitiram-nos, mesmo que minimamente, compreender a literatura, a partir do pensamento foucaultiano, como saber moderno que emerge ao lado de outros saberes do/sobre o homem na *episteme* da modernidade. Tipo específico de saber, a literatura é poder de transgressão já que faz os conhecimentos humanos emergirem e proliferarem em outra ordem, ou melhor, sem compromisso com a ordem, como faz a linguagem comum. O ser da literatura é este deslocamento e **descompromisso** – daí dizer de seu delírio – com a linearidade, o confortável sono sobre as regularidades e o apagamento das contradições. Transgressão de si mesma, o ser da literatura se constitui em linguagem que ultrapassa seus próprios limites de obra, obra instituída pela ordem, e expande os limites dos próprios saberes que veicula, quão profundamente complexa e transgressora ela é. Arriscando-nos, recorremos à seguinte metáfora: o ser da literatura é a fruta que desperta a mulher e o homem (ordem em que aparece na Bíblia Sagrada) do sono dogmático lançando-os fora da realidade única possível no paraíso, deixando-os expostos à heterogeneidade dos acontecimentos. Aproveitando da metáfora da fruta, citamos Gama-Khalil: “a linguagem literária, pelo caráter cênico como os saberes emergem, funciona como uma escritura onde saber e sabor se embaraçam, são um só” (GAMA-KHALIL, 2013, p. 22).

Se as margens de um livro de linguagem “não-literária” jamais podem ser traçadas nitidamente, como explica Foucault em sua *Arqueologia*, devido a seu campo complexo de discursos que o liga a outros textos e livros (cf capítulo anterior, item 4.3), como considerar um livro de literatura e seus limites em um trabalho que se propõe a analisar o discurso literário? É em Deleuze e Guatarri que encontramos não respostas, mas provocações para pensar esse ilimitado ser simulacro que se sugere ao romper a brancura da página:

Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos. Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora. Assim, sendo o

próprio livro uma pequena máquina, que relação, por sua vez mensurável, esta máquina literária entretém com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária etc. — e com uma *máquina abstrata* que as arrasta. (DELEUZE E GUATARRI, 1995, p. 11)

Seguindo a proposta dos autores, cada livro do nosso recorte será acatado como fluxo em seus pontos de conexão. Fluxos e conexões entre si (em se tratando de três obras) e com outros livros, e é nesses pontos que procuraremos parar e questionar como funcionam esses relacionamentos, buscando escapar das voltas às unidades que anseiam o lado de dentro do livro, o sentido escondido dentro da intenção das autoras, ao passo do que diz Coito quando bem nos adverte que “como existem *vontades de verdade* não uma verdade absoluta, o questionamento sobre a *ciência literária* deve ser constante, assim como cada objeto que envolve a constituição dessa ciência, como é o caso do livro” (COITO, 2016, p. 205 - grifos da autora) e, em conjunção com essa mesma autora nesse mesmo trabalho, questionar o lugar que a literatura infantil ocupa em nossa sociedade.

Consideraremos, pois, mais do que o livro, o **discurso literário infantil** como *máquina de guerra*. Máquina literária de guerra que compõe e propaga espaços-tempos sempre *nômades*. *Nômade* justamente porque arrasta, conjugando-se com outras máquinas, sobre uma *linha de fuga*, a existência humana fazendo-a ocupar novos espaços-tempos (comer a fruta e acordar do sono dogmático), não de uma vez por todas, mas sempre em fluxos e deslocamentos, desterritorializando e reterritorializando **os sujeitos** – transpondo linhas/limites que logo atrás se fecham. Delimitamos, assim, os conceitos em torno dos quais procederemos analiticamente no presente capítulo: **discurso** (literário) e o **sujeito/processo de subjetivação**, bem como outros conceitos, de maneira um pouco menos dispendiosa, mas que envolvem o procedimento arqueológico e genealógico que propõe Michel Foucault: enunciado, formação discursiva, arquivo, verdade, poder, disciplina, norma, resistência, governo de si e dos outros a fim de analisar, nesse discurso, as redes dos saberes e poderes que objetivam as personagens enquanto sujeitos, produzindo modos de subjetivação sobre elas e suas vidas.

4.1 Em suma, tudo se trata do sujeito

Neste item, trabalharemos a questão do sujeito, principalmente a partir da obra de Foucault. Questão tão cara aos movimentos pós-modernos e de maneira especial aos movimentos das minorias. Isso porque a derrocada do sujeito fundador, essencial, fonte do saber e da verdade deu lugar à observação do homem se tornando objeto do saber, sendo “fabricado” por ele, portanto, a verdade revela-se igualmente “fabricada”. Não há verdade (essencial), como teoriza Foucault ao passo do que anunciou Nietzsche e ampliando à sua maneira, “há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 229).

A partir do século XVII, a verdade passou a coincidir com as coisas que teriam existência na vida – e não mais no divino – e o homem teria total acesso a ela por meio de procedimentos científicos específicos para revelá-la, comprová-la, acessá-la da maneira mais clara possível. Assim, questionava-se a ligação do sujeito com a verdade a partir de algo que tivesse uma essência interior e que precisaria ser alcançado para ser desvendado e separado do que era falso. Foucault, procedendo na contramão, a partir dos estudos dos processos históricos pelos quais se instituem as verdades, joga luz na produção desta e, portanto, do sujeito não como essência, mas inserido e produzido nos regimes de verdade. Sem precisar voltar às origens da humanidade, o filósofo desvela como cada sociedade em determinado tempo e espaço produziu e fez funcionar determinados discursos como sendo verdadeiros e, em seu empenho sobre a sociedade ocidental burguesa, como esta, a partir desses discursos, produziu sujeitos dóceis e úteis, discursos apoiados em relações de poder para incessantemente e inteiramente disciplinar o homem, tornando-o sujeito atravessado por uma série de mecanismos de controle que esses mesmos corpos passaram a desenvolver.

Assim, a questão sobre o sujeito e sua relação com a verdade, levantada por Nietzsche e ampliada por Foucault e outros, interessou e interessa aos movimentos de minoria pelo caminho aberto à possibilidade de questionar (e mudar) normas, preceitos, doutrinas e disciplinas que “fatiam” a sociedade em espaços que só podem ser ocupados por pessoas de certa raça, gênero, condição social – em outras palavras, sujeitos produzidos de acordo com as repartições desses lugares. No caso do movimento das mulheres, a crítica

às categorias dominantes investiu contra o apagamento das contradições existentes em decorrência da exclusão sexualizada, como explica Rago:

Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno. (RAGO, 1998, p. 05)

Desse modo, falar em sujeito, na perspectiva foucaultiana, não é falar em um ser acabado e pronto, mas em processos, mais especificamente processo de subjetivação compreendido em três dimensões, como ele mesmo nos explica em um texto de 1980:

Em suma, a finalidade do meu projeto é construir uma genealogia do sujeito. O método é uma arqueologia do conhecimento e o domínio exato da análise é aquilo a que eu daria o nome de tecnologias. Significando isto a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito.

[...]

De volta ao presente, levei por diante este projeto de duas maneiras. Tratei das modernas elaborações teóricas que se ocuparam do sujeito em geral. Num livro anterior, tentei analisar a teoria do sujeito enquanto ser que fala, que vive e que trabalha. Tratei também da mais prática compreensão formada em instituições tais como os hospitais, os manicômios e as prisões, nas quais certos sujeitos se tornaram objetos de conhecimento e, simultaneamente, objetos de dominação.

Desejo agora estudar aquelas formas de compreensão que o sujeito cria acerca de si próprio (FOUCAULT, 1993, p. 206).

O sujeito no centro da *episteme* moderna, tornando-se objeto do conhecimento racional que diz ao indivíduo acerca daquilo que deve ser (sujeito falante na gramática, sujeito que produz na economia e sujeito que vive na biologia) – dimensão do saber – e sua íntima ligação com a objetivação do homem normalizado pelo poder, objeto de dominação

no qual se aplicam técnicas de controle sobre seu corpo – dimensão do poder; e nessas relações, o sujeito, integrando uma terceira dimensão, e o conhecimento de si, se reconhecendo sujeito (de uma sexualidade, louco, criminoso etc.) É preciso que nos demoremos um pouco mais nessas dimensões que produzem o sujeito na emergência dos discursos, melhor dizendo, é preciso compreender esses processos de subjetivação frisando, principalmente, o campo que nos marcamos: o campo da linguagem; é preciso compreender, pois, “o ponto em que um discurso particular emergiu de tais técnicas e passou a ser visto como verdadeiro, o ponto em que elas se ligam à obrigação de procurar a verdade e dizer a verdade” (FOUCAULT, 1993, p. 206) das **miragens femininas e feministas do presente**, analisar nesse discurso o investimento imbricado dessas três dimensões.

Na dimensão do saber, Foucault empreende um estudo sobre os discursos nos quais o sujeito aparece como objeto de conhecimento, como já foi dito. Isso foi possível a partir de sua compreensão do discurso como produção histórica que constrói subjetividades a partir da produção e “fixação” da verdade, ou das verdades, do e sobre o sujeito. Isso significa dizer que nos regimes de verdade, os modos pelos quais os discursos podem ou não se fixarem como verdadeiros é que determinarão, como mostrou Foucault em *A história da Loucura* (1961) e *O Nascimento da Clínica* (1963), o aparecimento do sujeito louco e como se dá, nesse gesto do conhecimento racional enquanto prática discursiva, a captura da loucura pela razão e o enclausuramento do louco. O homem como objeto privilegiado de investigação é produzido discursivamente como sujeito-objeto do conhecimento e também sujeito detentor deste conhecimento (aquele que enclausura e o que é enclausurado, num processo possível porque um deles detém o discurso da verdade).

Em *As palavras e as coisas* (2000), o filósofo dedicou-se ao discurso, desprendendo-o da originalidade do homem fundador da verdade e de uma origem fundamentalmente social. Examinará as ciências humanas, perscrutando a civilização ocidental e a forma como essa transforma o indivíduo, o corpo e o social em saberes validados revestindo teorias do *sujeito enquanto ser que fala, que vive e que trabalha*, como vimos na citação acima. A unidade, originalidade, transparência das ciências e, sublinhemos, a do sujeito, desmoronam diante da possibilidade de descrição histórica que o filósofo tornou possível quando propôs procedimentos de análise dos discursos e suas regras de autorregulamentação para se fixarem como verdadeiros, transformando o ser

humano em sujeito. Pode-se perceber o discurso no cerne da dimensão do saber na seguinte citação:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Esse discurso verdadeiro, com seu sistema de regras de aparecimento e funcionamento, torna-se desejável à medida que ordena, classifica, informa, aliena, liberta e condena, ou seja, nos produz enquanto sujeitos, não somente do saber racional, mas ligado a uma série de instituições (o hospital, a clínica, a fábrica, a escola) em nome de exigências econômicas e políticas de determinada ordem social (a economia e os interesses políticos burgueses): “o discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

No próximo item trataremos da “dispersão do sujeito” já que nos empenharemos sobre o procedimento de análise que Foucault propõe na *Arqueologia do saber* (2008). Por ora, continuemos nessas dimensões sobre as quais Foucault elabora seus estudos perseguindo seu objeto: o sujeito. “Criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231); “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1985, p. 7). Ainda sobre o sujeito e o saber, continua o filósofo:

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado (FOUCAULT, 1984, p. 11 e 12).

O sujeito, assim considerado, como constituído na trama da história, é que o levou ao discurso, o discurso da verdade nascendo e se transformando aos olhos, pensando e

produzindo sujeitos; e esse mesmo caminho o levou a ampliar a dimensão do saber arqueológico para a dimensão de uma genealogia do poder. Dos procedimentos de descrição dos *regimes de discursividade* à análise dos efeitos do poder na produção desses grandes discursos, pois as condições históricas do aparecimento das verdades e sua dinastia implicam também condições econômicas e políticas; era preciso estudar, então, essas relações.

De *Vigiar e Punir* (1975) ao primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976), Foucault analisa diferentes configurações de poder, regidas em nome do *governo* dos indivíduos e das populações, por meio de mecanismos para fazer desse governo, *governo dos outros e governo de si*. Primeiramente, é preciso compreender o que Foucault entende por poder, que segundo Deleuze (2013, p. 78) “parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma ‘relação de poder’”. Onde houver relação de força, há poder, isso explica porque Foucault recusa a hipótese da repressão e da violência de um poder que só limita e coage; em se tratando de *relações*, não há de um lado força e do outro, passividade, mas em ambos os lados existem ações e reações. Vejamos como ele se coloca a esse respeito em um de seus escritos:

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ele se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Não o poder, mas relações de poder. Não patamares, mas o exercício do poder. Nesse sentido, “ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 1995, p. 243), de corpos individuais ou coletivos sobre outros corpos. Esse poder microfísico, disperso, se exercendo sobre todos os corpos, do individual ao coletivo, não age em caos, mas numa política que envolve tecnologias, mecanismos nos diversos campos, cada qual capturado e produzido a sua forma: a loucura, a doença, a morte, o crime, a sexualidade, o trabalho. Sujeitos dispersos produzidos no interior de um espaço e de um tempo delimitado.

O homem como objeto do saber com foco nas análises do exercício do poder passa agora a ser examinado pelos mecanismos de segurança e controle da vida. Em *Vigiar e Punir*, o foco na história das prisões, ao descrever o dispositivo panóptico¹⁵, desvelou como se produziu uma sociedade das disciplinas. A descentralização do poder do soberano fez com que, gradativamente, a nova ordem fosse se instituindo por meio de novos modos de governar e, no século XVIII, principalmente, o investimento sobre a população se fez mais sofisticada, com técnicas de poder que atuavam sobre os indivíduos, técnicas organizadas em instituições como as escolas, as famílias, as fábricas, as prisões, os hospitais. O indivíduo se reconhece como sujeito dividido (o bandido e o bom cidadão, por exemplo) ao ser atravessado por técnicas para, no caso do criminoso, ser condenado, enclausurado, vigiado e corrigido, ou seja, ter seu corpo docilizado. O exercício desse poder disciplinador, porém, vai se tornando abundantemente eficaz pelo modo como vai capturando os corpos, de maneira econômica ao precisar de poucos esforços para se fazer (os corpos dispostos e vigiados na escola pelo pedagogo, na fábrica pelo imediato, na prisão pelo guarda, na rua pela polícia), e ao mesmo tempo envolver os corpos desde seus comportamentos mais mínimos. Vimos como a história das mulheres – no capítulo anterior - nos mostra isso, quando as mesmas incorporaram, em sua vida, gestos de feminilidade, comportamento maternal, o “enclausuramento” na vida privada etc., assim como, no primeiro capítulo, vimos como a sociedade disciplinadora “produziu” a literatura infantil pedagogizante, bem como a escola, para criar a infância objetivando/subjetivando a criança.

A incorporação dessas tecnologias pelos indivíduos mostra como, ao serem objetivados pelos saberes, passam a se reconhecer como sujeitos e agem, segundo essa ordem, num campo determinado de ações para se tornarem sujeito aluna, criança, trabalhadora, mãe, mulher: processo de subjetivação. Mesmo preconizando que o poder não nasce do Estado e desce sobre a sociedade, Foucault reconhece a capacidade deste de organizar os mecanismos e técnicas do poder que, segundo ele, “nunca (...) houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 1995, p. 236) como fez o Estado moderno e, na *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (1999), ampliando seus instrumentos teóricos, de maneira detalhada, ele teoriza sobre o *biopoder*

¹⁵ Foucault a descreve como modelo de prisão que rompeu com as antigas formas de punição, modelo este que representa com excelência a sociedade disciplinar que irrompia e da qual herdamos ainda alguns efeitos.

que se exerce sobre um corpo específico e a *biopolítica* que toma como objeto o corpo populacional para gerir-lhes a vida: “de um modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da **gestão da vida**, mais do que da ameaça de morte” (FOUCAULT, 1999, p.138).

Essas duas dinâmicas do poder, no século XIX, colocam o sexo no centro do controle dos corpos e, desmontando a tese da repressão, Foucault mostra como, ao colocar o sexo como “o segredo”, a sociedade ocidental moderna, no lugar de apagá-lo, dispensou todo seu interesse sobre ele, colocando-o em discurso, constituindo sobre ele saberes, fazendo circular verdades e definindo as condutas apoiando-se em técnicas específicas de poder. Assim, a psicanálise toma a sexualidade como objeto e em torno dela constrói seu campo de saber e agir sobre a população, tomando quatro linhas de ataque ao longo das quais a política do sexo avançou compondo toda uma rede de poder com técnicas disciplinares e procedimentos reguladores: 1) *Sexualização da criança*; 2) *Histerização das mulheres*; 3) *Casal malthusiano*; 4) *Psiquiatrização das perversões*. Ao lado da psicanálise, as políticas higienistas, a família vigiando e procedendo em torno do encontro dos corpos e do indivíduo com seu próprio sexo; a medicina avança na anatomia; a biologia no conhecimento das funções biológicas; o jurídico no controle das perversidades, o controle da natalidade e da mortalidade. Forma-se todo um dispositivo em torno da sexualidade guiando condutas, sensações e prazeres, fazendo o sexo onipresente, princípio de normalidade, segredo a descobrir em toda parte (FOUCAULT, 1999, p.144 e 145).

“O segredo” formou, em torno do sexo, um fascínio que o colocou o tempo todo em discurso. O desejo por esse discurso fez-se nesse mesmo dispositivo que soube muito bem usar tal fascínio para investir suas técnicas sobre a vida. Assim, para além de uma proibição, desenvolve-se a *técnica da confissão* como uma nova forma do *poder pastoral*, originada nas instituições cristãs, uma forma de poder que não só comanda, mas cuida da comunidade e do indivíduo durante toda sua vida para garantir-lhe salvação¹⁶; uma forma de poder que só pode ser exercida pelo conhecimento da mente do indivíduo, fazendo-o “revelar seus segredos mais íntimos” (FOUCAULT, 1995, p. 237). Desde o século XVIII, esse tipo de poder individualizante reorganiza-se não apenas para manter a lei e a ordem, mas para cuidar do bem-estar da população, de sua saúde, da higiene, do comércio etc. O fascínio perante o sexo faz com que o indivíduo confessasse suas degenerações, o

¹⁶ A salvação da alma no modelo cristão de governo se amplia na medida em que é capturada e transformada pelas relações de poder através dos tempos e chega à contemporaneidade como a salvação, preservação, gestão da vida.

inconfessável, os desejos, os prazeres, as perturbações e esperar do outro, o discurso da verdade que o libertaria; dizer é buscar e dar a cura. Um *regime de discursividade* se faz na produção da verdade sobre o sexo, onde o indivíduo se reconhece sujeito de uma sexualidade e a confessa, vigia, pratica e deseja, objetivado e subjetivado por “mecanismos de poder **(que)** se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada (...). O poder fala da e para a sexualidade” (FOUCAULT, 1999 , p.138). Desta feita, o poder não só limita, restringe, ordena, coage, pune e vigia, mas incita, induz, facilita, amplia, produz.

Em seu estudo sobre o poder, Foucault

Descobriu um corpo social produzido pelo investimento produtivo de uma complexa rede de micropoderes disciplinares que atuavam de maneira a gerir e administrar a vida humana, tendo em vista tornar possível a utilização dos corpos e a exploração otimizada de suas capacidades e potencialidades (DUARTE, 2008, p. 48)

Neste ponto, podemos pensar que não fazemos o que queremos, mas aquilo que é determinado no espaço que o sujeito ocupa na sociedade para ser útil e dócil, pronto a receber disciplina e também fazê-la, e que o exercício do poder dispõe dos corpos não para violentá-los, mas para, além de utilizá-los, cuidar de sua saúde, bem-estar, segurança. Sobraria, então, espaço para resistência? E para que resistir a um governo que tão bem cuida da vida? Há possibilidade de resistir à microfísica do poder que penetra a individualidade?

Se há relações de poder, há resistência exatamente porque esse tipo de governo (que não é só do soberano, mas também dos súditos, *de si e dos outros*) só funciona se existirem espaços de liberdade (FOUCAULT, 1995, p. 244). O problema de estabelecer a norma investindo sobre a individualidade é que esses regimes de poder sempre buscam a totalização. O indivíduo é objetivado e subjetivado para trabalhar sua individualidade não para se tornar único, mas para encaixar-se em um modelo moral, em uma conduta aceitável, pronto para ser explorado. O sujeito é livre para se encaixar em diversas possibilidades de comportamentos e de reações, mas não totalmente livre para assumir qualquer comportamento e ter qualquer reação; desse modo, é necessário que a mulher cuide de sua aparência, de sua beleza, mas nem toda beleza é aceitável, o cabelo duro, armado combinado à pele muito preta nem sempre desfilou livre por aí, por exemplo; e o

que falar do corpo gordo? E quando a beleza se mistura à inteligência num corpo feminino?

Os discursos não são estáticos, logo, nem as verdades, nem as posições que os sujeitos ocupam na sociedade, de modo que as verdades estão sempre mudando na medida em que essas posições estão sempre se rompendo na movência dos discursos e suas relações saber-poder. Ações sobre ações, relações de forças, embates de forças e a resistência se faz cotidiana, nesses mesmos corpos cindidos por disciplinas e controles, que elaboram estratégias de luta promovendo novas formas de subjetividade. Diante disso, Foucault volta seus estudos ao *governo de si*, procurando articular, em sua genealogia, o exame das técnicas com os discursos acerca do sujeito – integrando às dimensões do saber e do poder, a dimensão do si: “parece-me que, se quisermos analisar a genealogia do sujeito nas sociedades ocidentais, temos de levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas do eu”. (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Segundo Deleuze (2013, p. 103), o poder nos coloca diante de um impasse por nos colocar constantemente em choque contra ele “nas mais ínfimas verdades”. Essa terceira dimensão, a qual chega Foucault, seria distinta das outras, mas não as anula, pelo contrário “já atuava ao mesmo tempo em que os outros **(as outras dimensões)** e os impediam de ficarem presos num impasse” (DELEUZE, 2013, p. 103). No segundo volume da *História da sexualidade – O Uso dos Prazeres* (1984) e depois, no terceiro volume, intitulado *O Cuidado de Si* (2005), assim como em outros trabalhos que se seguem, o filósofo direciona-se a textos da Antiguidade Clássica ainda com o propósito de analisar a história da experiência da sexualidade, porém guiando-se no *como* os homens governam, cuidam, estetizam, conhecem a si mesmos.

Os gregos, segundo o filósofo, inventaram a subjetivação. Nos textos clássicos, nas escolas filosóficas gregas, o discurso da verdade era menos de técnicas de produção e ensino de teorias do que técnicas de busca de uma verdade do sujeito, de maneira que o indivíduo pudesse elaborar sua vida para viver da melhor maneira possível, a vida como obra de arte. A análise de discursos da Antiguidade Clássica e acerca do preceito socrático *conhece-te a ti mesmo*, mais do que conhecer, revelou-se como um *cuidado de si*, no qual a verdade ligada ao sujeito não estaria escondida nele esperando ser acordada, mas deveria ser produzida por ele, por uma série de técnicas de escrever, de ler, de memorizar, de repetir, meditar para resistir ao sofrimento e à morte, ao mesmo tempo em que se elabora eticamente a vida, as chamadas “técnicas do eu”.

No *Uso dos Prazeres* (1984), Foucault joga luz ao comportamento sexual e mostra que, antes mesmo do Cristianismo, o sexo foi se associando ao aspecto moral, observado a partir de quatro práticas – a do regime, a da gestão doméstica, a da “corte” aos rapazes e com a verdade – da sociedade Grega, no qual, a atividade sexual já aparece como perigosa¹⁷.

Diante do perigo, as três artes de se conduzir que aparecem nos discursos prescritos ao cidadão grego livre são: a) a Dietética: em que se recomenda a temperança no uso dos *aphodisia* (os prazeres), principalmente no melhor momento para isso de acordo com o estado do corpo, evitando o esgotamento deste e a manutenção da espécie; b) a Econômica: a recomendação é por uma temperança não pela fidelidade do casal, mas para que se mantenha pela vida toda o privilégio sobre a legítima esposa, pois sobre ela é que se exerce o poder do marido e mantém-se a hierarquia e o governo da casa e c) a Erótica: recomenda-se que o homem tenda à renúncia do amor aos rapazes. Porém, essa ética austera nos gregos e também nos romanos não implica uma coerção a todos, uma lei que os submeteria, mas uma forma de estilizar suas existências a fim de que assuméssem a forma mais bela possível. E acima de tudo:

A reflexão sobre o comportamento sexual como campo moral não constituiu entre eles uma maneira de interiorizar, de justificar ou de fundamentar em princípios certas interdições gerais impostas a todos; foi, sobretudo uma maneira de elaborar, para a menor parte da população, constituída pelos adultos livres do sexo masculino, uma estética da existência, a arte refletida de uma liberdade percebida como **jogo de poder**. A ética sexual que está em parte na origem da nossa repousava de fato num sistema muito duro de desigualdades e de coerções (em particular a respeito das mulheres e dos escravos); mas ela foi problematizada no pensamento como a relação, para um homem livre, entre **o exercício de sua liberdade, as formas de seu poder, e seu acesso à verdade** (FOUCAULT, 2005, p. 219 – grifo nosso)

Portanto, aos gregos, governar a si mesmo constituía em bem governar sua casa, seu casamento, seus bens, perpetuando um sistema de desigualdade de forças com aqueles que não possuíam tão completo acesso às *técnicas do eu*. Esse princípio de moralidade que

¹⁷ No próximo capítulo, nos aprofundaremos no *cuidado de si*, na *arte da existência* e suas relações com a *ética*, analisando como estas podem estar reconfiguradas nos dias de hoje no discurso literário. Neste momento empregaremos sobre a relação do *governo dos outros* com o *governo de si*, ou melhor, como o filósofo mostrou que governar a si é a melhor forma de governar o outro e como o poder soube capturar os diferentes modos de governar a si mesmo em determinados momentos da sociedade ocidental.

se ligará ao sexo aparecerá de diversas formas, de acordo com cada regime de verdade, nas sociedades que se seguiram, em diferentes formas de capturar as tecnologias do eu para governar. A moral cristã captura a relação com a mulher seja na forma da fidelidade conjugal, na virgindade, na interdição do prazer sexual. Mais tarde, a psicanálise surge e novamente captura os comportamentos sexuais da mulher, da criança, do perverso. Esses exemplos não são totalizantes, mas tomados bem pontualmente na história. Administrar a vida, no dispositivo da sexualidade, por técnicas tomadas dos gregos, se fez eficaz a partir da autodecifração, do autoexame e da confissão, nas quais, incessantemente, o sujeito é chamado a dizer a verdade a respeito de si, tal como considera Foucault:

Digamos que se tem de levar em conta a interação entre estes dois tipos de técnicas, os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção (FOUCAULT, 1993, p. 207)

As relações consigo estão constantemente em metamorfose exatamente porque, como mostrou Foucault, estão constantemente sendo integradas em estruturas de coerção pelas relações de saber e as relações de poder. Na moral cristã, a confissão (que nos gregos se dirigia ao mestre ou ao amigo conselheiro), faz o sujeito pecador, culpado, pronto a confessar-se para se conhecer e se salvar. Na ordem burguesa moderna, o sujeito confessa ao conhecimento científico (à psicanálise, à medicina) para curar-se. E o que dizer da diversidade dos manuais de comportamento destinados à mulher e ao homem burguês para bem comportar-se na produção de uma conduta impecável e higiênica, se não um o governo de si para diferenciar a classe que governa da classe que é governada? E não apenas diferenciar, mas governar o outro da melhor forma possível a partir dessa separação instituída? O governo de si, em nossa sociedade, fez-se fundamentalmente político.

Compreendemos que os estudos de Michel Foucault se dirigiram a campos bem determinados: as prisões, a loucura, a medicina, a sexualidade; por isso, é com cuidado que devemos também dirigir nossos estudos que não se enquadram exatamente em todos esses campos. Nosso interesse em olhar o sujeito menina que se constitui a partir das personagens que protagonizam as obras que recortamos, deve considerar, pois, o acontecimento do nosso objeto em sua estrutura e aparição histórica, em sua rede de enunciados formando (um) discurso que aí (nesse feixe de relações) emerge permeado

pelos efeitos de poder, permitindo dizer, em linguagem literária, as **miragens femininas e feministas** de uma forma e não de outra. Direcionamos os procedimentos foucaultianos de analisar discursos ao campo que nos interessa – o discurso literário e os processos de subjetivação do feminino e feminista – na medida em que a exterioridade histórica, a verdade e poder tomam corpo na estrutura discursiva produzindo a realidade *do* e *para* os sujeitos, seus corpos, seus gêneros, suas subjetividades, suas vidas enfim.

Compreendendo, como Foucault, que a verdade e, nesse sentido, o sujeito, é produzida/o a todo tempo em nossa sociedade e que, por isso, somos guiados por uma vontade de verdade, pretendemos analisar *o governo de si e dos outros* operando na emergência do discurso literário, quais verdades produzidas acerca do sujeito menina e seus efeitos de poder que “atam” certas miragens do feminino, considerando, assim como o filósofo, a ligação histórica do sujeito com a verdade nos processo de subjetivação, já que

Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade-poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Compartilhamos das mesmas preocupações sobre essas relações que se dirigem aos sujeitos, principalmente quando pensamos em sujeitos que estão à margem e dentre as minorias. Antes de passarmos às análises, no próximo item abordaremos o conceito de sujeito enquanto dispersão.

4.2 O sujeito é dispersão

Em meio a escrita do presente capítulo, recebemos indicação de um amigo para ler uma polêmica notícia que, segundo ele, implicava a construção da conduta da menina e do menino e que, portanto, poderia ser de nosso interesse. De fato, a notícia muito nos interessou e sobre ela dispensamos algum tempo e, por isso, compartilharemos aqui algumas de nossas reflexões, mais a título de exemplificação, ou, assim como nos foi enviada essa fagulha de inquietação, transferirmos também a quem, porventura, nos lê. Na

notícia¹⁸, falava-se sobre uma editora portuguesa, Porto Editora, que, no ano de 2016, lançara um caderno de atividades específico para meninas e outro específico para meninos. Em 2017, a circulação desse material teve a interferência do governo português que recomendou sua suspensão após análise do seu conteúdo a pedido da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG). As instituições (Governo e CIG) alegam que as atividades acentuavam “estereótipos de gênero”. Uma delas, por exemplo, propunha uma caça ao tesouro, ao masculino, um emaranhado de traços formava um complexo labirinto a desvendar, que levaria um menino vestido de roupas esportivas a um grande navio; ao feminino, o mesmo exercício aparece com uma precariedade visível de traços ao formar um labirinto muito mais simples, ao qual a princesa deveria atravessar para chegar até a coroa.

Quais verdades revestem esses corpos? Ou melhor, despidos esses corpos, qual verdade atravessa o sujeito que vestira o vestido e passara pelo caminho mais fácil? E qual verdade se produzira para o sujeito que enfrentou mais dificuldades para chegar ao tesouro? Quais sentidos se sugerem à criança que se vê frente ao desafio que a encaminha sempre ao ambiente privado do castelo? E quais se sugerem àquela que conquista o ar livre? Colocados os labirintos lado a lado, quais sentidos se sugerem quando o mais simplificado está no caderno cor-de-rosa e o mais complexo no caderno azul? Passadas tantas décadas desde que a ciência já mostrou que não há ligação entre gênero e capacidade intelectual, quais saberes e poderes sustentam esse discurso escolar que cerceia os comportamentos infantis? Quais sentidos mudaram e quais atravessaram tantos séculos desde o surgimento da princesa e do príncipe-caçador nas antigas histórias contadas oralmente e reelaboradas na revolução burguesa? Como dissemos, perguntas a partir de um exemplo para despontar reflexões.

Os sentidos estão aí, constituindo miragens e movendo os corpos, corpos manipulados que se reconhecem e são reconhecidos pelos outros por uma forma de governo que, sutilmente, integra tecnologias de coerção e tecnologias do eu, governo que age no espaço de liberdade próprio do exercício do poder que não só limita, mas produz sujeitos, ou melhor, produz diversos lugares dos quais um indivíduo pode ocupar para ser sujeito: *o sujeito é uma dispersão*.

¹⁸ Endereço eletrônico para conferir a notícia na íntegra: <<http://observador.pt/2017/08/23/livros-polemicos-veja-as-diferencas-dos-exercicios-para-rapazes-e-meninas/>>

A menina objeto central de um texto literário, a menina sendo objetificada em enunciados como “apaixonada por livros de mecânica e elétrica”, “mais inteligente do que Albert Einstein e Leonardo da Vinci juntos”, além das condições próprias da linguagem literária de desequilibrar o real, tem condições históricas de existência advinda do feixe de relações de toda uma discursividade produzida acerca desses enunciados estreitamente ligados a formações não-discursivas. Isso quer dizer que esses enunciados que dizem a menina Eugênia, sem precisar trazer novamente na superfície textual o passado feminino, remete, por exemplo, a discursos como o feminista que reivindicou o direito à educação, busca da quebra da inferioridade intelectual da mulher e afirmação da igualdade de gênero, ou o discurso publicitário que ao lado da “rainha do lar” integrou o intelectual e profissional à figura feminina; e não somente o passado, mas como não pensar na possível relação desses enunciados com aquele outro do exemplo logo acima, produzido pela Porto Editora? E o enunciado materializado no documento do governo português que busca interditar a circulação de tal texto? O discurso que envolve a intelectualidade feminina, portanto, leva-nos a analisar também sua articulação com as estratégias de poder não-discursivas que se voltam a esse sujeito por meio de técnicas para disciplinar, controlar e normalizar seus corpos: o Estado, a indústria da publicidade, a escola, a universidade, as manifestações de rua, a medicina, a família. Os discursos só existem nessas e por essas instituições, por processos políticos, econômicos e sociais, e vice-versa.

Esse discurso pode ser apanhado, portanto, em sua prática articulada de constituir saber-poder e, assim, ser apanhado em sua história, ou seja, a história de determinado enunciado que forma o objeto de que se fala e que pode, nesse sentido, ser descrito em suas condições positivas e por isso questiona-se seu acontecimento sob aquelas condições e não outras. Essa prática articulada de saber-poder não é linear e estática, o enunciado enquanto acontecimento se insere num complexo campo discursivo como vimos. Falar da intelectualidade feminina não se dá somente na ligação com discursos que afirmam, mas no embate com aqueles que a excluem. Para que irrompa determinado enunciado (e determinado objeto do discurso que ele compõe) e não outro, micro lutas se estabelecem no cotidiano, inscrevendo-se em corpos individuais e coletivos, e por isso numa constante transformação.

Analisar o discurso literário e os processos de subjetivação é proceder sobre os investimentos do poder e do saber e, por conta disso, cada frase que compõe nosso *corpus* será acatada como enunciado em sua condição de acontecimento e sua função de constituir

a existência e a concretude de seus objetos/sujeitos/verdades. Como anunciamos no item anterior, neste momento, trataremos do conceito de “dispersão do sujeito” dentro do procedimento arqueológico proposto por Foucault, tecendo análises do discurso literário, constituindo **miragens femininas e feministas**, buscando analisar, pois, a genealogia desses discursos acerca do sujeito e a maneira como é governado e governa a si mesmo.

A “dispersão do sujeito” é profundamente teorizada na *Arqueologia do Saber* (2008); para chegar até ela é preciso retomar o procedimento de analisar discursos proposto por Michel Foucault nessa mesma obra. Se em *As palavras e as Coisas* (2000) Foucault se dedica a estudar o discurso e suas regras que “definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos” (FOUCAULT, 2008, p. 55) empreendendo sobre a maneira como o homem compreende a si mesmo, como possibilidade de tornar sua existência objeto das ciências, na *Arqueologia* seu projeto é explicar sobre qual procedimento atuou para analisar o que tornou possível o aparecimento das disciplinas em determinada época. Tomou as disciplinas, ou os saberes, como práticas discursivas e analisou o conjunto que caracteriza a formação dos enunciados para essa prática discursiva que, segundo o que ele demonstrou, não manifesta sua formação somente dentro dos limites do *status* de disciplina, mas a formação discursiva desde o que é coextensivo à determinado saber até o que “excede amplamente e a cerca de todos os lados” (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Para analisar as práticas discursivas, ele teoriza sobre os conceitos de *enunciado*, *formação discursiva* e *arquivo*. Os enunciados, fatos linguísticos efetivamente ditos ou escritos, são a unidade elementar do discurso e, mesmo dispersos no espaço e tempo, é possível identificar-lhes uma rede de relações, individualizando as formações discursivas nas quais se inscrevem, formações que, por sua vez, formam o arquivo.

No terceiro capítulo da *Arqueologia*, o enunciado é teorizado como sendo uma *função enunciativa*. Na condição de *função*, o enunciado distingue-se da proposição já que não se submete à lógica do verdadeiro ou falso, as equivalências estruturais da língua não são equivalências enunciativas; também se distingue da frase, pois não depende necessariamente de uma estrutura linguística ou gramatical; distingue-se ainda do ato de fala já que não se trata de observar-lhe o resultado (efetivo ou não) do ato nem a intenção de quem o produz (FOUCAULT, 2008, p.92-94). O enunciado encontra-se, pois, na instância do discurso “em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)” (idem, p. 97), pois opera como “uma função que cruza um

domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (idem, p. 98).

Por ser função com aparecimento concreto, é possível que ele seja relacionado a um referencial, produzido por um sujeito, ligado a outros enunciados formando um campo associado e possui uma existência material.

“O **referencial** do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (idem, 103 – grifo nosso). O que é posto em jogo quanto ao ‘tema’ de uma formulação que fale do feminino, por exemplo, depende de seu espaço de correlação, assim, pensemos em suas leis de aparecimento e delimitação em um romance ou em um livro de anatomia. Nesse caso, “aquilo de que se fala” é possível de análise por conta de um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer (no caso, se a frase faz sentido, pode ser porque apareceu em um domínio de objetos fictícios e não na ciência). O nível enunciativo se opõe, pois, ao nível gramatical e ao lógico, já que, nesse caso, o “referencial” (...) não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’ mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (idem, 103).

Quando Foucault coloca, entretanto, a questão do **sujeito**, deixa claro que ela “pertence exclusivamente à função enunciativa”. O sujeito do enunciado não é aquele da frase (de sua estrutura gramatical), não se encontra e não é analisável somente dentro do sintagma. Também não deve ser confundido com o autor da formulação. Não que estas não existam, mas não devem ser “superposta(s) à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia”. Mas o que é então o sujeito do enunciado? Recorremos à sua celebre fala sobre o tema:

[...] O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008, p. 105).

Por esta razão, diz-se que a dimensão do sujeito está ligada exclusivamente à função enunciativa e que o sujeito é uma dispersão, pois ele é historicamente determinado. Mesmo que não haja pessoa gramatical, é possível ligar os signos enunciados a um sujeito e mesmo as formas gramaticais fixas que indicam pessoa não possuem sempre o mesmo sujeito do enunciado. Isso significa dizer que também em um mesmo texto, o sujeito está disperso visto que “varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma” (idem, p.107), porém, ele é determinável, ou melhor, é determinável a posição sujeito, é determinado a partir de um número de operações efetivamente formuladas, acontecimentos enunciativos anteriores e condições históricas para que seja possível determinar tal “posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (idem, 108).

Neste ponto, percebemos que, na análise arqueológica, as estruturas formais não são suficientes para determinar o que é um enunciado; a arqueologia trabalha com a exterioridade histórica constitutiva, por isso não se pode dizer que um enunciado é livre, neutro e independente se atende formalidades estruturais da língua; pelo contrário, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (idem, 110), não existe sem um **campo associado**. Essa coexistência entre enunciados, já dissemos, é histórica. Neste sentido, o campo associado não tem a ver com o contexto imediato em que o enunciado foi produzido, mas com sua participação em série, mesmo que deixe de existir ou possa ainda ser repetido, mas “desde sua raiz” ele se integra a “relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual” (idem, p.111), ali desempenhando seu papel, repetindo, apagando ou modificando as formulações com as quais se relaciona, de uma forma ou de outra, um enunciado sempre reatualiza outros enunciados, portanto, se liga a uma memória e, por conta disso, não é princípio individualizante, mas “o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam” (idem, 112).

O último elemento que compõe a função enunciativa é a **existência material** do enunciado, e nessa existência material dos enunciados se dá também a materialidade histórica, pois sua espessura é formada por um suporte, uma data e um lugar de registro. Nesse sentido, essa materialidade pode ser manipulada e sua identidade é móvel quando inscrita em diferentes modalidades enunciativas – por exemplo, no romance, no domínio literário; no livro de anatomia, no domínio da ciência – é por isso que o arqueólogo diz de um “regime complexo de instituições materiais”. O enunciado é, ainda, repetível

exatamente por ser manipulável pelos enunciadores, visto que sua materialidade o possibilita a ser reinscrito e transcrito e, assim, entrar em um *campo de estabilização*. Pode parecer, nesse instante, que enunciados se movem e se repetem, mas que o surgimento de novos não previstos pelo arqueólogo. Sobre isso Foucault diz:

Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. (FOUCAULT, 2008, p. 117 – grifos do autor)

Pelo fato de tomar o enunciado em função enunciativa, com referente, por abordar a dispersão do sujeito, por entender que o enunciado se constitui num campo associado e que tem uma existência material, Foucault assevera que o enunciado “com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga” (idem, p. 118 e 119).

Singular e repetível, essas são as características elementares do enunciado concebidas por Foucault. Na análise arqueológica, considera-se o singular aparecimento dos enunciados em sua forma e que, em sua dispersão temporal e espacial, relacionam-se a uma diversidade de objetos, mas - rememoremos as primeiras seções deste capítulo - que formam um sistema ao se referirem a um mesmo objeto e é isso que possibilita a apreensão e descrição desse sistema de formação já que ele se constitui de regras de repartição, de agrupamentos, de coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos:

Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz freqüentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os lingüistas), descreveria sistemas de dispersão (FOUCAULT, 2008, p. 42 e 43).

Percebamos, pois, que não se trata de interpretações daquilo que se encontra “escondido” no texto, nem de encontrar o fio da continuidade desses sistemas, ou ainda conceber um sistema fechado, mas considerar igualmente as lacunas, as contradições, os emaranhados. A análise da regularidade partiria, pois, de: a) **reagrupamento dos objetos** (cf. seções 1 e 2 deste capítulo), nas quais detalhamos a formação dos objetos; b) **as modalidades enunciativas ou tipos de enunciação** que investigam *quem fala?* – “qual é o *status* dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?” (FOUCAULT, 2008, p. 56), Qual *lugar institucional* que o sujeito encontra legitimidade para obter seu discurso? E qual a *posição* ocupada pelo sujeito que fala?; c) **a formação dos conceitos**, por sua vez, refere-se a um *campo de presença* que consiste na retomada de enunciados já formulados, a um *campo de concomitância* entre enunciados de diferentes discursos, mas que, na formação de um determinado conceito, servem de modelos ou premissas, a um *domínio de memória* que “trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos (...) mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (idem, 64); d) **a formação das estratégias**: que constituem os *temas* e *teorias* de uma dada formação discursiva estudados a partir de pontos de descrição dos discursos, que considerariam tanto os pontos de incompatibilidade quanto os de equivalência entre dois objetos, modalidades enunciativas e conceitos.

Antes de partirmos para o conceito de arquivo, ressaltamos outras três características do enunciado relevantes para a análise discursiva arqueológica: *a raridade, a exterioridade e o acúmulo*. Sobre o primeiro, deve-se considerar que o enunciado é raro porque “nem tudo é sempre dito... Poucas coisas são ditas, em suma” (FOUCAULT, 2008, p. 135 – grifos do autor) e, justamente por isso, estudá-lo no limite daquilo que não foi dito e isso não significa buscar tudo aquilo que foi silenciado, mas estudá-lo em seu valor, em seu lugar enquanto efetivamente realizado, pois encontrou condições históricas de emergência e dele procuramos nos apropriar, repetir e transformar e, assim, restituí-los à sua dispersão e isso se liga à ideia de exterioridade. Tal ideia, pois, busca acatar a irrupção do enunciado “no lugar e no momento em que se produziu” (idem, p. 138), uma descrição histórica que apreende o atravessamento da oposição do exterior e do interior – e, portanto, a descontinuidade, ou seja, analisá-lo como acontecimento. Dispersão e regularidade e logo percebemos a relação dessas duas instâncias com o *acúmulo*, já que a arqueologia não

trabalha com o *cogito* e nem com a origem, mas, “de fato, no nível do ‘diz-se’” (idem, p. 138), com os agrupamentos dos enunciados e sua existência na espessura do tempo; desse modo, “descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; [...] para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo” (idem, p. 141).

Nesse sentido, quando neste trabalho falamos, em alguns momentos, de *positividade* de um discurso, na perspectiva foucaultiana, referimo-nos à análise dos enunciados na densidade do acúmulo, em sua unidade através do tempo que ultrapassa os limites das obras individuais, os livros e os textos para observar enunciados que “falavam da ‘mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’ ou a ‘mesma distância’, desenvolvendo ‘o mesmo campo conceitual’, opondo-se sobre ‘o mesmo campo de batalha’” (FOUCAULT, 2008, p. 143), ou seja, observar os enunciados formando famílias, constituindo formações discursivas e, nesse campo, “eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos” (idem, p. 144). A positividade exerce função de um *a priori* histórico, já que se trata de coisas ditas efetivamente, e por isso trata-se de isolar as “condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (idem, p. 144). Analisar uma positividade é, pois, observar segundo quais regras uma prática discursiva forma um saber – análise da função enunciativa, da formação dos objetos, das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos, as escolhas teóricas.

Forma-se, então, um volume complexo de práticas discursivas dispersas e heterogêneas, práticas discursivas que formam sistemas e possibilitam que os enunciados apareçam como acontecimento e são esses sistemas que Foucault chama de *arquivo*:

Trata-se antes [...] do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, [...] tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se

componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...] O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o *sistema de sua enunciabilidade*. O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento*. Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria (FOUCAULT, 2008, p. 146 e 147).

Tal conceito revela-se nuclear é esse conceito numa análise arqueológica. Ele une todos os outros conceitos e encontra-se no eixo em que o analista procede na descrição dos saberes, das formações discursivas, das positivities. A análise a qual nos propomos aqui segue tais trilhos e, por conta disso, é que não nos perguntamos o que as autoras queriam dizer com suas personagens (ou as coisas das quais através delas as autoras falam), mas perguntar ao sistema de discursividade, suas regras, seu funcionamento, em que condições instauraram-se tais enunciados.

Se a questão do sujeito se amplia, desdobra e sofre torções nas três dimensões dos estudos de Foucault – das quais tratamos no item anterior, foi a partir da noção do sujeito enquanto dispersão que todo esse universo de estudos foi possível. Observemos como as noções de acontecimento, de série, de regularidade e de condição de aparecimento/possibilidade de um discurso, bem como as de função enunciativa, raridade, exterioridade e acúmulo se ligam à crítica às noções de significação, originalidade, unidade, continuidade e, conseqüentemente, sujeito criador. A constituição de subjetividades nas práticas discursivas, ou seja, as práticas que fazem com que apareça no interior do discurso algo que possa ser um sujeito, a partir dos esclarecimentos que a *Arqueologia do Saber* proporcionou quanto à sua crítica e a seu procedimento, possibilitou que visualizássemos como num discurso o sujeito é mais um lugar vazio, complexo e diverso que um indivíduo pode ocupar do que um lugar uno que naturalmente e/ou merecidamente pertence a um indivíduo origem e fonte do seu dizer.

Na obra, *O que é um autor?* (1992), a crítica ao sujeito unidade fundadora ganha, na reflexão do autor, linhas teóricas mais complexas e elucidativas no entendimento da constituição das subjetividades. Assim como pronuncia o desaparecimento do sujeito, Foucault pronuncia o desaparecimento do autor que, para ele, não significa que o sujeito que escreve não existe. Existe, mas não inaugura um discurso a partir de si mesmo; é, antes, parte de operações específicas de produção, funcionamento e circulação dos discursos, ou seja, é uma função que em cada tempo e sociedade se dá de maneira muito diferente e específica, o que instaura, por sua vez, modos específicos de ser dos discursos. Assim como o sujeito, o autor é “produzido” em uma sociedade, uma cultura; é historicamente e discursivamente determinado:

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, 1992, p. 23).

Em *A Ordem do discurso* (2014), os procedimentos internos (o comentário, as disciplinas e a função autor) de controle e delimitação dos discursos (sobre os externos, conferir seção 1, capítulo 1) funcionam como princípios de classificação, ordenação e distribuição destes. O discurso, ele mesmo, forma-se incorporando procedimentos de controle que dão a ele a aparência da unidade e, na figura do autor, essa unidade ganha uma aparência de identidade que naturaliza e individualiza os discursos fazendo-os sempre voltar a essa unidade criadora.

Assim, a função autor não é universal e nem natural, já que é “fabricada” segundo operações específicas a cada época e cultura, operações que envolvem técnicas e instituições e que tomam corpo em práticas discursivas de controle e coerção do próprio discurso e, nesse ponto, ligam-se às práticas de subjetividades. Em nossa sociedade, questões extradiscursivas de mercado e de reconhecimento canônico, por exemplo, fazem com que figura do autor literário caracterize o modo de ser de “seu” discurso. A crítica foucaultiana descortina exatamente tal unidade quando, no lugar do autor fundador e da

unidade de seu discurso, mostra como o próprio discurso esconde de nossos olhos aquilo que ele mesmo trata de fazer e exercer: a função autor.

Neste sentido, não buscaremos a questão da autoria em si, mas do funcionamento do discurso nos processos de subjetivação naquilo que se refere às **miragens femininas e feministas** nos textos escolhidos para tal discussão, já que o feminino é tomado como protagonista, e esse protagonismo aponta diretamente para práticas discursivas de subjetividade naquilo que se refere à estética, aos gestos, ao comportamento, pois

Como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções pode exercer e obedecendo a que regras? Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso. O autor – ou o que tentei descrever como a função autor – é com certeza apenas uma das especificações da função sujeito ((FOUCAULT, 1992, p. 31).

Como já dissemos a pouco, analisar o discurso literário e os processos de subjetivação é proceder sobre os investimentos do poder e do saber e, apesar de constituírem-se em dimensões distintas, possuem caráter inseparável como podemos atestar nas palavras do próprio Foucault em uma de suas célebres definições de discurso:

Ele é um bem - finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p.137).

Considerando o discurso um objeto de luta política, no próximo item, nossa análise discursiva caminhará, pois, nessa direção e sobre o discurso literário infantil investiremos com o procedimento arqueológico para investigar-lhes as leis que lhes são próprias; diante de nosso interesse sobre os processos de subjetivação, investiremos também com a genealogia do poder que faz aparecer os sujeitos no discurso constituindo **miragens femininas e feministas** para nossa sociedade por meio de lutas de governo (governamentalidade) das subjetividades.

4.3 Do que são feitas essas meninas?

Como o presente item trata de um percurso de análise discursiva, vale, mais uma vez, ressaltar nosso objeto: o modo como o discurso literário infantil, ao constituir miragens feministas e femininas, produz processos de subjetivação. Retomemos também as três obras que formam o *corpus*: *Procurando Firme*, de Ruth Rocha, *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka. Fundamentaremos o trajeto analítico dentro do procedimento arqueológico e do conceito de *governo* ou de *governamentalidade* em Foucault; nos estudos e conceitos articulados dentro do campo da *arte literária* em Foucault, Deleuze e Guattari, Zilberman e Cademartori, Coito e Gama-khalil; e nos estudos e conceitos do e sobre o *feminino e o feminismo* em Carneiro, Lauretis, Flax, Scott e Rago.

No capítulo anterior, vislumbramos a formação de objetos dispersos que formam uma regularidade ao se referirem ao feminino, o que possibilitou que, dentre outras coisas, pudéssemos analisar as condições de emergência do nosso próprio objeto. Naquele momento, os enunciados que compunham títulos e orelhas dos livros do nosso *corpus*, entre semelhanças e diferenças, em sua espessura material, fizeram emergir objetos como a estética, a genialidade e o trabalho científico, o comportamento contraventor que, entre saberes e poderes, estabelecem uma linha enunciativa cujo referente são as três personagens subversivas – cada uma a sua maneira, porém todas enfrentando questões ligadas aos saberes sobre e do feminino. Assim, inscrever tais enunciados em uma formação discursiva à qual pertence o feminino e o feminista e suas práticas de subversão.

Nossas análises agora, recuperando quando necessário os diferentes objetos, incluirão também o exame da função enunciativa e o retorno necessário à formação discursiva e, nesse âmbito, o imbricar entre saber e poder e suas técnicas de governar que relacionam objetivações e subjetivações em torno da (s) verdade (s). Sublinhamos que, como já anunciamos na introdução, as análises deste capítulo empreenderão sobre os “momentos iniciais” dos enredos em que as personagens e seus conflitos são narrados e descritos. No próximo capítulo, serão objeto de atenção os momentos finais que abrangem os movimentos das personagens na resolução dos conflitos.

O livro de literatura infantil, tomado como superfície de emergência, materializa enunciados e aqueles que aqui são o *corpus* de pesquisa compõem discursos sobre o feminino e o feminismo. Nesse processo, uma pluralidade de modos de ser é revelada na

luta para fixar sentidos e verdades nas redes em que se entrelaçam saber e poder. Assim, as práticas discursivas assumem as formas históricas e esses discursos nos interessam na medida em que se formam a partir de enunciados que se dirigem ao corpo, às singularidades, e neles se inscrevem como acontecimento na luta por ligá-los a uma certa verdade, certa realidade possível àquela singularidade.

Iniciaremos recortando da obra *O Cabelo de Lelê* (2007) os enunciados a serem analisados:

Lelê não gosta do que vê.

- De onde vêm tantos cachinhos? Pergunta, sem saber o que fazer.

Joga pra lá, joga pra cá.

Jeito não dá, jeito não tem (BELEM, 2007, p. 05 e 06).

A sequência acima apresenta a personagem, ao mesmo tempo em que apresenta seu conflito que se divide em três fatos: a personagem não gosta do que vê quando olha para si; não sabe de onde vêm seus cachinhos, porque seu cabelo tem essa forma e aparência e, por último, não sabe o que fazer para chegar à solução do problema, ou seja, existe a vontade de mudança, porém lhe falta experiência. Enquanto sequência linguística, observa-se que se trata de dois referentes de quem/que se fala: Lelê – *não gosta, sem saber, joga*; e o seu cabelo – *de onde vêm? Jeito não dá, jeito não tem*. A negação (*não gosta*); o adjetivo dado ao cabelo (*cachinho*), a referência à sua aparência (*o que vê*) apontam para um problema de ordem **estética**. O uso dos verbos *joga* e *puxa* no lugar de “penteia” e “arruma” – ou qualquer outro verbo que sinalizaria o controle dos cabelos - manifestam a inexperiência de Lelê em lidar com a situação para se enquadrar na **imagem esperada de uma menina bela**.

Porém, se pensarmos no nível que vai além do linguístico, e elevarmos ao nível da função enunciativa, percebemos um corpo – uma singularidade - que remonta a uma miragem feminina marcada inteiramente pela história – a história do sujeito mulher ou menina negra no Brasil - e, conseqüentemente, constituída discursivamente. Uma história de seu passado sim, mas, principalmente, uma história de seu presente que permite que enunciados como esses irrompam como acontecimento e ganhem existência material indicando - por meio da construção discursiva desse corpo, dessa aparência que se olha e não se gosta – para um futuro de possíveis modos de existir de um sujeito, daquilo que está em vias de se romper e/ou de permanecer.

Nessa linha, interrogamos os saberes que alicerçam essa sequência de enunciados, isso quer dizer, interrogamos os saberes que alicerçam a obra literária infantil *O Cabelo de Lelê*, para que assim apareçam, tendo a **estética** como *referente*, estabelecendo relações com o feminino que nos permitem analisar como tais enunciados falam desse objeto, em seu espaço de correlação e delimitação. Qual *posição sujeito* é ocupada pelo indivíduo para falar assim, e não de outra forma, de seu referente? Quais outros enunciados reatualiza dentro dos *campos com os quais podem se associar*?

A narrativa gira em torno do cabelo da personagem de modo que o referente estético não assume diretamente os temas das formulações feitas na voz de quem narra e nem na voz da Lelê. “Aquilo de que se fala” é muito mais sugerido no uso do cabelo, que é revestido de uma metáfora que o transforma em um problema que Lelê não sabe resolver. Isso é possível por se tratar de um domínio literário da linguagem, domínio no qual os saberes aparecem em uma ordem diferente do nível epistemológico, tal como explica Gama-Khalil:

Enquanto na linguagem comum, pelos desígnios fascistas, os saberes tendem a ser colocados em ordem, dispostos da maneira mais linear possível, na literatura eles são obrigados a sugerir, não a indicar; são dispostos não estaticamente, mas em movência. A literatura só consegue assumir muitos saberes, porque ela os faz girar, não lida com eles de forma estática; por isso, o lugar dos saberes na literatura não é direto, mas sempre indireto, enviesado, deslocado, movente (GAMA-KHALIL, 2013, p. 23).

E para analisar o aparecimento do referencial na função enunciativa para a qual agora nos voltamos, é preciso fazê-lo considerando a maneira transgressora com que a literatura lida com os objetos. O cabelo de que trata a obra tem seu espaço de correlação delimitado pelo modo de ser transgressor da literatura e, nesse sentido, o cabelo pode deslocar-se para outros sentidos, pois não se trata do cabelo coisa/objeto, mas de um símbolo que atualiza toda uma história e diversas e dispersas maneiras de viver a estética para o feminino, principalmente o feminino negro, em nossa sociedade. Quando nos colocamos em face do enunciado *Lelê não gosta do que vê*, parece-nos que esse *do que vê* trata-se muito mais de certas maneiras de o sujeito fazerem sua existência, na busca de um modelo de beleza a partir de uma aparência que é sua, mas não é aceitável. O substantivo *cabelo* e o verbo *vê* deslocam os sentidos, pois indicam referentes mais amplos nessa

linguagem que se sugere, desloca e transgride, ou seja, leva a linguagem ao seu limite já que a relação com seu referente não acontece de maneira direta, mas pela ausência do sentido da palavra literária que torna possível que se libertem dela outros sentidos.

Em *Jeito não dá, jeito não tem* deparamo-nos novamente com essa ausência da linguagem literária que se dá no mover dos sentidos para outros lugares. Esse fazer discursivo pela ausência é a própria experiência literária da loucura (cf capítulo1 seção1) de fazer a linguagem estar em constante relação entre transgressão e limite. Nesse caso, o referente para *jeito não dá, jeito não tem* é o cabelo cacheado da personagem que está ali, mesmo não estando gramatical ou logicamente. No que está efetivamente dito, observamos que a negação que se une aos verbos *dá* e *tem* evidenciando a impossibilidade de controlar o cabelo em sua forma natural. A possibilidade de irrupção e repetição de enunciados que cristalizam práticas consequentes de discursos sobre o cabelo crespo afro é produto das verdades atuais que o reafirmam como “cabelo ruim”. O referencial estético feminino negro está, pois, ali, segundo leis de possibilidade para que se fale dentro de tal regime de verdade sem que seus objetos apareçam diretamente, afirmando o seu ser limitado e também o ilimitado numa “linguagem circular que remete a si própria e se fecha sobre um questionamento dos seus limites” (FOUCAULT, 2009, p.40). Assim, abrem-se possibilidades para que certos sentidos se deem à existência pela primeira vez, para logo depois se fecharem novamente dentro dos limites da linguagem.

O texto encontrando sua espessura material no livro, publicado com data marcada, recebendo *status* de literatura infantil, adentrando escolas, bibliotecas, lares, repetível e transformável em contações de histórias, dramatizações etc. bem como sua obediência às estruturas formais são aspectos insuficientes para que as formulações analisadas tornem-se funções enunciativas. Analisemos, então, a possibilidade de esses enunciados serem tomados em relação a outros com os quais podem formar séries. Pertencentes a um campo associado, tais enunciados estão em relação de dependência de outros enunciados que com ele se avizinham. Em *não gosta, cachinhos, sem saber, joga* associações são possíveis com outros enunciados ao tratar da problemática **da beleza e da estética**, por exemplo, nos contos de fadas, nas propagandas, nas campanhas publicitárias, nos textos que tratam das implicações do racismo e também do sexismo na formação do imaginário social sobre os padrões estéticos, enfim, campos em que enunciados podem se associar e formar agrupamentos ou de outros se distanciarem, de alguma forma, reatualizando outros

enunciados graças à exterioridade histórica constitutiva dessa rede que se forma e os fazem tanto se multiplicarem quanto se acumularem.

Os enunciados analisados aqui nos são lançados nas primeiras páginas do livro e, como já dissemos, nos apresentam o conflito ou os conflitos (não gosta do seu cabelo e não sabe o que fazer) com os quais a personagem terá de lidar durante a narrativa. Tal apresentação revela também quem é a própria personagem Lelê, o que é possível pelos meios estruturais da língua que, na maioria das formulações tem Lelê como sujeito gramatical. A análise discursiva do sujeito, porém, o considera em função enunciativa, constituído discursivamente e marcado pela história e, dessa forma, não permanece no nível gramatical e não procura ligá-lo diretamente ao autor da formulação. Diante disso, no nível do enunciado, analisaremos menos as questões da autora, de quem narra ou do sujeito gramatical e mais a posição que foi possível ocupar para falar do referente dessa determinada maneira e não de outra.

Em *Lelê não gosta do que vê*, (Lelê) *pergunta*, *sem saber o que fazer* e (Lelê) *Joga pra lá, joga pra cá*, entre as estruturas da língua e o que é efetivamente dito, temos um acontecimento enunciativo no qual a posição sujeito ocupada é o da criança negra e, também, da menina. Mais do que alguém que não gosta do que vê, temos alguém que não se agrada do que vê quando se volta para si mesma exatamente por ser negra (o que pode ser confirmado em outros momentos da narrativa). Esse incômodo da personagem não se manifesta pela cor da pele, mas pela forma do cabelo, sobre o qual as negras de países com história escravocrata mais investem no processo de afastamento da negritude, como afirma Gilliam, “a cor da pele não importa tanto quanto o tipo de cabelo pois o cabelo liso ondulado e comprido sempre codifica a mulher escura como mulata” (GILLIAM, 1995, p. 533).

Além de negra, Lelê é criança e essa posição se manifesta na sua inexperiência e inabilidade em lidar com a situação. Quando Lelê *pergunta*, é possível apreender a necessidade do indivíduo de se constituir em sujeito, porém lhe faltam conhecimento, técnicas e maneiras de proceder. Essa luta para encaixar-se em uma categoria, ou afastar-se do lugar em que se encontra, aliada a tal despreparo e falta de conhecimento sobre si, sobre seu corpo, sobre seu cabelo conclama a impossibilidade de Lelê ver-se em sua singularidade, ou seja, um sujeito carente de experiência. A experiência estética feminina da criança se dá nas formas históricas que se concretizam em práticas discursivas por meio, também, do acúmulo responsável tanto pela dispersão do sujeito quanto na posição que

ocupa nos enunciados aqui analisados. A descrição, pois, da posição sujeito no nível enunciativo apreendendo as formas históricas dessa experiência estética feminina ou, nesse caso, a falta dessa experiência (que também é histórica), pode ganhar traços mais definidos se correlacionarmos, “numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984, p. 9).

Na dimensão do saber, com base na análise das modalidades enunciativas, apresentadas na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008, p. 58), a *posição sujeito* criança menina negra inexperiente se define dentro de um campo de domínios diversos nos quais seu dizer é determinado por questões de gênero, de raça e dentro do limite de conhecimentos direcionados à fase infantil, estabelecidos em nossa sociedade. Deparamo-nos, por consequência, com o *estatuto* (ibidem, p. 57) desse indivíduo que tem garantia de que seu dizer seja verdadeiro e, logo, seja espontaneamente aceito: a menina negra tem condições sociais e culturais que lhe permitem proferir tal discurso; a criança, justamente pelo limite de competência e de saber que possui, tem o direito (legal ou espontaneamente aceito) de dizer que não sabe. Mas, de que lugar institucional esse sujeito obtém seu discurso? No recorte que constitui os enunciados que analisamos nesse momento, uma instituição não está demarcada, porém, a literatura, obra que é *ausência da obra* (cf capítulo 1, seção 1), é a instituição em que uma personagem obtém seu discurso, ela usa sua licença para falar enquanto instituição que não precisa demarcar lugar para cada discurso que enuncia; a referência da literatura é ela mesma e, por isso, ela transgride seus próprios códigos. Relembremos o que diz Machado (2000, p. 51): “Foucault aproxima a linguagem literária e a loucura é porque agora para ele ambas dizem respeito à mesma auto referência vazia, ambas são linguagem transgressiva do código da língua, ambas são uma ‘dobra inútil e transgressiva’ da própria linguagem”.

Quanto ao tipo de normatividade e à relação consigo, a análise se amplia para a dimensão do poder e da subjetivação. Vejamos a seguinte citação de Michel Foucault:

O termo ‘conduta’, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do

afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’. (FOUCAULT, 1995, p. 243 e 244)

Aquilo que é da “ordem do governo” compreende então as duas dimensões: os mecanismos e técnicas de poder para governar os outros (ou a vida) e as práticas para governar a si. O corpo, nesse sentido, compreende o objeto pronto a receber disciplinas e normas, disposto a ser marcado pela história, construído por práticas reais de tecnologias que o produzem enquanto sujeito que age dentro dos códigos de coerção. Assim, é possível que Lelê se reconheça objeto, não só de saberes, mas de tecnologias que produzem o seu corpo negro como desvio do modelo de beleza e passe a ocupar tal posição sujeito no discurso: *Lelê não gosta do que vê*.

Nesse mesmo processo de objetivação/subjetivação, a condição da infância mostra um sujeito com déficit de certa experiência, objetivado e subjetivado por uma forma de governo que a coloca diante do modelo de beleza feminina aceitável, mas não a prepara com tecnologias para governar a si mesma. A falta dessas técnicas e procedimentos de controle: *joga pra lá, joga pra cá*; o fato de considerar seu cabelo descontrolado um problema que precisa de solução – *jeito* - é que nos faz pensá-la como sujeito em face da necessidade de enquadrar seu corpo na concretude de uma determinada subjetividade, um ideal de comportamento estético. A personagem reconhece uma verdade sobre si frente a uma lei de verdade que lhe é imposta e seu conflito se dá exatamente nessa luta por encaixar-se em certa categoria à qual pertencem outros indivíduos. Lelê sente a necessidade de entrar na “ordem do governo” e definir sua conduta dentro de um campo de possibilidades para se tornar bela ou passar a gostar do que vê.

Nesse momento inicial da narrativa *O cabelo de Lelê*, por meio da personagem e do conflito vivido por ela, o discurso que se pode perscrutar tem sua prática engendrada na história e no social e, pelo **referente estético**, dá-se a ver atravessado por uma dispersão de saberes sobre **raça e gênero produzindo miragens femininas**. Esses saberes se dispõem e se oferecem aos indivíduos em micro-lutas cotidianas, como já vimos, por conjuntos de técnicas que dissipam os sujeitos em categorias. No corpo de Lelê, esse poder se exerce num paralelo de saber-se fora de um padrão e um não saber proceder para aproximar-se de certa categoria. A isso Carneiro conceituou de “violência invisível” (cf, capítulo anterior, seção 4, item 4.3) “que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (2003, p. 122). Ainda segundo a autora,

“as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido” (idem, 2003b, p. 49). E completa tecendo críticas inclusive ao próprio movimento feminista, principalmente diante do que se deu na América Latina:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2003b, p.50).

Portanto, essa experiência histórica da mulher negra contemplou e ainda contempla além da produção de **miragens femininas e feministas por questão do gênero e raça**, o atravessamento de outros domínios como o da sexualidade, do trabalho, do movimento de resistência à opressão na formação de sua conduta.

A emergência desse discurso constituído por **miragens femininas e feministas por questão do gênero e raça a partir do referencial estético**, isto é, a emergência desses determinados enunciados e não de outros em nossa sociedade, em nosso tempo, é possível porque acontece dentro de um conjunto de regras que agrupa o verdadeiro e separa o falso, formando feixes de relações, dentro dos quais é possível que se diga certas coisas - de certa forma e não de outra – e se atribua ao verdadeiro, “efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1984, p. 14). Nesse jogo de política da verdade, em face de verdadeiros modelos de beleza em nossa cultura, Lelê confessa uma verdade sobre si: - *De onde vêm tantos cachinhos?* A *confissão*, segundo Foucault, está ligada à produção da verdade (FOUCAULT, 1995, p. 237), por ser geradora de discursos do homem, chamado incessantemente a dizer a verdade sobre si. Herdeiros que somos do poder pastoral, o exercício do poder não encontrou dificuldades em fazer-nos confessar em nome de uma vontade de saber. Acreditando que a verdade existe, Lelê pergunta, expõe sua vontade de saber, a fim de, a partir dessa verdade confessada, a verdade possa constituí-la, libertando-a, preenchendo-a, ensinando-a a perceber-se e atuar como objeto de si mesma.

Analisados os enunciados recortados da primeira parte da narrativa *O Cabelo de Lelê* (2007), nos quais apresenta-se a personagem e estabelecem-se seus conflitos, passaremos às análises da segunda obra.

Em *Procurando Firme* (1984), de Ruth Rocha, a história, como já vimos, é anunciada como não sendo “de fadas”. Porém, inicia com certo grau de previsibilidade, poistem: *castelo, rei, rainha, príncipe, princesa, muralha, fosso em volta e o terrível dragão na frente da porta do castelo que não deixava ninguém sair* (p. 06 e 07). Como a história é contada por meio de diálogos de duas personagens, uma delas, ao ver-se diante do paradoxo, enuncia: - *Puxa vida! E você vem dizer que não é uma daquelas histórias chatíssimas, que a princesa fica a vida inteira esperando o príncipe encantado?* (Ibidem, p. 06). Ambos os enunciados são atravessados por discursos que agrupam enunciados já ditos e por isso é possível atribuir-lhes certos sentidos. Enunciados preexistentes que fazem com que esses enunciados efetivamente ditos produzam sentido na relação entre si e ancorados nessa memória. Cada um dos substantivos utilizados para dar início ao roteiro da história contada pela personagem só faz sentido porque não se encontram isolados, mas compondo uma rede dentro do que se pode dizer no domínio fictício dos contos de fadas.

O estranhamento sentido pela outra personagem se dá também dentro dessa rede de memória em que enunciados se acumulam e se transformam. E, da mesma forma, por se tratar de uma heterogeneidade, funcionando segundo as mesmas leis de existência ao se referirem ao mesmo objeto, o embate entre as posições sujeito materializa-se na intervenção: - *Puxa vida!*; e no adjetivo atribuído ao substantivo *historinhas*: *chatíssimas*, adjetivo explicado nas orações que descrevem a princesa como aquela que simplesmente espera o príncipe. Assim, a história segue entre previsibilidade e quebra de expectativa.

No livro *Foucault* (2013), Deleuze diz que “a verdade é inseparável do processo que a estabelece” (p. 72). Esses processos de fazer o verdadeiro envolvem práticas de ver e dizer o objeto. O corpo objeto do conhecimento, de disciplinas e de si mesmo encontra-se constantemente no centro desses processos de estabelecer a verdade, produzido e moldado por essas práticas de dizer e de ver. Nos enunciados recortados, como veremos, dois corpos são tomados como objeto: o do príncipe e o da princesa. É notável que existam diferenças ao dizê-los. De onde partem essas diferenças? Como se extraem desses corpos os dizeres que irão moldá-los segundo certas verdades? Quais posições sujeito são ocupadas ao dizê-los? Como é possível agrupar esse dizer e, no mesmo gesto, separá-lo de outra formação discursiva?

Como já dissemos, essas práticas do verdadeiro, que implicam também o discursivo, encontram logo atrás enunciados já ditos que vão instituindo uma *história da verdade*. Dentro daquilo que ainda é possível dizer sobre príncipes e princesas, encontram-se reverberações do binarismo por questão de gênero que, dentro de um campo de possibilidades, moldam as condutas do príncipe *treinado para sair um dia do castelo e correr mundo, como todo príncipe que se preza faz* (ROCHA, 2009, p. 08) e da princesa *que se ocupava de ocupações principescas* (ibidem, p. 12). O corpo individual de ambos estabelece relações que, na verdade, são coletivas: *todo príncipe e ocupações principescas*. E, como referentes de um dizer, é extraído do corpo masculino uma verdade que o coloca no público (*sair... do castelo e correr mundo*), ao passo que o feminino é colocado no privado: as ocupações da princesa eram simplesmente *principescas*.

O príncipe e a princesa ou o masculino e o feminino enquanto referentes desdobram relações diversas ligadas a tais temas. Além do público e do privado, os enunciados também apontam para outros objetivos pelos quais se cria um e outro: a aventura e o casamento. Esse procedimento de (re) produzir verdades se dá no linguístico, nas escolhas das palavras e frases das quais podemos se formar os enunciados. Dessa forma, ao príncipe é destinada uma sequência de verbos que reafirmam sua vida pública ocupada em aventuras: *e quem tem que fugir de dragão, espetar dragão, enganar dragão, não tem tempo para ficar choramingando pelos cantos* (ibidem, p. 11). Quanto à princesa, os verbos indicam menos aventura (público) e, diríamos, mais casamento (privado): *agora, a princesa da nossa história estava deixando o tempo passar que é pra esperar um príncipe encantado que vinha derrotar o dragão e casar com ela* (ibidem, p. 16).

Porém, os conhecimentos que se podem classificar como verdadeiros não se estabelecem enquanto tal apenas pela existência linguística, mas no entrelaçamento com a história. A construção dos sujeitos príncipe e princesa são efeitos de uma posição sujeito que os dizem efetivamente dentro de um campo discursivo. É possível desvelar o caráter histórico dessa construção quando as atribuições dadas a cada personagem possuem existência histórica fora do livro e as quais podemos relacionar com as práticas discursivas e não discursivas da constituição do menino e da menina, ou do homem e da mulher, ou mais amplamente, do feminino e do masculino na sociedade ocidental. É isso que faz com que essas palavras que os descrevem se tornem *acontecimentos enunciativos*.

Ao contrário dos contos de fadas convencionais que já apresentam as personagens em ordenação direta com as características que as tipificam, nessa história, o príncipe que

sai, corre o mundo e enfrenta o dragão e a princesa que espera o casamento são mostrados em seu processo de constituição. Em relação ao príncipe, diz-se:

Tinha professor de tudo: professor de esgrima, que ensinava o príncipe a usar a espada; professor de berro... Nos filmes de Kung Fu, ou nas aulas de caratê os caras dão sempre uns berros, que é pra assustar o adversário. Tinha aula de corrida, que era para atravessar bem depressa o pátio e chegar logo no muro... Tinha aula de alpinismo, que é a arte de subir nas montanhas e que ele praticava nas paredes do castelo; tinha aula de tudo quanto é língua, que era para quando ele saísse do castelo e fosse correr mundo pudesse falar com as pessoas e entender o que elas diziam... Tinha aula de andar a cavalo, de dar pontapés... Tinha aula de natação, que era para atravessar o fosso quando chagasse a hora, tinha aula do uso de cotovelo... Ensinavam pra ele esticar o braço dobrado, com cotovelo bom espetado e cutucar quem ficasse na frente. E tinha aula de cuspir no olho... E ele até esfregava o joelho no chão, que é para o joelho ficar bem grosso e não machucar muito quando ele caísse (ROCHA, 2009, p. 10 e 11).

Ainda em forma de diálogo, narra-se o que fazia a princesa enquanto seu irmão era treinado para sair do castelo:

- E o que é que a princesa fazia o dia inteiro? - A princesa se ocupava de ocupações principescas, quer dizer, a princesa tomava aulas de canto, de bordados, de tricô, de pintura em cerâmica. A princesa fazia cursinhos de iniciação à poesia de Castro Alves, estudava um pouquinho de piano, fazia flores de marzipã... E ela aprendia a enfeitar bolos, a fazer crochê com fios de cabelo... - Pois é, naquele reino era muito bonito ter prendas... - É, saber fazer coisas que não servem pra nada, que é pra todos saberem que a pessoa é rica... só faz as coisas pra se distrair... Se uma pessoa estuda datilografia, por exemplo, tá na cara que ela vai trabalhar em alguma coisa... Ou se ela entra num curso de medicina, de engenharia, de confecção industrial... Aí está claro que ela quer trabalhar, ganhar a vida, ganhando dinheiro, sacou? (ROCHA, 2009, p. 12 a 15).

A posição sujeito ocupada para narrar e descrever as personagens, nesse momento da história (é importante ressaltar isso, já que a narrativa integra momentos de grande quebra de expectativa), retorna a memórias do passado que recuperam algo do príncipe caçador e da princesa do conto de fadas tradicional. Embora o príncipe, na maioria das vezes, só apareça no final da história, ele “se reveste (**nesses textos**) de uma carga

simbólica cujo efeito de sentido é o poder e a segurança”, enquanto a princesa ocupa-se em ser bela, meiga, boa e ter habilidades em serviços que se desenvolvem nos ambientes domésticos (ZILBERMAN E CADEMARTORI, 1984, p. 48 e 49). São memórias de outros discursos sobre uma virilidade saturada que usa espada, luta, corre, anda a cavalo, é resistente... Em contraposição a uma fragilidade saturada cujas habilidades devem se resumir a atividades que *não servem pra nada*, em especial, não servem para o que a sociedade considera como trabalho.

Mas é necessário que consideremos outros aspectos sobre o enunciado. Primeiramente, é que ele tem como característica a *raridade, a exterioridade e o acúmulo*, o que quer dizer que, no regime da materialidade, (e enfatizamos aqui que se trata de uma obra literária) ele é constituído, sim, por uma memória do passado, mas também surge “à exclusão de todos os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 135).

Analisemos aquilo que é dito sobre as personagens quanto àquilo que se ocupam em fazer: *tinha professor de tudo, ensinava, que é pra..., tinha aula de..., que era para..., e que ele praticava, tomava aulas, fazia cursinhos, e ela aprendia, só faz as coisas pra se distrair*. Considerar tais palavras integrando enunciados que são ditos à exclusão de outros, não significa procurar o que aí deixou de ser dito, mas o singular aparecimento dessas palavras e formulações que suscitam em seus verbos, conjunções e substantivos, todo um domínio pedagógico de criação de uma princesa e um príncipe. As *aulas* e *cursinhos* ministrados por *professores* eram destinadas a certos fins, uma pluralidade de habilidades a serem ensinadas, praticadas e enfim desenvolvidas pelas personagens para que se tornem sujeitos e se encaixem naquilo que se espera do *status* que gozam. A posição sujeito que narra e descreve as personagens coloca em evidência todo o processo de formação destas, ao invés de apresentá-las como essencialmente são. Portanto, por mais que tal narrativa recupere memórias do passado, ela emerge e existe numa concretude do presente, entre o que permanece e o que rompe dos contos de fadas e das formações discursivas sobre o binarismo de gênero, já que não narram uma essência viril e frágil, mas o processo de produção da virilidade e da fragilidade.

A necessidade de pensar a raridade e a exterioridade constitutiva do enunciado nos direciona a pensar essa exterioridade constituindo também as verdades, entrelaçando o olhar sobre esses procedimentos que as estabelecem entre a questão da constituição histórica do saber e dos procedimentos de poder, nos pontos onde é possível descrever seus encontros no discurso, pois a possibilidade e obrigação que se tem de falar sobre um objeto

como o feminino e o masculino e, assim, reconhecer “o poder que ela (**a linguagem**) tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade” (FOUCAULT, 2008, p.126), deve-se também ao fato de que “o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 2014, p. 65) encontra seus procedimentos no próprio discurso.

No primeiro capítulo, segundo a aula inaugural de Foucault no Collège de France intitulada *A Ordem do Discurso* (1970), discutimos os procedimentos externos de controle e delimitação dos discursos. No presente capítulo, discutimos a função autor que se encontra entre os procedimentos internos. Passaremos agora a analisar o procedimento que o filósofo chamou de *comentário* e que tem seu lugar na produção discursiva da verdade. Vejamos como Foucault introduz tal conceito:

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Relembremos que abrimos este trabalho com discussões em torno do discurso literário e, dentre diversos apontamentos sobre o ser da literatura infantil, vimos com Coito (2006) que nossa sociedade, descendente da Grécia Antiga, “vê na literatura um mecanismo de controle do dizer, temendo a periculosidade do discurso proferido para e pela sociedade” (p. 209), sociedade que soube, diante desse perigoso e desejado objeto de poder, moldar-lhe, segundo uma vontade de verdade, em uma instituição que “tanto exerce como sofre um poder de coerção” (ibidem, p. 210). Dessa forma, textos como contos de fadas se repetem em nossa cultura e, sem dúvida, neles moram segredos e riquezas, vista tamanha coerção neles investida. Segredos e riquezas nesses textos que pedagogizam, transmitem normas, educam, trabalham na perpetuação das ordens sociais por meio da força dessa linguagem que constrói personagens estereotipadas, objetivos moralistas, valores em torno de instituições sociais como o casamento, comportamentos ideais como a obediência e a bondade; essa mesma linguagem usa outros gestos discursivos que lidam com o maravilhoso e a fantasia, E é muito provável que esses sejam os fatores que levam

tantos textos a retornarem aos contos de fadas, pois é inegável a sedução exercida sobre o infantil.

Em *Procurando Firme*, é possível, em alguns momentos do texto, descrever esses pontos nos quais os efeitos de poder do comentário se assentam no discurso. Logo de início, após ser introduzida como *história que parece história de fadas mas não é*, a personagem narradora declara: - *Esta é uma história de um príncipe e de uma princesa*. Ela ainda inicia a história com a incansável reduplicação do *Era uma vez...*, e, como já vimos, apresenta elementos característicos desses contos como castelo, rei, rainha, dragão etc. Na narração/descrição das personagens, ela retoma particularidades que compõem a produção estereotipada do príncipe: *como todo príncipe que se preza faz*. E da princesa:

- Enquanto isso a princesinha, irmã do príncipe, que era linda como os amores e tinha os olhos mais azuis que o azul do céu, e tinha os cabelos mais dourados do que as espigas do campo e que tinha a pele branca como as nuvens nos dias de inverno...; A pele da princesa era branca, pronto. E as mãos da princesa eram macias como... Ah, não importa. As mãos eram macias, os pés eram pequenos, e a voz da princesa era maviosa (ROCHA, 2009, p. 12).

O que encontramos, pois, nesse texto, como efeito do comentário é o “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”. (FOUCAULT, 2014, p. 24). Não apenas nas quebras e continuidades das próprias formulações que ora se mantêm como em *Era uma vez...* e ora se diferenciam como na maneira particular desse texto em retomar o “necessário” descrever da beleza da jovem princesa sob diferentes formulações: *Ah, não importa. As mãos eram macias, os pés eram pequenos, e a voz da princesa era maviosa*; mas no próprio nível discursivo de retomar para transformar, assim, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (ibidem, p. 25).

A retomada dos estereótipos se faz necessária na medida em que esse texto estabelece relações com o discurso da desnaturalização do gênero. Retomar, do conto convencional, a beleza alva e delicada da princesa é necessário para que se mostre que, em virtude da aparência, não se desdobra naturalmente sua bondade e habilidades principescas. A princesa *tomava aulas* das mais diversas atividades para que seus gestos se tornassem delicados: *canto, bordados, tricô, pintura em cerâmica, piano, fazia flores de marzipã...* Atividades que além de treinar os gestos, moldam o feminino para a vida

privada e, acima de tudo, longe da participação econômica considerada ativa: *Ou se ela entra num curso de medicina, de engenharia, de confecção industrial... aí está claro que ela quer trabalhar, ganhar a vida, ganhando dinheiro, sacou? Agora, de ela estudar frivolitê, por exemplo, tá na cara que ela está só se distraindo, deixando o tempo passar...* (ROCHA, 2009, p. 15).

Em outro trecho, temos novamente o jogo entre o que já havia sido dito e o jamais dito: *Até estava deixando o cabelo crescer pra fazer que nem a Rapunzel, que jogava as tranças para o príncipe subir por elas; Aí chegou o dia do príncipe sair para correr mundo. [...] e se foi pelo mundo, procurando, não sei bem o quê, mas procurando firme. E a princesa? - A princesa continuava esperando* (ROCHA, 2009, p. 16 e 17).

O contrastante destino dos irmãos tem na forma da repetição do mesmo exatamente aquilo que se faz novo para cada um deles. Ambos cumprem seu destino de *correr mundo* e *esperando* pelo casamento não porque é moralmente certo fazê-lo, mas porque deles se esperava isso face aos treinamentos, aulas e cursos que receberam. Foi preciso retomar o mito, a banalidade, os temas já estabelecidos e aceitos para desconstruí-los desnudando as personagens e mostrando-as em seu processo de tornarem-se o que são. O comentário se contrói, portanto, a partir do desnivelamento entre os textos primeiros e os que os retomam. Não podemos dizer que até esse momento do texto, as personagens não cumpriram seus papéis de acordo com a regularidade dos contos de fadas, porém também não se pode afirmar que tal regularidade se manteve intacta, dado que o príncipe se torna o caçador, a princesa espera o casamento, mas nenhum desses destinos liga-se ao esperado “final feliz”, estão antes ligados ao que esse discurso faz nascer como novo: *procurando firme, continuava esperando*.

Colocamo-nos, pois, frente a um embate entre regime de verdades no fazer discursivo da obra. Percebemos que, nessa primeira parte do texto, príncipe e princesa são descritos e narrados, porém, depois que o príncipe sai *procurando firme*, nada mais sobre ele é dito e toda a trama se dá em torno da princesa, a construção da **miragem feminina da beleza, da fragilidade e delicadeza** vai se ampliando para outros rumos e se distancia totalmente do conto de fadas. Sobre isso trataremos no próximo capítulo, por agora, fiquemos nessa relação entre os regimes de verdade possíveis de descrever nos discursos materializados nessa primeira parte e a produção das miragens femininas e, por que não, feministas?

Quando nos lançamos a analisar os embates de regimes de verdade nesse discurso, estamos nos defrontando com relações de poder, lutas pela verdade e efeitos de sentido para dominarem, sobressaírem, transformarem e questionarem certas verdades. Os dogmas da naturalidade do gênero, do comportamento exemplar, da essência feminina nascida para ser esposa, de sua incompletude só encontrada no outro masculino encontram um verdadeiro campo de batalha junto aos discursos sobre a construção social do gênero e da subjetividade. A hipótese da repressão, do poder que diz não, na verdade, funciona de maneira inversa, para fazer essas verdades circularem, numa constante busca por se sobressaírem à outras. Sendo assim, todos os procedimentos analisados para produzir verdades na linguagem literária, induzem e produzem novas e outras possibilidades de pensar o feminino para além da naturalidade e essencialidade frágil e delicada.

Perguntamo-nos há pouco, por que essas miragens da beleza, da fragilidade, delicadeza, e acrescentaríamos a incompletude do feminino, não suscitariam também miragens feministas? Tal questão que se justifica pelo fato de as personagens serem construídas por certos procedimentos para torná-las príncipe e princesa e, ao incorporar tais procedimentos, as personagens passam a agir dentro de um campo de possibilidades oferecidas ao menino e à menina, produzindo relações sociais. Esse é o ponto de encontro com o discurso feminista em relação às teorias do gênero. Teresa de Lauretis propõe que pensemos o gênero com base na paradoxal produção da sexualidade proposta por Foucault em seus estudos:

A análise de Foucault se inicia a partir de um paradoxo: as proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais, ditados por autoridades religiosas, legais ou científicas, longe de constranger ou reprimir a sexualidade, produziram-na e continuam a produzi-la, da mesma forma que a máquina industrial produz bens e artigos, e ao fazê-lo, produz relações sociais. (LAURETIS, 1994, p. 220)

Corroborando com este olhar de Lauretis, pensando como se dão essas relações sociais ligadas às questões de gênero na produção das subjetividades, observemos que a aparência do príncipe, por exemplo, não é descrita; por outro lado, a descrição da aparência da princesa vem antes da descrição de suas habilidades. Assim, na relação entre gêneros, nota-se a ênfase ao aspecto físico feminino e o apagamento deste no caso masculino. A necessidade de ser *linda como os amores* funciona para o feminino como pré-requisito para que se torne esposa no futuro, de modo que, para o masculino, a beleza não antecede suas

habilidades, evidenciando que até mesmo a questão da aparência é produção social e não consequência direta e naturalmente ligada ao gênero. Outro momento em que os embates entre verdades podem ser descritas no discurso é a produção do doméstico e do público: o *castelo* e o *mundo*. Vemos entrecruzar-se nas construções da miragem feminina frágil e delicada, incompleta por si só, a construção do ambiente doméstico como neutro, improdutivo, distante das relações externas e produtivas do trabalho, para aparecer nesse discurso, pelas vias das personagens, como o ambiente também é uma construção social e, nesse caso, fabricado intencionalmente para que o privado seja menos importante que o público.

Seguindo esse caminho das produções que cerceiam o gênero, a proposta feminista de Lauretis sobre a *tecnologia do gênero* é

[...] começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, como das práticas da vida cotidiana. (LAURETIS, 1994, p.208)

O gênero, as identidades, o casamento, o trabalho, a esfera privada e a pública, todos são produções a partir de determinadas tecnologias, segundo verdades que se sustentam em conhecimentos também “inventados” e que, na esteira de Nietzsche, os estudos pós-modernos teceram teorias e procedimentos de análise. E se a luta é para fixar verdades e sentidos, vimos na heterogeneidade e dispersão dos discursos que atravessam a linguagem literária de *Procurando Firme*, reduplicações e inovações na constituição de miragens entremeadas por discursos do/sobre o feminino e o feminista. Ainda sobre os embates pela verdade, escutemos Foucault:

Há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, em ‘torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se, também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (FOUCAULT, 1985, p. 13)

Trata-se, pois, de lutas para constituir o gênero de acordo com a ordem econômica e política ou de desconstruir o gênero de acordo com outra ordem econômica e política que se queira. Os efeitos de poder sobre o feminino, para elaborá-lo, encontram-se entre lutas e resistências de um passado e de um presente que se abre a um futuro possível entre as verdades que buscam fazê-lo menos ou mais subjugado e, por isso, se digladiam no jogo dos efeitos de sentido no discurso. Porém, as tecnologias de fabricação do sujeito envolvem além da relação verdade-poder, a relação poder e práticas de subjetivação, sendo a disciplinaridade um exemplo do que está no centro dessa relação. Como já vimos, o sujeito é produzido historicamente pela sua capacidade de tornar-se alvo de disciplinas ao mesmo tempo em que é capaz de interpretar-se dentro desse campo de disciplinas a ele oferecidas e incorporá-las, passando a conduzir-se segundo tais práticas.

Em função de discursos verdadeiros – dos quais, alguns já analisamos aqui – as personagens passam a agir de acordo com jogos de permissão e interdição que lhes são impostos. Ao feminino é destinada certa maneira de viver a vida por meio de investimentos sobre seu corpo (portanto, sua conduta) que vai sendo treinado e submetido ao discurso e práticas pedagógicas. Retomemos a sequência em que podemos observar verbos que se ligam a objetos diretos e que evidenciam o que acabamos de apontar: *a princesa tomava aulas de canto, de bordados, de tricô, de pintura em cerâmica. A princesa fazia cursinhos de iniciação à poesia de Castro Alves, estudava um pouquinho de piano, fazia flores de marzipã*. Este corpo conduzido passa a se conduzir e desenvolver o bordado, o tricô, o artesanato, a culinária etc. de maneira que praticando a disciplina do corpo, pratica a si mesmo e, dentro do espaço de liberdade que esse tipo de poder lhe dispõe, reconstitui novos acontecimentos que não estavam impostos de antemão, como esperar o príncipe e deixar o cabelo crescer: *estava deixando o tempo passar que é pra esperar um príncipe encantado... Até estava deixando o cabelo crescer pra fazer que nem a Rapunzel, que jogava as tranças para o príncipe subir por elas*.

O modo singular de ação do controle se dá sob esses três eixos - do saber, do poder e de si – que implicam governar. A personagem Linda Flor é governada e governa a si mesma da melhor maneira para constituir-se sujeito de um determinado padrão de beleza, dentro do campo de atividades determinadas ao doméstico e conforme seu *status* de princesa. As práticas de subjetivação narradas sobre essa personagem a encaminham sempre a encontrar a verdade sobre o feminino, não a verdade sobre todas as verdades, mas

aquela que funciona no tempo e sociedade em que ela vive e que é também uma verdade entre as verdades de nosso tempo e sociedade. Somos submetidos à verdade ao mesmo tempo em que somos forçados a (re) produzi-la pelo poder, como nos diz Foucault:

Somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. O poder não para de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula. Ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2000, p. 29).

As verdades que a personagem busca e (re) produz encontram no poder procedimentos institucionalizados pela produção e perpetuação também nas relações de trabalho e consideramos de suma importância analisá-las um pouco mais. A aparência e o comportamento da princesa são produzidos e se produzem (também) na e pela perpetuação da ordem econômica que se desenvolveu na separação do trabalho a partir de sujeitos constituídos na sexualidade e no gênero e, nessa ordem, discursos verdadeiros tomaram corpo nas práticas do poder que tornaram aparentemente natural que as atividades econômicas produtivas estivessem no público e o trabalho doméstico se desdobrasse em atividades que se desenvolvem na e pela espera do casamento e preparam para a vida depois dele. Enquanto instituições, o privado e o público foram organizados para que os trabalhos que se desenvolvem nessas esferas fossem produzidos apoiados nas representações daquilo que serve para o desenvolvimento pessoal, familiar e afetivo em contradição àquilo que serve ao desenvolvimento econômico e produtivo. Nas mais diversas relações sociais, o trabalho doméstico foi (e é) classificado sempre em detrimento daquele que “gera riquezas”.

A condição de princesa determina o lugar social em que se enquadra Linda Flor e o discurso verdadeiro que define seu modo de vida e institui-lhe a norma se materializa nos seguintes enunciados:

Pois é, naquele reino era muito bonito ter prendas...

- Prendas?

- É, dotes...

- Dotes?

- É, saber fazer coisas que não servem pra nada, que é pra todos saberem que a pessoa é rica... só faz as coisas pra se distrair... Se uma pessoa estuda datilografia, por exemplo, tá na cara que ela vai trabalhar em alguma coisa... Ou se ela entra num curso de medicina, de engenharia, de confecção industrial... aí está claro que ela quer trabalhar, ganhar a vida, ganhando dinheiro, sacou? Agora, de ela estuda frivolidê, por exemplo, tá na cara que ela está só se distraindo, deixando o tempo passar... (ROCHA, 2009, p. 14 e 15)

A conduta adequada à norma do feminino que pertence a uma classe econômica privilegiada molda-se dentro de um campo de ações que a tornam uma menina *prendada* em função do que era verdadeiro naquele reino. A verdade aparece nas adjetivações: o que era *muito bonito* à *pessoa que é rica*. *Ter prendas*, então, significa *saber fazer coisas que não servem para nada e pra se distrair*. *Nada* e *distrair* ganham valores na oposição com *trabalhar, ganhar a vida, ganhando dinheiro*, desvelando o determinismo natural com que as relações de trabalho ali eram tratadas. *Medicina, engenharia e confecção industrial*, por sua vez, ganham *status* de atividade econômica na diferenciação de *Frivolidê*. Tais substantivos representam não somente o contraste entre o que é efetivamente trabalho e o que é distração, mas “classificam, obrigam a tarefas”, ou seja, mostram os funcionamentos dessas verdades sob efeitos do poder por meio de procedimentos institucionalizados que separam os corpos para o labor que “gera riquezas” e o que *não serve para nada*.

O determinismo natural sugerido nesses enunciados se revela, porém, como disciplinarização para perpetuação da ordem econômica. Sob o lugar-comum que liga o trabalho doméstico ao pessoal, ao afetivo, ao inútil e à distração se assenta toda uma maneira de viver ou morrer a família burguesa. Retomemos as **miragens da maternidade, da família e da sexualidade** (cf capítulo 3, seção 2, item 2.1.2) e veremos que o

prolongamento da vida familiar e a construção ou perpetuação do *status* burguês depende de como a figura feminina administra a vida pessoal. Por conta disso, sua preparação para o alcance e manutenção do casamento deve ser feita durante toda sua vida, o que demonstra que a maneira como desenvolve o trabalho no privado é o que determina ou não a garantia da linhagem da parentela. O trabalho doméstico e a vida pessoal, ao contrário do que preconiza o determinismo natural, têm valor econômico e político e sobre eles se assentam o sistema de manutenção da classe (D'INCAO, 2012, p. 225-228).

Após um período de espera, os príncipes começam a chegar ao castelo. O trecho abaixo mostra a constituição do sujeito nas relações de trabalho, produzido e classificado no âmbito da sexualidade e do gênero de modo que a disciplina corporal da princesa, a moldagem de seu comportamento e o (auto) controle de seus gestos imbricam relações do pessoal ao público, submetendo-a a norma, construindo seu feminino em função de discursos verdadeiros para a manutenção do sistema político-econômico sustentado na prática do casamento:

Então a mãe da Linda Flor (a princesa se chamava Linda Flor, eu já contei?) chegou junto da filha, deu-lhe um cutucão disfarçado e disse com uma voz mais melosa que doce de coco:

- Filhinha, filhinha, vai fazer uma baba-de-moça pro moço, vai...

- Ai, mãe, não vou não, estou com preguiça.

- Que é isso, minha filha, você nunca, nunquinha na sua vida teve preguiça... Então vai fazer uns fiozinhos d'ovos pro moço ver como você é prendada [...](ROCHA, 2009, p. 20 e 21)

- Linda Florzinha, minha filha, vai buscar os desenhos chineses que você fez pra mostrar pro moço, vai...

Linda Flor, nada! (ROCHA, 2009, p. 24)

O saber-fazer de Linda Flor ganha existência material no verbo *fazer* e nos termos que pertencem à culinária e ao artesanato - *fazer uma baba-de-moça*, *fazer uns fiozinhos*, *d'ovos*, *desenhos chineses que você fez*. Um saber-fazer que deve ser mostrado “*pro moço*” como estratégia de conquista e manutenção do matrimônio, principal eixo que garantiria o sistema político-econômico. Longe do emprego remunerado, as burguesas desenvolveram no privado as relações de trabalho que sustentaram o poder político da classe que detém os

meios de produção (D'INCAO, 2012); sob o rótulo da moça *prendada* – que *nunca, nunquinha na sua vida teve preguiça*, a mulher boa em atividades domésticas tinha mais chances de alcançar *status* e elevar consigo a família, a parentela e os bens. O regime de discursividade nas relações laborais, nas duas esferas (privada e pública), produz-se sob efeitos de poder no conflitante encontro de verdades que naturalizam a divisão do trabalho - e o lugar que este ocupa na sociedade (inútil ou produtivo) – e que desnaturalizam tal divisão, salientando os procedimentos que modulam o labor feminino – e que o colocam no âmbito político.

Quando o feminismo salta da recitação do alinhamento entre a menoridade atribuída ao feminino e ao trabalho doméstico para ações que incluíssem o pessoal e o privado ao político-econômico, forçando a “inclusão dos temas que falam de si (**das mulheres**), que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores” (RAGO, 1998, p. 13), não somente interroga práticas opressivas que desclassificam e estigmatizam, mas inclui tais práticas no centro das novas discussões, interrogando um passado que já não representava o feminino e reorganizando o presente, uma vez que se admitiu e se mostrou que a esfera pessoal e privada também é política. A perseguição da verdade que institui o desnivelamento entre ambas as esferas das relações de trabalho (privada e pública) não se sustentava mais, já que foram desnudadas as práticas que a naturalizaram e, uma vez elevado o doméstico ao político, em muitos níveis, quebrou-se a desclassificação do trabalho feminino e os estigmas atribuídos às mulheres que saíram ao público.

Procurando Firme emerge e se constitui acontecimento discursivo ao ultrapassar os limites do que se refere à **miragem da beleza, da fragilidade e delicadeza** e faz irromper a fabricação dessa miragem também nas relações de trabalho, tão amplo é o campo associado que aqui se pode analisar. O gênero como efeito de linguagem - não como desdobramento do real – produz sujeitos históricos governados por relações sociais, o que nos leva a analisar a construção do privado e do público nas representações linguísticas e nos efeitos de sentido - tendo como referente o trabalho – longe da “natural” depreciação do privado, já que foi, para as mulheres, lugar de ação política. Consideramos que esse fazer discursivo que faz irromper a desnaturalização do gênero, conjuga-se a técnicas que relaxam as barreiras que impediam (e impedem) o sujeito feminino de transitar entre essas duas esferas (privada e pública) e, conseqüentemente, o masculino também.

O alinhamento entre correntes pós-modernas na crítica das unidades estabeleceu solo epistemológico e político para que se pensasse a construção social e cultural das identidades no domínio da sexualidade e do gênero e, nesse sentido, operar por meio da noção do discurso enquanto “instituinte do real” e, a partir disso, novas e outras maneiras de produzir saber-poder puderam formar e reformular o imaginário social sobre o feminino. É indiscutível, pois, que a produção dos efeitos de sentido em nossa sociedade tenha sofrido influência dos movimentos das mulheres que fizeram nascer uma “**linguagem feminista**” (RAGO, 1998) que possibilita e condiciona dizeres sobre a mulher atuando no campo do conhecimento e no campo econômico. Rago postula que:

A convergência entre a crítica feminista e as formulações dos “filósofos da diferença”, como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida, entre outros, já foi observada por várias intelectuais. A filosofia pós-moderna propõe, a partir de um solo epistemológico que se constitui fora do marxismo, novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento: a “descrição das dispersões” (Foucault) e não a “síntese das múltiplas determinações” (Marx); revelar o processo artificial de construção das unidades conceituais, temáticas supostamente “naturais”: a **desconstrução** das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades (RAGO, 1998, p. 05 – grifo da autora).

Contudo, como pudemos ver no capítulo anterior, a reconstituição da história das mulheres comprova que, mesmo antes do acontecimento da desnaturalização do gênero, a mulher agiu fazendo de seu corpo lugar onde se inscreveram diversas práticas de resistência. Além do olhar histórico, a análise da formação dos objetos e a investigação das regularidades (cf capítulo 3, seção 2, item 2.1.2), apontaram-nos as condições nas quais é possível aparecer no discurso personagens femininas que se digladiam entre a passividade e a resistência para se constituírem sujeitos. Seguindo o fio discursivo das relações econômicas nas análises feitas nos enunciados recortados de *Procurando Firme* (1984), introduzimos as análises da obra *Eugênia e os Robôs* (2014), de Janaína Tokitaka.

Como já apresentamos anteriormente, *Eugênia e os Robôs* conta a história da menina Eugênia, dona de uma inteligência extraordinária, apaixonada por mecânica e elétrica e que sofre com problemas de sociabilidade. Analisaremos, agora, os enunciados que descrevem a personagem e, conseqüentemente, instauram os conflitos.

O primeiro enunciado do texto que descreve Eugênia, apresentando-a ao público, ressalta o quanto ela estava distante dos padrões sociais: “*Eugênia não era apenas única como qualquer outra pessoa do mundo: era drasticamente, irremediavelmente, completamente diferente de qualquer outra criança*” (TOKITATA, 2014, p. 10). Eugênia como referente do enunciado é descrita não somente como *única*, mas *diferente*. Os advérbios de modo e intensidade demonstram quão distinta ela era daquilo que está dentro da norma do sujeito criança. Os enunciados que se seguem explicitam qual característica específica tinha a menina que a tornava tão divergente e distante da conduta que se dispõe ao infantil.

[...] ela era muito inteligente. Mesmo. Muito mais inteligente do que eu, você, Albert Einstein, Leonardo Da Vinci e o cara que inventou o vídeo game, todos juntos. O esforço que ela dispensava ao tentar fazer amigos era o oposto do que ela fazia para quase todas as outras atividades mentais (TOKITATA, 2014, p. 13-14).

Aos onze anos, ela já havia desmontado e montado diversas vezes todos os aparelhos eletrônicos da casa com tanta habilidade que seus pais não perceberam a façanha, tampouco se espantaram diante da melhora na imagem da TV, da velocidade do computador, e da eficiência da máquina de café [...] (TOKITATA, 2014, p. 14).

Eugenia também havia lido todos os livros de mecânica e elétrica avançada de seu pai, engenheiro, e corrigido alguns errinhos do autor com anotações em post-its coloridos. Um dia no banho descobriu como construir uma nave espacial enquanto ensaboava os dedos do pé, mas deixou para lá porque não conseguia pensar em uma boa razão para visitar a Lua. Até onde ela sabia, lá era deserto, meio feio e sem graça (TOKITATA, 2014, p. 14).

Esses enunciados tomados em seu caráter de função enunciativa fazem aparecer, segundo regras específicas, além do referente Eugênia, a inteligência da personagem. Condições históricas, saberes e efeitos de poder alicerçam esse poder dizer o feminino engajado no campo do conhecimento e mercado de trabalho – *mecânica elétrica e engenharia*. Vimos que a mulher na atualidade experimenta uma autonomia, nessas esferas sociais, amplamente maior que no passado (cf capítulo 2, seção 2, item 2.1.3). Porém, questionar o aparecimento singular dos enunciados que falam do referente Eugênia e sua intelectualidade ultrapassa esse nível de contexto imediato (autonomia feminina nas

questões econômicas) para compreendermos como essas formas históricas se concretizam nas práticas discursivas, interiorizam os corpos femininos (práticas não-discursivas) e estabelecem não somente a norma de governo dos outros e de si, mas aquilo que se desvia dela, como é o caso da personagem.

No primeiro período, o termo *muito*, aliado a *mesmo*, ganha valor de advérbio de quantidade e intensidade para que se consiga avaliar a dimensão da inteligência da menina. Analisemos, entretanto, nas formulações comparativas, a materialização de posições sujeito que instauram o acontecimento discursivo. A inteligência de Eugênia é comparada a outras que possuem existência fora da diegese da narrativa: *Albert Einstein*, *Leonardo Da Vinci* e *o cara que inventou o vídeo game*. Além de ser uma intelectualidade que supera outras (que recebem certo *status* na ciência, nas artes e em nossa cultura como um todo), é uma intelectualidade que supera a masculina.

Reconstituir ou constituir uma memória histórica feminina faz ecoar um gritante silêncio do articulado saber-poder que excluiu e submeteu as mulheres ao patriarcado, à moralidade, às tradições religiosas, ao jurídico, às determinações binárias que automaticamente inviabilizavam a atividade feminina em várias esferas sociais, justificando a inferioridade a partir de sua constituição física. Os saberes sobre o corpo biológico feminino objetivaram, constante e predominantemente sob o olhar masculino, sua fraqueza e natureza submissa desde os estudos calcados no domínio moral e sobrenatural do Brasil Colônia (DEL PRIORE, 2012); passando pelas teorias que buscavam comprovar na ciência a condição da mulher de objeto passivo, predisposto ao desenvolvimento da maternidade, destinada ao afetivo e ao cuidado da vida familiar, proclamando sua natural retirada da esfera pública (D'INCAO, 2012); chegando às práticas de abuso sexual, ao desnivelamento de salários e à distribuição desigual entre as profissões (às mulheres, as ocupações mais baixas) quando a mulher conquistou mais amplamente o mercado econômico (RAGO, 2012) (SILVA, 2012).

A inteligência feminina que supera a masculina evidencia uma posição sujeito que, não somente se ancora nas conquistas das mulheres do mercado profissional e do campo do conhecimento, mas se dá também na relação de exclusão desses enunciados que instituíram verdades produzindo histórica e discursivamente uma identidade da fraqueza, passividade e inferioridade, projetando **miragens femininas e feministas do trabalho**. O aparecimento das figuras históricas de *Albert Einstein*, *Leonardo Da Vinci* e *o cara que inventou o vídeo game* no enunciado evidencia, ainda, toda essa história silenciosa que, por anos, fez que os

referenciais da ciência, da arte, da economia, da política etc. fossem nomes, na imensa maioria das vezes, masculinos.

Em outro enunciado, mais uma vez a predominância do modelo masculino se dá a ver. Em *Eugenia também havia lido todos os livros de mecânica e elétrica avançada de seu pai, engenheiro, e corrigido alguns errinhos do autor com anotações em post-its coloridos*. Os livros que ela corrige são escritos por autores masculinos, associar o masculino a certas profissões e áreas do conhecimento (obviamente, não coincidentemente, as que possuem maior poder político- econômico) é tão frequente em nossa sociedade que, ainda nos dias de hoje, essa associação se reveste de uma aparência natural: se o livro é da área da engenharia, muito provavelmente se atribua sua autoria a um homem.

Na dimensão do poder, uma genealogia das relações de poder e saber na constituição dessa subjetividade nos encaminha a analisar Eugênia para além do referente da função enunciativa e pensar os jogos de força que produzem esse discurso. Tanto quanto a história das mulheres foi silenciosa, paradoxalmente, foi também tumultuosa. Do mesmo modo que gestos submissos se inscrevem em seus corpos, gestos de resistência e subversão de padrões se materializaram em suas práticas discursivas e não discursivas. Entre construções, desconstruções e reconstruções do feminino, a maneira como foram governadas e se governaram implicou também lutas cotidianas contra o regime de verdade que as punham sempre como inferiores e incompletas.

Ser mais inteligente do que grandes intelectualidades do gênero masculino e corrigir-lhes *alguns errinhos* é narrar a personagem ocupando uma posição sujeito que resiste à hegemonia masculina; desnaturaliza a atribuição, ainda muito presente, da inteligência e habilidade como atributos dos homens e estabelece uma conflituosa luta pela fixação de sentidos na qual o primeiro referente de superioridade intelectual racional não seja somente e primeiramente o masculino. A busca por categorias interpretativas que digam o gênero fora das estruturas hegemônicas ancoram discursos do presente, uma vez que as próprias mulheres interrogam o silencioso passado histórico. Rago explica que o feminismo contribui vigorosamente com

Uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões,

questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente (RAGO, 1998, p. 10).

A linguagem se *feminiza* e institui outros regimes de verdade em relações conflituosas para estabelecer sentidos e governar os corpos. Eugênia constitui sua subjetividade em campos do saber que há muito pouco deixaram de ser privilégio masculino. A emergência do enunciado *muito mais inteligente do que... todos juntos* se dá nessas novas possibilidades culturais e sociais de inscrição do feminino no mundo em meio a jogos de poder, tal como explica Foucault em relação ao regime de construção dos corpos:

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (FOUCAULT, 1985, p. 27).

A subjetividade de Eugênia se constrói nessas forças, sob regimes que a destroçam, intoxicam e também daqueles aos quais ela resiste. Essas relações se evidenciam em enunciados que mostram conflitos vividos por ela em função dessa subjetividade que, em virtude da intelectualidade, molda seus gestos, suas escolhas, seu comportamento:

Não entendia a necessidade de ter um vídeo game de última geração se, pelo mesmo preço, ela poderia ter a steel 2000, uma supersolda poderosíssima que derreteria até o mais duro dos metais. O complicado era aguentar as queixas dos pais e dos avós, que questionavam como uma menina de onze anos poderia preferir um kit de parafusos a um kit de maquiagem com glitter (TOKITATA, 2014, p. 22).

Dizer, portanto, que as novas possibilidades culturais e sociais de inscrição do feminino no mundo se dão em meio a jogos de poder implica observar como essas novas possibilidades de constituição do ser, entre regimes de verdade e as práticas de resistência, se dão em técnicas de governar. Eugênia encontra espaço para produzir a si mesma nas redes de poder, não porque escapa dele, mas porque resiste à sua força num movimento de agir, também com poder, contra outras forças. Porém, a maneira como se governa encontra, da mesma forma, movimentos de resistência que operam por regimes de verdade

daquilo que é normal para uma criança do gênero feminino, mesmo depois das conquistas e inúmeras quebras de paradigmas na pós-modernidade, mostrando que o exercício do poder toma os corpos para agirem uns sobre os outros.

Dessa forma, o exercício da intelectualidade de Eugênia, à medida que encontra possibilidade de existência, toma seu corpo, sua individualidade, sua postura, seus dizeres por meio de técnicas de trabalho, como suas habilidades com a *steel 2000*, uma *supersolda poderosíssima* e um seu *kit de parafusos*, além de já ter *desmontado e montado diversas vezes todos os aparelhos eletrônicos da casa com tanta habilidade que seus pais não perceberam a façanha*, mesmo sendo ainda muito pequena para tais feitos. No entanto, essa maneira de proceder e governar a si mesma encontra resistência uma vez que não se encaixa na norma. Na oposição *kit de parafusos* e *kit de maquiagem com glitter* é possível ver materializada a norma que se constrói dentro de um determinado regime de verdade que separa o trabalho – *parafusos* – para o masculino e a estética – *maquiagem com glitter* – para o feminino. Dentre os conflitos que Eugênia encontra para que se produza a si mesma à margem da ordem, estão as *queixas* e os *questionamentos dos pais e dos avós*. *Queixas e questionamentos* que buscam atuar na subjetividade de Eugênia, governá-la e “devolvê-la” à esperada conduta feminina, ou seja, trabalhar sua individualidade para encaixá-la em padrões prescritos ao todo.

Desse modo, as práticas discursivas/não discursivas, as condutas e as subjetividades não se articulam somente sob um mesmo eixo – o feminismo, o patriarcal, por exemplo - pois sempre se inscreve em relações de poder. Os próprios discursos de resistência e as práticas de subversão mostram a coexistência de outras verdades, de outros modelos, dos fortes efeitos das relações de poder das tradições. Nessa coexistência, os embates surgem e criam condições de possibilidades para que enunciados irrompam, sejam esquecidos, irrompam novamente, ressignificando-se e tornando evidente a movência da história e, por consequência, dos discursos, como também, das identidades, das miragens e das verdades em torno delas.

Ainda, dentre os conflitos vividos por Eugênia por conta de seu “desencaixe” social, estão os problemas da falta de sociabilidade, como podemos comprovar nos seguintes enunciados:

Uma menina de onze anos bastante confusa, em conflito com a vida e que simplesmente não conseguia fazer amigos (TOKITATA, 2014, p. 10).

Para Eugênia, era o mais intrigante dos comportamentos. O tipo de coisa que a deixava paralisada. Como alguém consegue interpretar aquela multidão de sinais contraditórios? O pânico tomava conta do corpo de Eugênia, e ela saía correndo, em disparada, até as pernas começarem a tremer (TOKITATA, 2014, p. 12-13).

Ela observava com muita atenção e tentava, sem sucesso, fazer o que as pessoas pareciam nascer sabendo (TOKITATA, 2014, p. 12).

Cada nova tentativa de encontrar um amigo era acompanhada de risos e zoações. A rejeição era geral (TOKITATA, 2014, p. 13).

Confusa, em conflito e em *pânico* quando se trata de fazer amigos, Eugênia está em completo desalinho com as regras de convivência estabelecidas socialmente. Mais uma vez, a distância comportamental daquilo que se espera de uma criança se mostra em sua inabilidade para estabelecer relações de amizade e na completa rejeição que sofria. A singularidade da menina se dá no campo da racionalidade e no campo do trabalho muito mais do que no campo da diversão. Os conflitos vividos pelo desencaixe social é que levarão Eugênia às práticas para resolução desses problemas (análises que desenvolveremos no próximo capítulo).

Analizados os recortes de *Eugênia e os Robôs* (2014) selecionados para este primeiro momento do percurso analítico, é importante relembrar que, neste capítulo, analisamos os enunciados que descrevem/narram as personagens e seus conflitos apresentando-as ao público leitor, portanto, enunciados que constituem o início das histórias, ou melhor, a introdução das narrativas, pois as três seguem uma regularidade comum a muitas estruturas desta tipologia textual, que é enredar as personagens apresentando-as e a seus conflitos na introdução e depois partir para o clímax e o desenlace – base das análises do próximo capítulo.

O movimento de análise que fizemos aqui desvelou algumas possíveis miragens femininas e feministas que se materializam nas formações discursivas nas quais se inscrevem nosso objeto. As análises dos momentos iniciais das narrativas nos levaram às **miragens de raça e gênero partir do referencial estético**, em *O Cabelo de Lelê*; às **miragens da beleza, da fragilidade, da delicadeza a partir do referencial do matrimônio (privado)**, em *Procurando Firme*; e às **miragens do trabalho a partir do referencial intelectual e científico**, em *Eugênia e os Robôs*.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que a literatura opera pela transgressão. Dizer tais saberes, narrando e descrevendo os processos de subjetivação, não implica ditar regras e colocar para o sujeito as verdades de forma ordenada. Mas para levá-lo a lugares que ele não iria por si só ou demoraria a chegar se não fosse o poder da linguagem literária de deslocá-lo do domínio autoritário da linguagem comum.

Vimos, com Foucault, no primeiro capítulo deste trabalho, que quando a humanidade perde Deus, o que surge é a linguagem tematizada como significação e que nenhuma outra linguagem soube voltar-se a si mesma como a literatura. Enquanto as ciências e a filosofia se esforçaram para criar o sujeito, sua consciência, sua interioridade e essência, a literatura só se reduplicou sobre ela mesma, elidindo o sujeito e a verdade.

Elisão do sujeito, da verdade e do sentido enquanto origem e essência, e o que temos é a linguagem em sua auto referência, por isso acatamos o discurso nos pontos em que podemos descrever-lhe seu aparecimento e suas condições de emergência em determinado tempo e espaço, formando redes; e o sujeito disperso ocupando posições variáveis. A literatura soube indicar a dispersão do sujeito como nenhuma outra linguagem; soube repetir, restituir, reconstituir, como nenhuma outra, uma linguagem anterior – pronunciada e acumulada na história – para jogá-la ao infinito e rasgar-lhe para novas palavras.

Quando lemos a princesa Linda Flor, a quem estamos lendo? Em quem buscaríamos sua origem para compreendê-la? Nas princesas dos contos de fadas da educação burguesa? E onde essa ordem social foi buscá-la? E em quais fontes os mitos e figuras dos antigos contos orais beberam? Ou ainda, em qual feminismo podemos encontrar Linda Flor sendo falada em seu gênero socialmente construído? E sobre Lelê, poderíamos dizer onde se originou o ritual de criar padrões estéticos para o feminino? Ou quando a mulher negra começou a sentir vergonha do seu cabelo e sua cor? Será que existe algo das oponentes feias das princesas em Lelê? E, ao mesmo tempo, o quanto Linda Flor e Lelê se fazem novas, se fazem outras? E sobre Eugênia, o quanto ela tem das grevistas operárias? Ou das mulheres que não tiveram de lutar por direito ao trabalho, pois sempre estiveram no mercado mesmo nas ocupações menos remuneradas e dignas? E o quanto podemos ver nela as feministas liberais que lutaram pelo direito de um fio de poder econômico ou daquelas que firmaram um campo epistemológico que possibilitou a entrada da mulher na academia e ampliou sua participação no conhecimento científico?

Personagens lançadas ao infinito reduplicam-se e alcançam sentidos não previstos, mas sempre voltam ao murmúrio da própria linguagem literária.

Linda Flor, Lelê e Eugênia, portanto, são murmúrios do passado, mas se movimentam para o futuro, e diante disso constituem miragens que não estão nunca acabadas, feitas dessa linguagem que tem como referência a si mesma. **As miragens femininas e feministas** que aqui pudemos projetar, nesse sentido, não são definitivas, pois as personagens só tendem a fragmentar-se ainda mais na dispersão dos discursos, ao infinito. Então por que analisar um discurso que existe para destruir o que está logo atrás para incessantemente libertar novas palavras? Por conta do que apontamos há pouco: a literatura opera pela transgressão e, se não é possível traçar identidades estáticas dessas personagens, é, antes, “preciso ler os signos que podem nela aparecer como indicações ontológicas” (MACHADO, 2000, p. 113) para pensar aquilo que somos, aquilo que estamos em vias de ser e o outro do qual nos dissipamos.

Compreender as singularidades impostas pela ordem social que o discurso, ao qual nos dedicamos, fez aparecer para, justamente, nos afastarmos delas, como muito bem declara Foucault: “temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos” (1995, p. 239). Mesmo sob o risco de sermos capturados, logo após nos deslocarmos, como nos previne Deleuze e Guattari: “faz-se uma ruptura, traça-se uma *linha de fuga*, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto...” (1995, p. 17), mas que aprendamos desterritorializar sempre que necessário, no sentido deleuziano do conceito.

Parece-nos que a própria literatura movimenta o sujeito para esse deslocamento quando transgride verdades sobre a naturalidade do gênero e mostra um príncipe que até mesmo seu grito de coragem é fabricado em contraponto com a fragilidade da princesa:

-“...professor de berro...”

- Professor de berro? Essa eu nunca ouvi!

- Ouviu sim. Nos filmes de Kung Fu, ou nas aulas de caratê os caras dão sempre uns berros, que é pra assustar o adversário (ROCHA, 2009, p. 09).

O ser da literatura transgride também a si mesmo fazendo sua linguagem delirar sob seus próprios eixos, faz aparecer na literatura seu **descompromisso** consigo mesma, escarnecendo da linguagem dita literária:

- Maviosa?

- É, maviosa, melodiosa! Eu sei que essa palavra não se usa mais, mas se eu não usar umas palavras bonitas, meio difíceis, vão ficar dizendo que eu não incentivo a cultura dos leitores (ROCHA, 2009, p. 13).

Ou ainda, nesse trecho em que o problema da racionalidade de Eugênia é explicado de maneira irracional e a linguagem literária inaugura sentidos inéditos para o termo *complicado*:

O problema dela era bem complicado: seria como se pedissem que você pilotasse um submarino. Ou que fizesse, do zero, sorvete napolitano. Ou que lambesse seu próprio cotovelo. Agora imagine que o resto do mundo lambesse o cotovelo pilotando um submarino enquanto toma sorvete napolitano feito pelas próprias mãos, assim, facinho, como quem passeia no parque. Aposto que você ia ficar achando que o mundo estava de brincadeira. Mas era mais ou menos assim que Eugênia se sentia (TOKITAKA, 2014, p. 10-11).

Quantas *máquinas de guerra* não se reuniram e ainda estão por se reunir na reduplicação infinita e no murmúrio que reúne toda a história da violência silenciosa e gritante da questão da estética da mulher negra sob a *linha de fuga* que se traça nesse enunciado: *Lelê não gosta do que vê?*

As miragens femininas e feministas que o discurso literário, pelo menos ao que diz respeito ao analisado aqui, constitui, produz processos de subjetivação ao ir ao contrapé dos tipos de individualidade impostos, mostrando os conflitos das personagens, projetando **miragens da beleza e da falta dela, da fragilidade, da delicadeza, de gênero, de raça e do trabalho**. Portanto, trata-se da conjugação desse discurso com outros, constituindo fluxos que se deslocam para além do limite do que está imposto à criança, à menina. A literatura infantil, mesmo crivada pelos controles discursivos e pelos mecanismos de controle de mercado e do controle acadêmico, quando se constitui em *linha de fuga* que busca o *fora*, não é para traçar outro modelo como nos previne Deleuze e Guattari: “mas a relação de uma *máquina de guerra* com o fora não é um outro ‘modelo’, é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade, que torna o livro uma peça para todas as máquinas móveis” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 35).

O Cabelo de Lelê, Procurando Firme e Eugênia e os Robôs ultrapassam o limite de obra ao constituir miragens pela conjugação entre fluxos quando usam do poder que a própria literatura tem de romper os limites impostos ao infantil e tratar de temas interditados, como a violência por questão estética que interfere na autoestima, na afetividade, na sexualidade e na subjetividade do sujeito e também pela questão do gênero que afeta o sujeito também na sexualidade, na vida doméstica e pública, econômica e política. Podemos dizer, pois, que não se trata de imposição de um novo modelo, mas de tratar também com a criança, discursos, saberes e relações de poder que colocam o feminino sempre em um nível abaixo – relembremos as atividades dos livros da editora portuguesa contemporâneos aos nossos dias. Mais uma vez, do que se trata, então? Busquemos em Deleuze e Guattari:

Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo..." (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p 47).

Deslocar, desterritorializar, fugir e fazer fugir, ultrapassar o limite por subjetividades mais plurais e mais livres movendo o sujeito frente a miragens que podem sempre ser outras, pois é assim que a interpretação se manifesta no pensamento foucaultiano como nos explica Gama-Khalil: "a interpretação, para Foucault, manifesta-se de forma labiríntica e, seguindo esse sinuoso percurso, volta-se para si mesma até o infinito" (2004, p. 228).

Acreditamos ser esse o trabalho do discurso literário analisado aqui: fugir e fazer fugir traçando linhas ao infinito, arrebentando os sistemas de subjetivações impostas, prontas a transformar a criança em um corpo para perpetuar a ordem política e econômica vigente. Sobre essas linhas, outras *máquinas de guerra* se conjugam, de modo que ultrapassam os limites das subjetividades femininas e atingem todo corpo social e, nesse sentido, pudemos descrever o atravessamento do discurso feminista tematizando gênero e raça e igualmente buscando modos de vida mais fluídos.

Buscamos então em Rago o ponto de conjugação em que os fluxos do discurso literário analisado aqui se encontram com o feminismo: "muito próximo a Foucault e Deleuze, trata-se então de recusar o que somos, as subjetivações femininas ou masculinas

que nos são impostas pelo Estado e, portanto, a identidade da mulher-santificada e de seu avesso, tanto quanto a subjetividade cordial, retrógrada e autoritária” (RAGO, 2004, p. 12).

Portanto, se a literatura infantil é menor, é no sentido que Deleuze e Guattari lhe atribuem: “não é de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (2015, p. 35). A menoridade da criança e do feminino se conjuga nesse discurso para constituir uma prática que também é política e envolve coletividades. Um discurso que se lança contra os limites e constitui *máquina de guerra*, transgredindo os limites impostos à literatura infantil desde os gregos, quando *se apregooou a periculosidade da arte para a criança*, e depois reformulada na ordem burguesa instaurada para a manutenção de normas e condutas.

5. NA DIMENSÃO DO SI: A ÉTICA E A ARTE.

Relembremos, Foucault define o sujeito como uma posição derivada da função enunciativa. Seu aparecimento na superfície discursiva se dá em meio a relações de poder para o estabelecimento de verdades e efeitos de sentido. Posições sujeito que estão sempre se movendo diante de campos de respostas, possibilidade de reações e ações dos corpos contra e pelo poder estratificado nas instituições. O mesmo corpo passível de tornar-se dócil e útil é capaz de reagir e resistir e a história das mulheres nos comprova isso.

Vimos na explanação das dimensões do saber, poder e si que as relações consigo são sempre reintegradas aos sistemas de saber e poder. O sujeito não permanecerá para sempre livre. Porém, “haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes” (DELEUZE, 2013, p. 111), pois elas não param de se fazer e se *metamorfosar* nas tramas da história. Se contra os processos de subjetivação que normatizam e controlam, o sujeito resiste de modo a proteger-se, a pergunta de Foucault quando chega à dimensão do si seria “que devemos fazer de nossa existência?” (GROS, 2012, p. 327). Assim, sobre a relação consigo sendo estudada como ponto de resistência, a hipótese de Foucault é a dobra do poder. De saída sublinhemos, essa dobra não se dá na interiorização do ser, mas no duplo que se direciona ao “fora” – tema que estava presente desde seus estudos sobre o discurso literário. Deleuze nos explica que, em Foucault

[...] o duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do lado de fora. Não é um desdobramento do Um, é uma repetição do Diferente.

Não é a emanção de um EU, é a instauração da imanência de um sempre-outro de um Não-eu. Não é nunca o outro que é um duplo, na reduplicação, sou eu que me vejo como o duplo do outro: eu não me encontro no exterior, eu encontro o outro em mim (DELEUZE, 2013, p, 105)

Pode-se dizer que na relação transgressão e limite já se encontrava o tema da resistência do ser. O que Foucault analisa, nos autores literários modernos, são, entre outras coisas, as formas históricas dos discursos que esses inauguraram, ultrapassando limites principalmente do discurso da sexualidade e da morte (de deus e do homem). Obviamente, não era um estudo de técnicas, mas de saberes, de formas de conhecimento que fazem do sujeito objeto. Ao ampliar para as técnicas de dominação, o tema da transgressão e do limite se amplia para os estudos das estratificações do poder. Quando chega à dimensão do si, seu projeto ainda é a constituição histórica do ser, a partir de *técnicas do eu* - do ser que é dominado e domina - que se faz no movimento de permanecer e transgredir limites. A relação ser, transgressão e limite parte do despedaçamento do ser para a proteção desse, e a hipótese da dobra possibilitou a descrição dessas relações marcadamente históricas no discurso. A transgressão e o limite, analisados nos literatos do século XX, e a subjetividade, analisada nos antigos gregos e romanos, fazem parte desse projeto, obviamente em suas diferentes configurações – não podemos reduzir todo esse universo teórico ao mesmo patamar – dos modos como o sujeito pensa e é pensado historicamente.

Nesses pontos nos quais o sujeito dobra o poder por meio de técnicas de relação consigo mesmo, a *ética* assume, no pensamento foucaultiano, com efeito, caráter de *regras facultativas* – nem determinadas, nem coercitivas - de criar a existência assim como se trabalha uma *obra de arte*. Ao fazer a análise arqueológica dos discursos da antiguidade grega e helenística, Foucault descreve

[...] todo um conjunto de técnicas com o objetivo de vincular a verdade ao sujeito. Mas é preciso compreender bem: não se trata de descobrir uma verdade no sujeito, nem de fazer da alma o lugar em que reside a verdade, por um parentesco de essência ou por um direito de origem; não se trata tampouco de fazer da alma o objeto de um discurso verdadeiro. Ainda estamos muito longe do que seria uma hermenêutica do sujeito. Trata-se, ao contrário, de armar o sujeito de uma verdade que não conhecia e que não residia nele; trata-se de fazer dessa verdade aprendida,

memorizada, progressivamente aplicada, um quase-sujeito que reina soberano em nós mesmos (FOUCAULT, 1997, p. 130).

No retorno à Antiguidade, Foucault, numa análise histórico-discursiva, parte da possibilidade de deslocar Sócrates do filósofo do *conhece-te a ti mesmo* para o filósofo do *cuidado de si*¹⁹, o que o levou à descrição de como se deu a construção dos processos de subjetivação e das verdades em diferentes épocas. Além de Sócrates, voltou-se a outros discursos filosóficos dos pensadores do período helenístico e romano: Epicuro, os estoicos de Epiteto, Marco Aurélio, Sêneca, Plutarco etc.

As análises que desenvolvemos no capítulo anterior, dos momentos iniciais das narrativas que enredam as personagens apresentando-as e a seus conflitos, nos levaram às **miragens de raça e gênero a partir do referencial estético; às miragens da beleza, da fragilidade, da delicadeza a partir do referencial do matrimônio e às miragens do trabalho a partir do referencial intelectual** nas três obras. Miragens que se projetam dentro de regimes de verdade em favor de certa ordem e, a partir disso, são governadas e governam a si mesmas. No entanto, os conflitos que se estabelecem para cada uma delas as encaminham a outros modos da experiência de si mesmas, modos que se afastam dessas condutas e ampliam as miragens que se projetam. Analisadas as posições sujeito submetidas ao controle do outro, trabalharemos, a seguir, os *processos de subjetividade*, debruçando-nos sobre a segunda parte das narrativas (o clímax e o desenlace) a fim de compreender a constituição das **miragens femininas e feministas** a partir das *técnicas de si* que irrompem como pontos de resistência.

Além do método arqueogenealógico, retomaremos, do primeiro capítulo, as discussões sobre discurso literário e literatura infantil para a aplicação dos conceitos ali abordados - *transgressão e limite, simulacro, linha de fuga e máquina de guerra* - no discurso ao qual dispensamos nossos estudos – não que já não estivessem nas análises anteriores. Vale lembrar que consideramos a *ética* e a *arte* como ponto de intersecção entre exterioridade e interioridade, tal como Foucault, Deleuze e Guattari, cremos que uma

¹⁹ Esse deslocamento da filosofia socrática em Foucault, Gros explica: “e se, no fundo, a importância concedida ao conhecimento de si como imperativo absoluto do pensamento grego fosse apenas retrospectiva, e se o conhecimento de si fosse próprio da nossa modernidade, enquanto que a Antiguidade se reconheceria num imperativo totalmente outro: não o ‘conhecimento de si’, mas o ‘cuidado de si’” (GROS, 2012, p. 319). E continua: “Dever-se-ia agora, a partir desta proposição de Foucault sobre a prevalência do ‘cuida de ti mesmo’ sobre o ‘conhece-te a ti mesmo’, compreender qual subjetivação corresponde ao cuidado de si e que outra ao conhecimento de si. A subjetivação do cuidado de si poderia ser denominada, de ponta a ponta, de ética (GROS, 2012, p. 321).

subjetividade dobra o poder na luta por moldar *artes da existência ou estilos de vida* ao conquistar espaços de liberdade **autointerpretando a si mesmo** no encontro com a arte. É inegável que uma subjetividade não se mantém constantemente fora das grades saber-poder, mas, nos pontos de resistência, a arte – e especialmente, aqui, a literatura – se não encontra possibilidade de se manter “de fora” do limite, oferece, como nenhum outro discurso, ferramentas para curvar as relações de força e ampliar **miragens** que estabeleçam relações com o feminino e o feminista não mais como funcionárias da normatividade, mas artesãs de suas existências. Tentaremos, portanto, descrever como essas miragens se governam *ética e esteticamente*.

5.1 As meninas reinam soberanas. E você?

Os estudos do limite do ser e sua relação com a *ética*, nos textos analisados por Foucault, mostraram que juntamente com *ética austera*, do autoexame, da auto decifração e da confissão ao outro para *conhecer-se a si mesmo*, desvelou-se como uma *ética* que implicava na arte de governar-se a partir de técnicas de escrever, de ler, de memorizar, de repetir e de meditar para *cuidar de si mesmo*. Inventor da subjetivação, o cidadão livre da antiguidade grega e romana empreendia sobre sua própria vida, trabalhando-a, elaborando sua própria conduta num envolvimento prático com a verdade, a qual ele elaborava e exercia no sentido de preparar-se, melhorar-se e poder enfrentar os acontecimentos do mundo (FOUCAULT, 1997). Nesse sentido, o *cuidado de si* apresenta-se como ponto central entre a subjetividade e a verdade.

Nos textos filosóficos, cartas e manuais que continham essas técnicas elaboradas ao sujeito que as praticava, é possível observá-lo dobrando a força e vivendo em um constante estado de *cuidado de si*. Foucault conclui que

O objetivo final da conversão a si é estabelecer um certo número de relações consigo mesmo. Essas relações são, por vezes, concebidas a partir do modelo jurídico-político: ser soberano de si mesmo, exercer sobre si mesmo um domínio perfeito, ser plenamente independente, ser completamente “de si” (*fieri suum*, diz frequentemente Sêneca) (FOUCAULT, 1997, p. 123).

Ser soberano de si implicava também governar da melhor maneira possível o outro e, entre os cidadãos livres, esse governo não buscava a opressão, mas o auxílio para que cada um administrasse sua vida com o mesmo cuidado com que se administrava a cidade.

No entanto, o estudo desses *estilos de vida* despertou o interesse do filósofo muito mais para nos compreendermos hoje do que no simples retorno à Antiguidade Clássica. Deleuze, comentando Foucault, elucida que a elaboração da teoria da ascese grega, ligada à *ética*, obedeceu a questões do método foucaultiano de entender a atualidade. Com efeito, compreender

[...] quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida e nossos processos de subjetivação: será que temos maneiras de nos constituirmos como si, e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente “artistas”, para além do saber e poder? Será que somos capazes disso, já que de certa maneira é a vida e a morte que estão em jogo? (DELEUZE, 2013, P. 124)

Foucault, então, descobre que o sistema de técnicas do exercício do poder e reunidas em instituições produtoras de subjetividade (igreja, pedagogia, trabalho etc.) que governam o nascimento, a vida e a morte do sujeito abre falhas em suas estruturas nas quais o sujeito dobra o poder e oferece resistências. Dobrar o poder é voltar a si, descobrir-se, elaborar-se, cuidar de si de modo a tornar-se singular; é lapidar-se para tornar a vida a mais bela *obra de arte* e, assim, proteger-se do despedaçamento das técnicas de dominação:

Ao analisar a experiência da sexualidade e a história da experiência da sexualidade, fiquei cada vez mais consciente de que, em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas as técnicas ou tecnologias do eu (FOUCAULT, 1993, p. 207).

A partir de uma relação consigo, duplica-se a relação com o outro e curva-se as regras normativas do poder. O feminino e o feminista estabeleceram as mais diversas

dobras ao longo da história, de maneira que as mulheres se constituem hoje - entre o governo de si, do outro, a opressão e a liberdade – *artes da existência* ou *estilos de vida* em práticas de exercício de si um tanto mais plurais do que no passado. Diante da hipótese que abrimos no primeiro capítulo, analisemos o discurso literário infantil conjugando fluxos de constituição da menina na arte de moldar a *vida*.

Retomemos *O Cabelo de Lelê*:

- De onde vêm tantos cachinhos? A pergunta se mantém.

“Toda pergunta exige resposta. Em um livro vou procurar!” Pensa Lelê, no canto, a cismar.

Fuça aqui, fuça lá. Mexe e remexe até encontrar o tal livro, muito sabido! Que a tudo pode explicar.

Depois do Atlântico a África chama
E conta uma trama de sonhos e medos
De guerras e vidas e mortes no enredo
Também de amor no enrolado cabelo

Puxado, armado, crescido, enfeitado
Torcido, virado, batido, rodado
São tantos cabelos, tão lindos tão belos!

Lelê gosta do que vê! Vai à vida, vai ao vento
brinca e solta o sentimento

Descobre a beleza de ser como é
Herança trocada no ventre da raça
Do pai, do avô, do além-mar até

O negro cabelo é pura magia
Encanta o menino e a quem se avizinha

Lelê já sabe que em cada cachinho existe um pedaço de sua história
Que gira e roda no fuso da Terra de tantos cabelos que são a memória

Lelê ama e o que vê

A voz que narra coloca a questão - *De onde vêm tantos cachinhos?* em discurso direto e, assim, a posição que a personagem Lelê assume no discurso se afirma ainda mais na pergunta que *se mantém*. O conflito estabelecido em razão da relação da menina com seu cabelo, pela inscrição em seu corpo de verdades acerca de modelos estéticos de branqueamento, faz aparecer mais uma vez o sujeito inexperiente que questiona a origem do cabelo cacheado e do sujeito que não gosta de si. A retomada da pergunta no fazer narrativo em discurso direto mostra, ainda, o sujeito em estado de total *descuido de si*, pois, não se reconhece, não retorna a si, não se exerce e não se elabora; sua existência se faz entre a inexperiência e as técnicas de normatização da beleza.

Por outro lado, a pergunta que *se mantém* desencadeia o movimento da personagem em busca da solução do conflito. Sair do estado de *descuido de si* demanda *resposta à pergunta* que Lelê constantemente se coloca, como se pode ver no enunciado *Toda pergunta exige resposta* que se estrutura, linguisticamente, na ligação do substantivo *pergunta* ao substantivo *resposta*, ou, sujeito e predicativo do sujeito pelo verbo *exige* numa relação de transitividade direta. O verbo *exigir* coloca a *resposta* como resolução diretamente ordenada pela *pergunta*.

Em *Em um livro vou procurar*, a locução verbal *vou procurar* inaugura uma posição sujeito que se movimenta diante do conflito estabelecido, buscando sair do estado em que se encontra. Lelê indica para si o problema autoexaminando-se e confessando a si mesma todas as vezes que *pergunta, pensa e cisma*. O autoexame e a confissão direcionada ao próprio ser movem a prática da personagem que assume agora uma posição sujeito que age: além de *procurar*, ela *Fuça aqui, fuça lá. Mexe e remexe até encontrar*. Todos esses verbos são ações do sujeito que parte para práticas de resolução do conflito que ela mesma exerce, ou seja, confessa, mas não espera do outro a resposta que possa decifrá-la, antes, faz dessa falta de conhecimento de si, engendrada pela confissão e autoexame, o ponto de partida de suas ações. Começa aqui o retorno a si.

Foucault assinala que, na filosofia antiga, o autoexame e a confissão eram considerados jogos de verdade. Esses jogos de verdade não eram, no entanto, jogos de decifração de uma realidade secreta da essência ou do inconsciente do indivíduo, buscavam, ao contrário, “abrir no indivíduo um espaço onde a verdade pudesse surgir e atuar como uma força real através da presença da memória e da eficiência do discurso”

(FOUCAULT, 1993, p. 212). Dito de outro modo, a verdade ligava-se ao processo de subjetivação não para confirmar a natureza fundamental do indivíduo segundo a clareza de um saber racional, mas para fazê-lo agir e transformar-se diante de uma verdade assimilada.

Não somente a prática do autoexame e da confissão, mas todas as técnicas e procedimentos para vincular a verdade ao sujeito se davam no sentido de armá-lo de uma verdade que ele não obtinha, como vimos na citação do filósofo nos primeiros parágrafos deste capítulo. A subjetivação se dava, pois, no discurso operado como equipamento para armar e proteger o sujeito diante dos acontecimentos da vida e do mundo. No texto *A Hermenêutica do sujeito* (1981-1982), Foucault assevera:

Ora, de que precisamos para poder manter nosso domínio diante dos acontecimentos que podem se produzir? Precisamos de “discurso”: *de logoi*, entendidos como discursos verdadeiros e discursos racionais. Lucrécio fala dos *veridica dieta* que nos permitem conjurar nossos temores e não nos deixar abater por aquilo que acreditamos serem infelicidades. O equipamento de que precisamos para fazer face ao futuro é um equipamento de discursos verdadeiros. São eles que nos permitem afrontar o real (FOUCAULT, 1997, p. 127).

Entendemos que o livro *muito sabido*, considerado por nossa sociedade como um lugar de verdade, de conhecimento comprovado e discurso racional, é tido, na narrativa, como o lugar onde se encontra o discurso verdadeiro sobre o cabelo de Lelê. O livro *tudo aquilo pode explicar*, no entanto, essa resposta explicada por ele não revela a verdade escondida à espera de decifração no sentido de trazer à clareza essa verdade, diagnosticá-la, classificar o problema de Lelê e curar-lhe oferecendo uma conduta determinada. A resposta oferecida é o retorno à África que conta uma história por outra perspectiva que não a tradicional. A narrativa é suscitada, em forma de poema, pelo verbo *conta* e pelo substantivo *trama*. O retorno ao país de origem dos cabelos cacheados de Lelê também se dá discursivamente pelo verbo *chama*. Antes de abordarmos como a questão política que esse discurso de retorno à história – e, portanto, de contá-la sob a perspectiva do povo trazido de lá – está ligada ao governo de si, observemos a questão do envolvimento prático do sujeito com a verdade, ligando-se ao *cuidado de si*.

A segunda estrofe do poema é uma gama de opções de características e maneiras de arrumar os cabelos herdeiros da África: *puxado, armado, crescido, enfeitado, torcido*,

virado, batido, rodado. Cada um desses adjetivos se oferece ao ser inexperiente como dicas e possibilidades de técnicas para arrumar os cabelos. A apropriação do ensinamento dado pelo livro se faz por procedimentos, por uma atividade praticada e regulada, um trabalho específico sobre o cabelo cacheado – nos gregos, algumas das técnicas eram a escuta, a escrita e a memorização (FOUCAULT, 1997, p. 129).

Essa *apropriação* mediante técnicas que ocupam práticas reguladas do sujeito cuidadoso de si são concebidas dentro do domínio jurídico-político, como já apontamos alguns parágrafos acima. Estabelecer um modo autêntico de vida no qual o sujeito se torne soberano de si se insere em relações em que a “verdade não é definida pela sua correspondência à realidade, mas por uma força inerente aos princípios e que tem de ser desenvolvida no discurso” (FOUCAULT, 1993, p. 212) dentro de um modelo político que determina em que medida ela pode servir para administração da vida.

A marginalização e exclusão social das mulheres negras possibilitaram discursos, que entre outras práticas, reafirmam o branqueamento por meio de gestos de controle dos cabelos. O cruzar dessa linha de opressão incluía, então, o retorno às origens para a valorização da estética negra. Essa luta histórica é argumentada por Carneiro:

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. (CARNEIRO, 2003, p. 129).

O referente estético de alguns dos discursos que se cruzam para narrar Lelê enquanto sujeito e, obviamente, constituir seu feminino se faz, portanto, questão de luta e da resistência inscrita no corpo da menina negra. O cabelo de Lelê é símbolo no qual se pontuam relações de forças para, nos termos de Carneiro, *ultrapassar barreiras de exclusão* social e econômica. Essa movimentação discursiva, como diz a autora, se faz no contínuo retorno ao passado, na frequente revisitação histórica para dar voz às perspectivas não contadas na história tradicional das negras no Brasil, muitas vezes, descritas a partir de modelos herdeiros do regime escravocrata (servidão laboral e sexual).

A poesia que Lelê encontra no livro, nesse sentido, atrela ao *cabelo* essa revisitação ao passado. No *enrolado cabelo*, enreda-se a *trama* recolocando no presente de Lelê, a verdade de seus antepassados desconhecida por ela. Um discurso verdadeiro retomado em

suas contradições que se sugere nos substantivos *sonhos x medos, guerras x amor, vidas x mortes*. Sendo assim, esse discurso verdadeiro serve à administração de vida de Lelê na medida em que indica o retorno a ela mesma pela *apropriação* de técnicas de *cuidado de si* e pela assimilação dessa verdade “até que se torne uma parte de si mesmo, um princípio interior, permanente e sempre ativo de ação” (FOUCAULT, 1997, p. 128). Lelê apreende a verdade desenvolvida no discurso e que antes não existia nela: *são tantos cabelos, tão lindos tão belos!*

Quando Lelê sai do estado de *descuido de si* e assume posição de sujeito de ação, dobra a força e passa a constituir o seu feminino, adquirindo experiência e lapidando sua vida como uma artista molda uma *obra de arte*, curvando regras normativas de beleza que vem de fora, dobrando forças que também vem de fora - dos discursos dos movimentos negros e feministas principalmente - relacionando-as consigo mesma: *Lelê gosta do que vê. “É uma relação de força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si”* (DELEUZE, 2013, 108 – grifos do autor) que muda o estado de Lelê enquanto sujeito, que se manifesta no nível discursivo pelo espaço que se abre à transformação da menina entre *não gosta do que vê e gosta do que vê*.

AS **miragens de raça e gênero a partir do referencial estético** começam a se ampliar para outras projeções, distanciando-se do sujeito afetado e despedaçado pelas forças de fora que o governavam dentro de processos de subjetivação que não lhe davam direito e nem experiência à diferença do modelo de beleza padrão. Destarte, se há nessa distância que se abre, toda uma elaboração estética de existência, há também uma ética, ou seja, o retorno a si é uma mudança da subjetividade na qual o sujeito passa a redefinir princípios de ação nele e por ele mesmo, de reativar nele o sujeito ético que age da melhor maneira possível. Dessa forma, Lelê *vai à vida, vai ao vento, brinca e solta o sentimento*, sendo que os verbos que compõem essas orações manifestam os princípios de ações de um sujeito mais livre que antes; desvelam o movimento de desterritorialização, praticado por Lelê, de sujeito governado a sujeito que governa; direcionam Lelê para a *vida, o vento e o sentimento*; demonstram que ela se tornou um sujeito de experiência.

A beleza dela agora é uma verdade assumida e elaborada por ela mesma que passa a exercer, cada vez mais, um domínio maior sobre si e *descobre a beleza de ser como é*. O jogo verbal *ser como é* é mais uma marca de que a personagem redefine seus padrões de corporeidade pela absorção de uma verdade dada por uma leitura, e está “em condições de recorrer a eles (**discursos verdadeiros**) quando houver necessidade”. (FOUCAULT, 1997,

p. 128, grifo nosso), pois a beleza descoberta não é aquela que precisa se ajustar a um padrão vigente. A questão dos exercícios dos discursos verdadeiros transformou o sujeito, redefiniu as suas práticas, fazendo-o concentrar-se em si mesmo e ali (nas verdades assimiladas) encontrar as maneiras corretas de reagir aos acontecimentos do mundo. Lelê é sujeito ético, armada com uma verdade que é *Herança trocada no ventre da raça / Do pai, do avô, do além-mar até* e que reina em si mesma já que o agenciamento/administração de sua vida começa a efetivar-se também no outro: *o negro cabelo é pura magia / Encanta o menino e a quem se avizinha*

Agenciar e administrar a própria existência e, assim, tornar-se uma *cidadela incontestável* é o objetivo do *cuidado de si*; retornar a si, primeiramente, para que possa ocupar-se do outro (FOUCAULT, 1997, p. 123). Pelo cabelo, o feminino e o feminista de Lelê desterritorializa e reterritorializa-se por meio de uma constituição política e social da beleza negra. O governo de si simbolizado no cabelo pelo substantivo *magia*, estabelece formas de administrar-se perante o outro em relações de afetividade com o *menino* e no *encanto* que proporciona a quem se *avizinha*. Lelê metamorfoseia o modelo de corporeidade por meio da resistência ao controle dos cabelos, símbolo que se encontra no eixo dessa luta política de resistência:

Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003b, p. 50).

Lelê projetada em uma **miragem feminina e feminista amante de si mesma** e que exerce um certo domínio sobre o outro nesse jogo da verdade apre(e)ndida e atravessada pela memória e luta histórica – *herança trocada no ventre da raça* – encontra-se em estado de resistir à exclusão e marginalização por questão de raça. Confirma-se na sequência *Lelê já sabe que em cada cachinho existe um pedaço de sua história / Que gira e roda no fuso da Terra de tantos cabelos que são a memória* o aparecimento das relações de força que

agora constituem seu feminino e seu feminista, as **miragens de raça e gênero a partir do referencial estético** passam a compor uma luta histórica de afirmação do belo que se possui, que se converte a si mesmo – *a beleza de ser como é* – na constante recolocação da memória *de tantos cabelos*.

Lelê é completamente de si, pois *ama o que vê!* O verbo *ama*, em total contraste com *não gosta*, demonstra um sujeito completamente de si. A narrativa abre o devir de miragens que possam se reduplicar ao infinito quando questiona *E você?* Quantas subjetividades concretas podem se constituir amantes de si no “real” da vida, sob todas as conjugações de fluxos que se dão na construção da personagem Lelê? Ao retornar à Antiguidade Clássica, Foucault sistematicamente demonstra o quanto nos distanciamos deles (DELEUZE, 2013) e, diante disso, o quanto ainda podemos nos fazer outros desterritorializando e reterritorializando sempre que pudermos, nos termos de Deleuze e Gattari: “seguir sempre o rizoma por ruptura, alongar, prolongar, revezar a *linha de fuga*, fazê-la variar, até produzir a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com *n* dimensões, com direções rompidas” (DELEUZE E GATTARI, 1995, p. 19).

Os fluxos que se conjugam sobre uma *linha de fuga* na produção de uma subjetividade não garantem total livramento ao ser frente aos acontecimentos do mundo, pois a resistência nunca surge sem primeiramente ser “qualificada como terrorismo e desestabilização” (DELEUZE E GATTARI, 1995, p. 19), mas dão-lhe a possibilidade de constituir *máquinas de guerra* pelo equipamento dos discursos verdadeiros como armas. Vemos, no final no texto, que *Lelê já sabe...* e tudo o que ela sabe a faz agir e resistir.

Em *O Cabelo de Lelê*, esse movimento ao infinito se conjuga a linhas de fuga para fugir e fazer fugir dos padrões de corporeidade, num movimento de elaboração artística literária. Além das análises feitas até aqui, outros aspectos apontam para esse movimento de fuga e transgressão dos limites não mais pelo modelo mercadológica da beleza, mas pelo estado de movimento de elaboração artística literária. A linguagem narrativa imbricada à linguagem poética dá ao texto algo muito distante da característica de “menoridade” (nos termos pedagogizante, mercadológicos e acadêmicos). O jogo entre os verbos *joga/puxa*, *fuça/fuça*, *mexe/remexe*, *vai/vai/brinca e solta* costuram toda a narrativa e lança efeitos de sentido múltiplos sobre a construção da subjetividade de Lelê que vai do controle e inexperiência ao movimento e de conquista de si mesma e do espaço de liberdade. Além disso, o poema que se encontra no livro *tão sabido*, traz no fazer fonético a discursividade da religiosidade e ancestralidade africana com repetições de paroxítonas e

sons nasais na primeira estrofe e na repetição de adjetivos (na forma nominal participípio) terminados pelos sons *ado* e *ido* imitando sons de tambores e musicalidade dos antepassados de Lelê.

Dessa questão, ressaltamos, pois, que dentro de um regime de discursividade que encontra possibilidade histórica de enunciar o feminino e o feminista negro, vemos o *desequilíbrio da linguagem literária* transgredindo estruturas linguísticas para fazer irromper uma forma de vida inédita para Lelê. Nos níveis estruturais da língua, a singularidade desse novo feminino entrelaça nos elementos narrativos, poéticos e fonológicos, o murmúrio de práticas discursivas de resistência daquelas mulheres que sobreviveram à margem curando os corpos no Brasil Colônia (mantendo vivas as práticas religiosas e crenças trazidas da África), cuja *magia e encanto* tomam a simbologia na forma do cabelo; ou ainda nas práticas das miragens do trabalho daquelas que sempre ocuparam as atividades mais baixas da sociedade enquanto outras lutavam pelo direito à participação econômica. Nas palavras de Carneiro, “um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (2003b, p. 50) e que fazem da questão estética, prática discursiva de quebra da identidade de objeto e da violência silenciosa que as impediram de ascender a lugares mais altos.

Todas essas práticas discursivas, que têm como referente a estética feminina negra, constituem uma intensidade inapreensível em sua totalidade de outras práticas por vir. Dito de outro modo, fluxos sobre *linhas de fuga* que se integrarão em *máquinas de guerra* e, se não se pode “de modo algum ser livre, mas encontrar uma saída, ou bem uma entrada, ou bem um lado, um corredor, uma adjacência, etc. (DELEUZE E GATTARI, 2015, p. 17)” na potência literária que em certo ponto se materializa na pergunta: *E você?* Diante disso, a questão do ser que se inaugura amante de si, posição sujeito de ação, é a questão transgressiva da literatura que abre espaços de liberdade – que poderão logo ali ser capturados - nessas formas inéditas da linguagem, porém sem nunca se fazer completamente, jogando ao infinito singularidades que, no encontro com o ser simulacro, estarão sempre em possibilidade de transpor limites pela dobra dos códigos de interpretação e representação do feminino.

Mesmo ainda tendo algumas questões a serem abordadas na análise de *O cabelo de Lelê*, passaremos agora à obra *Procurando Firme*, pois essas questões são comuns, em

alguns aspectos, às três obras que compõem o *corpus*. Portanto, serão analisadas mais adiante.

Quando o primeiro príncipe chega, Linda Flor fica desapontada. Apesar de ter as características necessárias para ser príncipe, ele era *meio grosso, tinha um jeitão de quem achava que estava abafando, muito convencido!* Assim como ele, muitos príncipes vieram, mas nenhum era o príncipe que ela esperava. Os pais estavam preocupados *afinal, se a filhinha deles não agradasse os moços que apareciam para salvá-la, como é que ela ia arranjar casamento?* Até que Linda Flor resolveu que não iria mais passar o tempo esperando, esse tempo deveria, então, ser ocupado de outra forma.

Abaixo temos a sequência de enunciados que iremos analisar:

Linda Flor já nem jogava as tranças pra eles subirem. Tinha posto uma escada na janela que era mais prático.

[...] Linda Flor tinha cortado os cabelos e estava usando um penteado esquisitíssimo copiado de povos longínquos de Africolândia (ROCHA, 2009. p. 26).

[...] Ela não usava mais aqueles lindos vestidos de veludo com entremeios de renda e beiradas de arminho que agente vê nas figuras dos contos de fadas.

Ela agora estava usando... calças compridas! (ROCHA, 2009. p. 27).

Ela usava calças compridas, que nem o príncipe. E estava diferente, não sei, queimada de sol, logo ela que era tão branquinha!”

Os professores estavam se queixando que ela não ia mais às aulas de craquelê, nem às aulas de etiqueta, nem às aulas de minueto. E a corte inteira se espantava com a modificação da princesa, que deu para rir alto e até se intrometia nas conversas dos mais velhos. Até nas conversas dos ministros sobre política ela deu para dar palpites! E não queria mais ser chamada de Linda Flor.

- Que nome mais careta! Quero que me chamem de Teca, de Zaba, de Mari, um nome mais moderninho!” (ROCHA, 2009. p. 28).

[...] No meio da manhã, na hora em que princesas delicadas ainda estão dormindo, ouviu-se o maior berro.

- Berro?

- É, berro! E berro de princesa! (ROCHA, 2009. p. 29).

[...] O primeiro que chegou foi o rei.

E ficou espantadíssimo quando viu a princesa, correndo de um lado pro outro, de espada na mão, dando aqueles gritos medonhos que ele tinha ouvido lá do outro lado do castelo [...](ROCHA, 2009. p. 30).

- Ah, pai, nem queira saber! Que barato! Estou tendo umas aulas com os instrutores de meu irmão. Estou aprendendo esgrima, estou aprendendo a correr, estou aprendendo berro...

A rainha que já vinha chegando, parou horrorizada:

- Aprendendo berro? (ROCHA, 2009. p. 32).

E a rainha desmaiou ali mesmo, mas ninguém se incomodou muito porque a rainha adorava desmaiar. Aliás ela vivia dizendo que a princesa precisava tomar umas aulas de desmaio, que era muito útil desmaiar nas horas certas.

[...] - Pois é, estou aprendendo tudo que é preciso para poder sair deste castelo e correr mundo como meu irmão (ROCHA, 2009. p. 33).

[...] - É isso mesmo, correr mundo! Eu estou muito cansada de ficar neste castelo esperando que um príncipe qualquer venha me salvar. Eu acho muito mais divertido sair correndo mundo como os príncipes fazem. E se eu tiver que casar com alguém eu encontro por aí, que o mundo é bem grande e deve estar cheio de príncipes pra eu escolher (ROCHA, 2009. p. 34).

[...]

Até que um dia...

Chegou o dia da princesa sair para correr mundo.

Ela não quis levar muita bagagem, para não ficar pesada. Saiu de madrugada, bem cedinho. Passou pela porta da frente e lá se foi a princesa, correndo, passando rasteira, jogando pedras. Quando chegou perto do dragão deu três pulos, que ela tinha aprendido no balé, chegou perto do muro, deu um salto de vara, passou por cima da muralha, empurrou para a margem do fosso uma canoa que estava perto, remou com força e foi sair do outro lado. Pulou na margem, acenou para as pessoas que estavam olhando do castelo e se foi, pelo mundo, procurando, não sei o quê, mas procurando firme! (ROCHA, 2009. p. 38).

A posição sujeito assumida até então começa introduzir desvios de conduta, já que seu comportamento, linguagem, atitudes e corpo começam a variar do modelo padrão. A prática da disciplina prescrita à menina para *agradar os moços* e, logo, *arranjar casamento*, começa a dirigir-se a outro tipo de prática que não é mais a da vigilância dos

atos e nem da obediência. Quando Linda Flor sai do estado de espera, a prática que se revela é uma prática de si por si mesma. A troca de suas *tranças* por uma *escada* retira de seu corpo a responsabilidade de esperar, afinal, a *escada* – substantivo concreto e objeto inanimado - poderia fazer isso melhor, já que *era mais prático*.

Rago (2004) declara que, sobre a estética feminina, as mulheres que se levantaram em movimento investiram de várias formas como maneira de inscrever suas verdades em seus corpos. Inicialmente tentaram igualar-se visualmente ao ser público (o homem) para se oporem “à figura conservadora e santificada da ‘mãe’” e, passado esse momento, tem criado “novos padrões de corporeidade, beleza e cuidados de si, propondo outros modos de constituição da subjetividade” (RAGO, 2004, p. 04 e 05). Percebemos que Linda Flor se afasta da figura feminina *dos contos de fadas* e se aproxima da figura de seu irmão em um primeiro momento. A troca dos *lindos vestidos* pelas *calças compridas* e da pele *tão branquinha* pela *queimada de sol* pode nos sugerir que sua busca para afastar-se do privado e aproximar-se do público se faz pelo afastamento do feminino e aproximação do masculino.

No entanto, a narrativa desvela mais um afrouxamento dos limites entre masculino e feminino, do que a passagem de um para outro. Linda Flor toma uma decisão e estabelece um objetivo: - *É isso mesmo, correr mundo! Eu estou muito cansada de ficar neste castelo esperando que um príncipe qualquer venha me salvar*. E diante desse objetivo, ela passa a agir dentro de um campo de liberdade maior do que antes para constituir seu feminino, diferentemente da fragilidade saturada prescrita a ela. **As miragens da beleza, da fragilidade, da delicadeza a partir do referencial do matrimônio** (que figura a vida privada) se distorcem diante de um novo feminino que projeta novas e outras miragens a partir do **referencial público: correr mundo**.

As primeiras práticas de anulação do estado de moralidade e afirmação da atitude ética se dão pela aparência. Sem a necessidade de cabelos tão longos, Linda Flor os corta e escolhe um penteado, *copiado*, mas que serviria somente a si, tanto que a escolha foi por algo que estava em completo desalinho com os modelos aceitáveis naquela sociedade, já que era adjetivado de *esquisitíssimo*, visto que obedecia a padrões de uma outra ordem: *de povos longínquos de Africolândia*. Duas coisas chamam atenção na escolha do modelo Africano de cabelo. Primeiramente, o aparecimento deste enunciado diante de todas as questões que discutimos anteriormente, que marcaram efeitos de sentido entre o distanciamento da estética negra e a afirmação desta. Também o efeito de libertação da

troca de cabelos extremamente compridos e, obviamente, do que eles simbolizavam, por cabelos curtos. *Queimada de sol*, de *calças compridas* e de cabelo curto a princesa estabelece outro referencial de beleza e *cuidado de si*.

Gros destaca que, no *cuidado de si*, “a questão é a do que se pode fazer de sua vida, sua vida tomada como material de um trabalho possível; a questão é a dos exercícios que podem nos transformar; e, enfim, é a das regras de conduta que se deveria adotar” (GROS, 2012, p. 321) diante de uma atitude ética. *Correr mundo* era uma verdade que não residia em Linda Flor e, por isso, exigia dela uma transformação, não apenas em sua aparência, mas exercícios, uma ocupação regulada de si mesma para transformar corpo e comportamento.

A decisão de conquistar o espaço público transformou sua experiência. A modulação da delicadeza já não servia mais ao seu objetivo e, por conta disso, ela parou de frequentar as aulas de atividades desenvolvidas em ambiente privado: *ela não ia mais às aulas de craquelê, nem às aulas de etiqueta, nem às aulas de minueto*. O trabalho de afirmação de uma nova experiência de si mesma adentrou todos os gestos da princesa, o que se dá a ver nos enunciado a seguir, dos quais ela é sujeito e assume posição completamente fora dos padrões da corte, desde o ato de *rir alto*, passando por *se intrometer nas conversas dos mais velhos e até dar palpites sobre política nas conversas dos ministros*.

Ocupar-se de si, redefinir o exercício de sua vida não se deu sem que as relações sociais e culturais despontassem resistência ao novo feminino de Linda Flor. Em vários momentos do texto, cita-se o *espanto* do pai, da mãe e da corte. *Espanto* que se explica se pensarmos que “por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes. Só se pode pertencer a um gênero, nunca ao outro ou a ambos” (FLAX, 1991, p. 222). A categoria da moderação e da delicadeza criada pelo manual burguês, como vimos nas **miragens da maternidade, da família e da sexualidade** doutrinou a mulher para a vida íntima e para ser base moral da família no público. Era isso que a separava do ser homem. A corte na qual a princesa vive é a simbologia da política de vida burguesa, e quebrar esse código é ato de resistência a essa política (observa-se aqui o movimento de ação de uns sobre os outros).

Se já não lhe servia a modulação da delicadeza saturada para a nova verdade que ela assimilava (conquistar o espaço público), uma prática diferente era necessária. Os

enunciados *no meio da manhã, na hora em que princesas delicadas ainda estão dormindo, ouviu-se o maior berro. /- Berro? / - É, berro! E berro de princesa!* desencadeiam exercícios práticos, que incluíam aprender a técnica do berro, que Linda Flor passara a fazer. Antes de analisar tais exercícios, observemos a construção discursiva desses enunciados.

O substantivo *princesa* aparece neles duas vezes. Na primeira, adjetivado por *delicadas* e, na segunda, como adjunto adnominal, cuja função adjetiva qualifica o *berro*. Há um cruzamento discursivo de sentidos que se complementam e se excluem dos lugares que esse termo ocupa na materialização destes enunciados. Até o esse momento do texto, a figura da princesa se formara dentro dos limites da fabricação da delicadeza, confirmando sua produção histórica segundo o que se instituiu como código ao feminino, principalmente dentro dos códigos burgueses e dos estereótipos de contos de fadas. Porém, a transformação da subjetividade da princesa não retirou dela esse estatuto, e outro efeito de sentido para o ser se produz, um tanto mais relaxado – no sentido de mais livre – da doutrina de outrora. A menina berra, porém, ainda é princesa, e a tomada desse termo em função de adjetivo determina a qualidade do berro (de princesa e não de outra/o) e o relaciona, ao mesmo tempo em que diferencia, do berro do irmão príncipe.

A constituição do ser não está, pois, no afastamento do feminino para transformar-se em masculino, mas no alargamento das barreiras para a produção de outros femininos e, provavelmente, o feminista incluso. Retomemos a afirmação de Grosz (2002) e o que teremos é a luta para que as mulheres continuem se tornando mulheres, na medida em que essa seja a verdade ética segundo a qual elas escolham agir, mas com o direito à variação de regras coercitivas e, principalmente, que não seja debaixo dos limites de dominação das relações de gênero:

O feminismo (...) é a luta para tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado. É a luta para se produzir um futuro, no qual as forças se alinham de maneiras fundamentalmente diferentes do passado e do presente. (GROSZ, 2002, n.p.),

Nesse sentido, os meios pelos quais Linda Flor é produzida passam a ser mais móveis e fluídos na concentração e no exercício que ela faz de si mesma. Aprender berro era necessário visto que compunha uma técnica de conquista do público quando ela fosse enfrentar o dragão. Enquanto técnica, o berro compunha todo um conjunto de ações de

luta: *estou aprendendo esgrima, estou aprendendo a correr, estou aprendendo berro...* Se essas técnicas são as mesmas da fabricação do irmão príncipe, o que faz com que essas mesmas ações se inscrevam segundo ordens diferentes nos corpos de ambos? Enquanto tecnologias de fabricação da sexualidade e do gênero, quando se dirigiram ao masculino, obedeceram a regras coercitivas das relações saber-poder; em Linda Flor, essas técnicas foram selecionadas segundo *regras facultativas* de relações de verdades apreendidas e assimiladas em desvio da ordem para conquista de um espaço de liberdade. Deleuze explica que “tal como as relações de poder só se afirmam se efetuando, a relação consigo, que as verga, só se estabelece se efetuando” (DELEUZE, 2013, p. 108). A prática dessas técnicas era, assim, necessária ao sujeito na medida em que buscava desterritorializar – almejava o espaço público.

Antes, a preparação para o matrimônio. Agora, a preparação para a conquista do espaço público. Sendo a verdade ligada aos sistemas de poder, “a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento” (FOUCAULT, 1985, p. 11) dos enunciados que produzem Linda Flor passam a funcionar segundo outras leis de aparecimento, curvando o atravessamento do discurso pedagógico na fabricação da subjetividade da menina para que esse trabalhe na produção e em favor dessa nova/outra verdade

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (FOUCAULT, 1985, p. 11).

Cumprir dizer que, *uma história que parece de fadas mas não é* tem legítimo lugar na verdade desvinculada das formas hegemônicas nas quais se apóiam os contos de fadas convencionais: ascensão da mulher no ambiente doméstico, dominação dos mais jovens, repetição exaustiva de estereótipos, transmissão de normas e formação moral, fabricação da maternidade e da infância, delimitação dos limites entre público e privado (ZILBERMAN E CADEMARORI, 1987, p. 4-24).

Ao discursivizar as técnicas de luta e o enfrentamento do dragão como condição para sair do privado, o texto reduplica séculos de luta das mulheres contra as categorias de dominação que limitavam um campo de ação para elas muito menor que o masculino. Na estreiteza desses enunciados materializados para narrar Linda Flor, vemos se cruzarem as **miragens da magia, da medicina, do pecado e da cura das mulheres** que curvaram as

ações de religiosos, políticos e doutores e ganharam certo prestígio social por meio de técnicas mágico-medicinais que as fizeram produzir seu feminino em um regime muito diferente do que viria se firmar no Brasil burguês, já que suas práticas se desenvolviam sem os limites entre o público e o privado e o matrimônio não era a principal instituição que garantiria ocupação de certo *status* social (DEL PRIORE, 2012); as **miragens da maternidade, da família e da sexualidade** que curvaram o enclausuramento e conquistaram participação político-econômica e o direito ao conhecimento científico, além de direitos civis (D'INCAO, 2012) (RAGO, 2012) e as **miragens do trabalho e da sexualidade** que curvaram violência doméstica, urbana, estética e laboral diante de incontáveis técnicas de resistência (SILVA, 2012) (SOIHET, 2012). Essas são famílias discursivas cujo feminino se instituiu como objeto e que são as próprias condições históricas que legitimam os discursos da resistência feminista, reunindo elementos do que já havia sido dito e possibilitando a lei do aparecimento singular do acontecimento discursivo (FOUCAULT, 2007) de um conto de fadas às avessas, onde a princesa é quem luta, enfrenta o dragão para sair do campo limitado das torres do castelo.

Conto de fadas às avessas que, no movimento de retomar para transformar, entra em uma relação de forças para estabelecer sentidos contra as verdades transcendentais do sujeito essencial e instituir *artes de vida* mais fluídas ao feminino e ao masculino também. Relações de forças e sentidos que irrompem sob outros procedimentos de produção da verdade sobre o gênero:

Finalmente, esse movimento não visou apenas o benefício das mulheres, pois atingiu e desestabilizou também a solidez da identidade masculina do guerreiro, valorizada, desde o século 19, em oposição ao modelo aristocrático de masculinidade da “sociedade de corte”, e reforçada pelo sucesso de Tarzan, desde os inícios do século 20. Expondo a unilateralidade e limitação dessa identidade masculina, que exclui tudo o que é considerado culturalmente feminino, como as emoções, os sentimentos, a fragilidade e a possibilidade de experiências e vivências mais reais, porque mais integradas psiquicamente, forçou a busca de novas formas de redescritção de si também para os homens (RAGO, 2004, p 13).

O feminista feminizou a linguagem. Não sozinho. Dentre os fluxos que se conjugaram em *máquinas de guerra*, muitos discursos entraram nos jogos de verdade e poder para ampliar e instituir novos e outros reais na formação do gênero na nossa sociedade. Nesses jogos, *artes da existência* ou *estilos de vida* operaram “por sob os

códigos e regras’ do saber e do poder, arriscando-se a juntar-se a elas se desdobrando, mas não sem antes que outras dobraduras se façam” (DELEUZE, 2013, p. 112). A linguagem literária infantil, resistindo ao regime discursivo pedagogizante sob procedimentos moralistas e coercitivos, integrou *linhas de fuga* dentro da linguagem, diminuindo a dominação e elevando o feminino ao referencial de novos pensamentos sociais e culturais.

Quando Foucault afirma a questão da separação da verdade das formas hegemônicas, propõe que analisemos a formação belicosa dos discursos como forma de pensar o diferente, “a exterioridade, a heterogeneidade – na base mesma da análise estrutural: não apenas um, mas vários sistemas de estruturais, vários regimes de signos, **várias ordens**” (REVEL, 2014, p. 56 – grifos da autora). A literatura infantil, como discutimos no primeiro capítulo, resiste à hegemonia dos códigos, dos regimes, das formas linguísticas coercitivas e liberta, em sua linguagem, formas nunca enunciadas em nenhum outro discurso. No enunciado *e a rainha desmaiou ali mesmo, mas ninguém se incomodou muito porque a rainha adorava desmaiar. Aliás ela vivia dizendo que a princesa precisava tomar umas aulas de desmaio, que era muito útil desmaiar nas horas certas*, o feminino enunciado ou o dizível sobre o feminino irrompe, jogando luz ao desvio do que os contos de fadas convencionais apresentam como característica essencial da mulher. A fraqueza da rainha não é naturalmente determinada, ela *adorava desmaiar* porque aplicou sobre si a técnica que lhe foi ensinada e aprendida como forma de produzir sua subjetividade e agir dentro desse modelo de conduta quando fosse *útil desmaiar nas horas certas*.

Vemos o discurso literário neste momento, e em vários outros, resistir à banalidade da escrita pela elaboração artística da linguagem e resistir ao pedagógico e ao mercadológico quando torna visível e faz assentar nos enunciados “os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção (FOUCAULT, 1993, p. 207). E é nesse sentido que colocamos o discurso literário materializado no modo de narrar o feminino em *Procurando Firme* como *linha de fuga* que conjuga fluxos pela linguagem. Tenhamos em vista que “a escrita esposa uma *máquina de guerra* e *linhas de fuga*, abandona os estratos, as segmentaridades, a sedentaridade, o aparelho de Estado” (DELEUZE E GATTARI, 1995, p. 34), de modo que, ao enunciar as *tecnologias de dominação* e as *tecnologias do eu* no processo de constituição das subjetividades, aumenta o território, desterritorializa, arrasta

os limites, abre campos de ação ao ser, desnaturaliza a fraqueza (a também a virilidade) e denuncia a sobreposição de um gênero sobre o outro.

A conquista do espaço público acontece depois da verdade apreendida e dos exercícios praticados. O retorno a si muda o destino prescrito a ela. Enfim, *chegou o dia* em que a princesa, “soberana de si mesma”, “plenamente independente” e “completamente de si” (FOUCAULT, 1993), deixou o castelo para *correr mundo*. Pontuemos algumas análises neste trecho em que se dão as ações de saída da princesa: ... *lá se foi a princesa, correndo, passando rasteira, jogando pedras. Quando chegou perto do dragão deu três pulos, que ela tinha aprendido no balé, chegou perto do muro, deu um salto de vara, passou por cima da muralha, empurrou para a margem do fosso uma canoa que estava perto, remou com força e foi sair do outro lado. Pulou na margem, acenou para as pessoas que estavam olhando do castelo e se foi, pelo mundo, procurando, não sei o quê, mas procurando firme!*

Assim como o príncipe, a princesa põe em prática todas as técnicas que aprendeu. Apesar de as estruturas linguísticas terem características regulares nos parágrafos que narram a saída de ambos, as ações entre eles para enfrentar o dragão, transpor a muralha e atravessar o fosso são diferentes. Podemos dizer, também, perante esses enunciados, dos próprios caracteres de gênero que fazem aparecer sujeitos diferentes em relações de equidade. No nível discursivo, podemos dizer sobre as diferenças entre ambos quanto à maneira de constituírem suas subjetividades, que, apesar de praticarem técnicas parecidas, se posicionaram diferentemente em relação à verdade: determinada *versus* praticada. Mais uma vez, Foucault esclarece: “o *verum facere* que o si mesmo propõe não consiste no trazer à luz do dia profundos segredos. É antes em termos dos laços que o prendem a coisas sobre as quais não tem domínio. É uma espécie de *inventário de liberdade* no quadro de um código de ações” (FOUCAULT, 1993, p. 211 - grifo nosso).

O enfraquecimento dos sentidos que associavam o feminino, ao frágil e ao masculino, ao viril se confirma mais uma vez não na transformação do mais fraco no mais forte, mas na transformação dos meios de fabricar o frágil e o viril alinhando as forças, projetando miragens nas quais esses limites se quebram e se transpassam, tanto que no momento de maior perigo (o enfrentamento do dragão), a princesa usa os *pulos, que ela tinha aprendido no balé*. A técnica que serviria para *agradar os moços e arranjar casamento* foi usada na luta pela nova verdade assimilada não mais para o outro, mas para o *cuidado de si*. Aliás, o casamento passou de valor necessário a possibilidade de escolha

futura, marcado pela conjunção condicional e pelo verbo escolher em primeira pessoa: *e se eu tiver que casar com alguém eu encontro por aí, que o mundo é bem grande e deve estar cheio de príncipes pra eu escolher...*

A princesa ocupa, em seu presente, outras posições sujeito, **transformou as miragens da beleza e curvou as da fragilidade e da delicadeza** de modo que as miragens que se projetam ganham reduplicação infinita no final da história. A princesa conquista o público, mas não por um final dado de antemão. *Procurando firme* abre finais possíveis tanto quanto abre começos de novas *artes de vida*. Inclusive, o nome da menina fica por definir, porque sabia como **não** queria mais ser chamada, mas não havia ainda determinado sua escolha, desde que fosse nome moderno: *...Quero que me chamem de Teca, de Zaba, de Mari, um nome mais moderninho!*”. Enfim, as indicações do futuro da princesa são inúmeras tanto quanto podem ser as interpretações.

Faremos uma interrupção nas análises de *Procurando Firme*, pois como já dissemos, há questões comuns entre as três obras a serem analisadas. Passemos à *Eugênia e os Robôs*

Nas análises que já decorreram no capítulo anterior, pudemos observar em Eugênia uma subjetividade governada e que se governa já no desvio da norma, diferentemente das outras personagens. Os conflitos que se instauram devido a esse desvio comprovam o estraçalhar do sujeito que entra na luta para fixar os sentidos do diferente. No caso de Eugênia, a falta de sociabilidade que afeta sua subjetividade a faz entrar em conflito com outras condutas e corpos (além dos pais e avós, os colegas de classe, professora, etc.) como podemos observar nos enunciados: *ela observava com muita atenção e tentava, sem sucesso, fazer o que as pessoas pareciam nascer sabendo* (TOKITATA, 2014, p. 12) *e cada nova tentativa de encontrar um amigo era acompanhada de risos e zoações. A rejeição era geral* (TOKITATA, 2014, p. 13). Humilhada depois de tantas tentativas de resolver o problema do modo convencional, a personagem parte para outras práticas, das quais ela já tinha domínio e passa a usá-las para outro fim: *fazer amigos*.

Era muito, muito mais do que esperava. Com aquela matéria prima, poderia fazer não apenas um, mas três amigos. [...] Eugênia abriu seu kit de ferramentas, a coisa que ela mais gostava de ter (TOKITAKA, 2014, p. 21).

Pegou os materiais e começou a trabalhar com dedicação no que viria ser seu primeiro amigo, um robô inteligente, quase humano [...] O problema é que havia semelhanças demais entre **criador e criatura**. (TOKITAKA, 2014, p. 22)

Aldo foi uma versão melhorada em relação a Zero. Eugênia tentou fazer uma versão melhorada de si mesma (TOKITAKA, 2014, p. 23).

Eugênia resolveu pensar diferente. Seguir uma nova **receita**. Colocou todas as características humanas que conhecia no seu computador e sorteou algumas. Provavelmente, foi assim que todas as pessoas foram feitas (TOKITAKA, 2014, p. 24)

Nos enunciados acima, **as miragens do trabalho a partir do referencial intelectual** começam a subverter-se quando Eugênia lança mão de outra perspectiva sobre a verdade que ela já possuía. Percebendo-se completamente fora dos padrões, ela começa a praticar a verdade (diríamos que essa verdade se refere ao consenso, em nossa cultura de que toda criança deve ter relações de amizade) por meio de ações nos campos do trabalho e da ciência. O alto nível de inteligência da menina fez com ela desenvolvesse habilidades capazes de resolver problemas que iam desde a melhora do sinal de TV até a construção de um veículo espacial. Essas habilidades seriam usadas como princípios de ação que, enquanto sujeito, ela operaria na construção de si diante dessa nova perspectiva da verdade que é a mesma – *fazer amigos*. O que muda é a ação sobre si, como nos lembra Gros, “o sujeito engendrado por este retorno sobre si não é um sujeito do conhecimento introspectivo, mas um sujeito que *age* e age de maneira conforme aos seus princípios de ação” (GROS, 2012, p. 323 – grifo do autor).

Portanto, no enunciado *poderia fazer não apenas, um, mas três amigos*, o verbo *fazer* funciona em seu sentido prático, na ação física e concreta de construir seus amigos: os três robôs Zero, Aldo e Isaac. Já no primeiro, ela procede com precisão na construção de um produto funcionalmente perfeito, seu primeiro robô era *inteligente, quase humano*, dois adjetivos que qualificam níveis que a própria ciência vem tentando alcançar durante décadas. O nível do procedimento foi tão alto que a perfeição do robô resultou no seu defeito. As semelhanças com a humana que o criou eram tão precisas que ele passou a reproduzir os mesmos defeitos de sociabilidade que ela, o que a levou ao segundo robô. Aldo supera as expectativas da menina em seus níveis de inteligência, mas, mais uma vez, apresenta defeitos de sociabilidade. A repetição do mesmo erro em ambos fez com que ela

chegasse à conclusão de que seu procedimento apresentava falhas segundo sua maneira de agir, mais uma vez, a subversão do campo de ação acontece. Para fazer Isaac, ela muda o procedimento, que discursivamente se mostra nos termos *pensar diferente* e *nova receita*.

O verbo *fazer* está, pois, no eixo da prática discursiva que suscita os vários sentidos da expressão *fazer amigos* e que desencadeia todo o desenrolar da trama. Nesse sentido, *fazer* é solucionar o problema da incapacidade de estabelecer relações de amizade e essa solução entrecruza discursos de campos diversos que passam a avizinham-se para formar o discurso que se produz na narrativa. Entre eles, os da ciência e do trabalho entrelaçam a maioria das técnicas de si da personagem que se refletem nos robôs. Sendo assim, uma série de termos indica o princípio de ação científica do verbo *fazer*: *matéria prima*, *kit de ferramentas*, *versão melhorada*, *materiais* e *computador*. E no verbo *trabalhar* conjugam-se novas/outras práticas para formar esse novo/outro sujeito de ação. *Fazer* e *trabalhar* fazem saltar aos olhos a produção da subjetividade de Eugênia e desnuda a união que se estabelece entre os campos associados se entrecruzando na formação de um discurso.

A reativação de princípios de ação faz Eugênia aprimorar-se e superar-se em cada uma de suas três criações, aproximando-se, a cada proceder, de um sujeito que busca agir “melhor e menos mal” que antes (GROS, 2012, p. 325). Os verbos *fazer* e *trabalhar*, conjugando todo um domínio entrelaçado da ciência e do trabalho, mostram a personagem construindo a solução do conflito, reativando em si mesma as habilidades que já possuía e, regrando sua prática, segundo sua própria perspectiva do que significa *fazer amigos*, ou seja, no nível discursivo, esses verbos funcionam na formação do sujeito ético que se faz exatamente na concentração em si – e não mais no outro como quando *tentava*, *sem sucesso* (mais uma vez o proceder ético se revela na oposição *tentar/fazer*). Toda essa associação entre os campos discursivos para formar a raridade desse enunciado, dizendo um sujeito único é possível por conta da dobra do poder, na qual Eugênia se lapida num efeito reflexivo (de si para os robôs e dos robôs para si), selecionando, à sua maneira, técnicas que regrarão sua vida da maneira mais agradável para si mesma. Buscamos nas palavras de Foucault, embasamento para chamar esse novo/outro ser que Eugênia constrói de sujeito ético:

[...] em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-

se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante (FOUCAULT, 1993, p. 207).

O filósofo chega a essa conclusão, analisando a experiência da sexualidade. Porém, lembremos que seu interesse era o que implica os modos de existência atuais. Por isso, ampliamos essa análise ao gênero, àquilo que faz o sujeito lutar pela vida e contra a morte, da melhor maneira possível, agindo em torno de si. Dizemos do gênero porque, embora Eugênia busque proceder em torno das relações de amizade, observamos na voz que narra, a irrupção de um outro discurso, que se conjuga ao científico e ao do trabalho, porém possui características específicas de aparecimento na obra.

Analisemos algumas delas.

O uso dos termos *criador e criatura* elevou a **miragem do feminino racional** a outro patamar: a aproximação com a figura de deus. Entre os múltiplos olhares que se possa suscitar na constituição de Eugênia enquanto sujeito menina, certamente, o ocupar da posição de deus entra em relações de força entre o feminino e masculino. A imagem de deus homem é feminimizada no uso desses termos. Esse deus de que fala aqui, usado para projetar a nova/outra miragem de Eugênia, é um deus que faz, que age, que cria. Eugênia ocupa o lugar do deus criador quando reproduz algo que se aproxima da maior criação divina: o ser humano. A cada robô criado, torna-se mais deus, pois já inicia em um produto *quase humano* e termina com uma receita que se assemelha ao proceder de deus quando consegue reunir em uma criatura a complexidade das características humanas. A materialização da técnica de criação divina incorporada ao saber científico se dá no uso do *computador*, elemento que distingue essa *nova receita*, e na constatação introduzido pelo advérbio: *Provavelmente, foi assim que todas as pessoas foram feitas*.

O encontro do divino e do científico se fundindo na **miragem feminina**, dobra a força pela linguagem nas possibilidades de dizer a menina em domínios contraditórios (deus e a ciência), cujo relevo ainda é muito masculino em nossa sociedade e cultura, destarte, força dobrada que dá forma a um ser clivado “entre verdade e erro, liberdade e constrangimento” (FOUCAULT, 1993, p. 206), também, apoiada no discurso feminista para enunciar Eugênia ocupando esses dois lugares. Seguramente, a observação do ser historicamente contraditório foi possível na medida em que se firmou o pensamento foucaultiano das relações sexuais “como dimensão constitutiva da vida em sociedade e

como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente” (RAGO, 1998, p. 29). Comungando com a desnaturalização do gênero, Lauretis que considera

[...] um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Instituir esse ser feminino, ocupando posições e des/re/fazendo representações culturais de gênero encontra existência histórica ao formar feixes de relações com o discurso feminista e irromper em sua singularidade, na qual a representação cultural de deus criador é curvada e ressignificada quando o sentido masculino do termo se quebra num processo em que se observa, no nível estrutural da linguagem, ao dizer Eugênia e, na existência material do discurso, ao suscitar as práticas do sujeito ético nas relações, não somente de diferença sexual, mas de trabalho científico.

Andemos um pouco mais com a narrativa.

A invenção dos robôs foi um sucesso e pela primeira vez na vida Eugênia passou um final de semana divertido. Conversou e brincou, coisas que nunca havia feito antes. Porém, na segunda-feira, um imprevisto aconteceu. Contenta por suas invenções, ela resolvera que nunca mais iria tentar fazer amigos humanos. Na hora do intervalo, trancou-se no banheiro da escola. Algumas colegas de classe perceberam e de repente a confusão envolveu todo o colégio. Todos a chamavam, mas ela, paralisada, amedrontada e em choque não conseguia se mexer para abrir a porta, que teve de ser arrombada pelo zelador, Seu Beto. O acontecido deixou traumas. Mas, desta vez, ela sabia como agir para resolver mais esse problema.

O problema são as pessoas. Elas parecem robôs com defeito. E, provavelmente, vão acabar me transformando na mesma coisa, a julgar pelo meu comportamento hoje. Preciso dar um jeito. E se... (TOKITAKA, 2014, p. 45)

Um cenário digno de filme de Hollywood estava sendo construído (TOKITAKA, 2014, p. 47)

... e foi com segurança que seu dedinho aterrisou no maior botão da cabine de controle da gigantesca máquina instalada em seu quarto nos últimos dois dias. Um eco surdo soou pelo apartamento. (TOKITAKA, 2014, p. 50)

A cor se espalhava depressa pela tela, a perfeita representação do sonho de Eugênia se tornando realidade: em menos de dez minutos, todos os seres humanos da cidade teriam se transformado em robôs (TOKITAKA, 2014, p. 53)

Com sorte, se seu experimento desse certo, ampliaria o raio de ação do aparelho robotizador. Seria o fim das guerras, da fome, do aquecimento global (seus robózinhas funcionavam com energia solar), da extinção das baleias, da violência (TOKITAKA, 2014, p. 54)

Observemos o embate de sentidos entre o discurso religioso e o discurso científico. A convencional divina criação de deus apresenta *defeito*. O predicado nominal na oração *O problema são as pessoas* comprova que o produto criado por ele é o responsável por todos os problemas. O criador produzira *robôs com defeito* e ela, armada com as técnicas necessárias, já sabe como agir, estetizando sua vida de maneira a proteger-se do produto defeituoso, como podemos comprovar na frase *E, provavelmente, vão acabar me transformando na mesma coisa*. Agora que já obtinha o *cuidado de si*, proteger-se significava governar o outro. Eugênia traça um plano sugerido na introdução da ideia de condição *E se...* e todo um trabalho de procedimento científico sobre os seres com defeito se abre a partir da afirmativa: *Preciso dar um jeito*.

No fio narrativo, constrói-se discursivamente o procedimento de governo do outro pelas técnicas de trabalho científico que primeiramente, ela realizara sobre si. O ato reflexivo de criação dos robôs se dirige agora aos demais seres humanos da cidade. A própria ambientação do quarto de Eugênia - *cenário digno de filme de Hollywood, cabine de controle da gigantesca máquina, a cor se espalhava depressa pela tela* – atravessada pelo discurso científico, demonstra sua prática sendo realizada em grande escala para se aplicar aos outros.

O discurso científico que ainda se dá a ver em expressões como *seu dedinho aterrisou* e *raio de ação do aparelho robotizador* constrói o método de trabalho da menina cientista por meio de uma prática muito semelhante à estratificação do poder do Estado analisada por Foucault (1999), pois transforma os seres humanos em robôs. Eugênia age por meio de uma técnica econômica de poder, que é o *raio robotizador*, sobre

a individualidade de cada morador da cidade, buscando homogeneizar os comportamentos para potencializar a vida, pois, uma vez que o resultado esperado fosse alcançado (os defeitos dos humanos da cidade fossem consertados), suas técnicas se ampliariam na resolução de problemas para além das questões de sociabilidade: *guerras, fome, aquecimento global, extinção das baleias, violência*. Esses termos reafirmam, assim, o prevalecer do discurso científico sobre o religioso ao fazer emergir elementos que deram errado no fazer do criador e seriam superados pelo fazer da nova criadora.

A subjetividade de Eugênia, num primeiro momento, produz atos de resistência de um sujeito ético para curvar forças que tendiam a homogeneizar comportamentos; neste segundo momento, passa a dirigir a força ao governo desses mesmos corpos, apoiando sua resistência nas próprias situações que ela buscara combater. A simbologia da transformação de humanos em robôs coloca em evidência as relações de poder que sutilmente integram todos os gestos, atitudes, desejos do sujeito, durante toda sua vida, muito menos pela violência e muito mais pela produção da vida: “o poder consiste em relações complexas. Essas relações implicam um conjunto de técnicas racionais e a eficiência delas deve-se à sutil integração de tecnologias de coerção e de tecnologias do eu” (FOUCAULT, 1993, p. 207).

De fato, a expectativa de Eugênia de estar segura e feliz com a população de robôs se cumprira. Seus pais, juntamente com os outros moradores, faziam tudo exatamente como ela gostava, desde o café da manhã perfeito, até o concerto no Teatro municipal feito só para ela ou os doces inovadores da fábrica de doces. E na escola:

A banda de robôs, que davam boas-vindas à sua criadora, só parou de tocar seus instrumentos quando o sinal soou... nada de locução adverbial e divisão com números fracionados. Esse último conteúdo Eugênia tinha aprendido aos dois anos, sozinha, sem ninguém precisar explicar com feijõezinhos ou a ‘regra de passar o número por cima’(TOKITAKA, 2014, p. 60).

Tudo funcionava em perfeita harmonia. O problema de sociabilidade fora solucionado e a sua criação finalmente superara a de deus. Nos enunciados acima, a variação de posição sujeito de um enunciado a outro envolve relações de poder em que, na posição sujeito *criadora* – o termo definitivamente se feminiza – ela governa pelo exercício das ações dos outros - *davam boas-vindas à sua criadora/só parou de tocar/nada de...* - e, na posição de ser com alto grau de saber racional, ela governa a si mesma -

Eugênia tinha aprendido aos dois anos, sozinha, sem ninguém precisar explicar com feijõezinhos ou a ‘regra de passar o número por cima.

Eugênia desloca de sujeito ético concentrado em si para sujeito criadora que exerce um poder produtivo sobre os outros, porém aborda cada indivíduo impositivamente, obrigando-os a moldarem-se segundo seu *sonho*. A volta ao sujeito ético acontece quando a perfeição do funcionamento dos corpos programados a deixa entediada.

Nos enunciados a seguir, observamos um processo de retorno ao próprio ser: “*Rabiscou a primeira coisa que lhe veio à cabeça, sua família, e chegou à conclusão de que havia ficado bom. A cabeça de seus pais saiu um pouco fora de proporção, e as mãos estavam estranhas, mas a semelhança era inegável*” (TOKITAKA, 2014, p. 68). Atentemos para o fato de que a menina sai do estado de concentração em si (*fazer amigos pela habilidade científica que possui*), vai para o estado de governo do outro (*O problema são as pessoas, por isso usa as mesmas habilidades para consertá-las*) e volta a se concentrar em si quando, pela primeira vez em muito tempo, *faz a primeira coisa que lhe vem à cabeça*, sem planejamento e proceder científico.

O desenho foi a primeira coisa que ela fez, com exigência de habilidade manual, que saíra imperfeito: *um pouco fora de proporção, e as mãos estavam estranhas*. Porém, nessa criação imperfeita de Eugênia vemos discursivizarem-se elementos do discurso religioso que mais uma vez colocam nas mãos de Eugênia o poder de criação. O enunciado *e chegou à conclusão de que havia ficado bom* trabalha no efeito comentário da metáfora da criação bíblica: “e viu Deus que era bom” (BÍBLIA, Gn 1:10); acrescentando o valor científico e racional que se ancora no termo *conclusão*.

Esta última criação da menina (o desenho) desencadeia um conjunto de ações para reverter o processo *robotizador*. Porém, era uma missão impossível até mesmo para ela. Depois de muitas tentativas, ela se depara com Seu Beto, o zelador da escola, inexplicavelmente o único que não fora robotizado e, após uma conversa com um ser humano de verdade, ela cai no sono. Ao acordar, sua família – e a cidade toda – havia voltado ao normal. Procurou Aldo, Zero e Isaac, mas não os encontrou. Passe de mágica ou efeito das ações de Eugênia, a narrativa não deixa claro como se solucionou o problema, mas faz emergir novamente um sujeito marcado pela ação ética e pelo *cuidado de si*.

Seu dia na escola não foi perfeito, claro. Mas Eugênia ignorou solenemente as provocações da Daniela e das outras crianças. Além disso, tinha conseguido

resolver um problema na lousa, na aula de matemática, na frente da sala inteira! Se ela tinha resolvido problemas usando operações avançadas demais e ninguém tinha entendido, era problema deles, uma coisa ela havia aprendido com os robôs: às vezes era bom ser especial (TOKITAKA, 2014, p. 92).

A sequência de enunciados acima mostra a estetização da vida de maneira ética quando a verdade assimilada é reterritorializada: *uma coisa ela havia aprendido com os robôs: às vezes era bom ser especial*. A volta ao sujeito de ação de si para si se dá nas habilidades especiais da menina aplicadas em práticas cotidianas, marcadas pelos verbos em que o sujeito é Eugênia e pelos substantivos que assinalam seu saber racional: *ignorou solenemente as provocações da Daniela e das outras crianças/ resolver um problema na lousa/ usando operações avançadas*. A desterritorialização do governo do outro e a reterritorialização ao governo de si são marcadas pela oração *era problema deles*, além do verbo *ignorou*.

Quando Deleuze discute o processo de subjetivação em Foucault, diz que o sujeito é o ponto onde a força é dobrada, mesmo imerso em relações de poder que dificultam a percepção de si. O ser-si é o ponto onde é possível resistir, o processo de subjetivação é “os locais por onde passa a dobra” (DELEUZE, 2013, p. 122) e somente aí o sujeito pode sair do *descuido de si*. Por isso, as **miragens do trabalho**, quando se ampliam para as miragens de **criadora** não dão conta de organizar ética e esteticamente a vida de Eugênia, pois o ponto de resistência está mais para a situação que ela tenta combater do que na afecção de si no sentido de preparar-se para os acontecimentos do mundo. O retorno a si reterritorializa a subjetividade e a miragem retorna ao **ser especial e criadora de si**, que elabora sua vida, curva a força e afeta o outro: *se ela tinha resolvido problemas usando operações avançadas demais e ninguém tinha entendido, era problema deles*. Por isso, o *privilegio subversivo da literatura* está em constituir *máquina de guerra* que arma o sujeito para dobrar os códigos a partir de formas inéditas da linguagem. De forma geral, as análises nos mostram isso; em *Eugênia e os Robôs*, particularmente, vemos o feminino autônomo que opera pelo conhecimento curvando forças ao ocupar lugares de dominação masculina.

Portanto, vemos a literatura integrando uma questão política de reorganização dos corpos pelas relações de gênero, não somente como diferença sexual, mas em todos os domínios em que feminino e masculino são representados e interpretados. “Assim sendo, partimos do princípio de que não se pode pensar em literatura se não for pelo caminho da

transgressão, uma vez que a arte não transgressora é uma impossibilidade estética” (GAMA-KHALIL, 2013, p. 22) e é esse um dos pontos comum às três obras: a estética transgressora *versus* a moralidade pedagógica. Voltemos a Zilberman e Cadernatori (1987) para lembrar a regularidade discursiva dos contos de fadas. Leiamos a citação abaixo, mantendo em mente as relações de poder para o estabelecimento de sentidos entre a ética e a moral no discurso literário:

‘As fadas’ repete o estereótipo feminino de tantos outros contos de fadas: a mulher bela e dócil vence suas dificuldades cativando um príncipe que a redime, garantindo segurança e riqueza. A virtude é premiada materialmente, na negação de que ela valha algo por si mesma, já que é sempre um meio de conseguir-se poder e riquezas. Em contrapartida, a irmã mais velha tem sua feiúra castigada pelo convívio com répteis repugnantes pela perda do carinho da mãe e pela morte miserável.

A preocupação em ensinar as vantagens da humildade e do sofrimento. Quando o sentimento de empatia pelos outros não desaparece, conduziu à esquematização da situação e das personagens. Estas não têm nome, são designadas como mãe, a filha mais velha, a filha mais moça, o príncipe, numa evidente tipificação (ZILBERMAN E CADERMATORI, 1987, p. 48).

É de extrema importância sublinhar a regularidade que se dá no embate contra a moralidade e o pedagógico nesse discurso que enuncia personagens infantis autônomas que não se resumem na essencialidade boa ou má: Lelê não é bela porque é boa; o destino de Linda Flor no desvio do matrimônio não se dá porque ela é má e Eugênia não é narrada pelas habilidades de trabalho no esperado ciclo da gata borralheira e “este confronto com a norma é o que integra a história infantil ao dilema de toda a literatura, na medida em que lhe cabe afirmar-se como arte através da ruptura com uma lei dominante” (ibidem, p. 85). Essas personagens emergem na resistência aos códigos e condutas inscritas ao gênero, tecidas na palavra transgressiva da lei dominante e de si mesma, narrando o feminino e o infantil fora da ordem da razão e fora da ordem instituída pela lei do cânone, da academia e da pedagogia.

Caminheemos, então, nas análises do discurso literário ético/estético/transgressivo de outras relações em comum às três narrativas.

Tantas quantas são as **miragens** que possamos suscitar de Lelê, Linda Flor e Eugênia, são também as possibilidades de ocupar lugares dispersos no discurso a partir da

estetização de suas vidas. Mesmo que o poder enquanto organismo vivo dependa do campo de liberdade que dá aos sujeitos para conduzirem suas condutas, para que ele mesmo sobreviva, essa subjetivação os afasta do si. O sujeito descuidado de si torna-se um sujeito desejante sempre de algo que não está nele, imerso nas malhas do poder. A operação artística e estética da vida transforma o sujeito desejante em um sujeito de ação (uma artesã). Não uma heroína entre todas, mas uma artesã de si cujo feminino encontra possibilidade histórica de, pela primeira vez, **ser bela e amante de si, conquistar um espaço (público) e ser soberana de si, ser especial e criadora de si**. Mesmo que, como previne Deleuze, essas subjetividades sejam estratificadas pelos mecanismos de poder novamente, a *arte da existência* - ou *estilos de vida* - será sempre essa capacidade de se colocar à distância, como nos explica Revel:

Este lugar indeterminável da subjetividade em movimento, em perpétuo “abandono” por relação a si próprio, permanece, para Foucault, o produto de determinações históricas, mas é também o espaço inédito de uma trabalho sobre si cujas modalidades são por sua vez históricas, mas que fazem surgir a dimensão do fora (a criação, a invenção, o inédito, o pré-objetivo) no interior mesmo das relações de poder; e é nessa dupla ancoragem que se move a possibilidade de resistência subjetiva das singularidades (REVEL, 2014, p. 66).

E se para Foucault, a literatura só é saber moderno no acontecimento que nos faz olhá-la com olhos modernos, pois, nas figuras do simulacro, do vazio, da repetição e da transgressão, ela está sempre por se fazer, abrindo espaços à distância de todos os outros discursos, é no encontro com essa linguagem que o ser pode passar de ser desejante de uma verdade (seja ela de qualquer ordem: *De onde vêm tantos cachinhos?/ Eu acho muito mais divertido sair correndo mundo como os príncipes fazem./ uma coisa ela havia aprendido com os robôs: às vezes era bom ser especial*) a ser de ação que assimila e pratica a verdade:

[...] a linguagem escapa ao modo de ser do discurso - ou seja, a dinastia da representação - e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa. A literatura não é a linguagem se aproximando de si até o ponto de sua ardente manifestação, e a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma; e se, nessa colocação “fora de si”, ela desvela seu ser próprio, essa

súbita clareza revela mais um afastamento do que uma retração, mais uma dispersão do que um retorno dos signos sobre eles mesmos (FOUCAULT, 2009d, p. 221).

O discurso sobre o qual nos debruçamos tem nesses termos, da dispersão e do afastamento, a estetização do feminino quando “abriga e separa” todos os outros discursos ao narrar as personagens. Lê-se na reatualização da memória de “uma história feita de resistências e de lutas” a emergência do protagonismo “graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (GONZALEZ, 1988, p. 02 *apud* CARNEIRO, 2003, p. 120)²⁰, atravessada pelo discurso feminista negro; a partir da memória, ela inaugura-se totalmente outra, totalmente nova: descobre quem *é/ama o que vê*. Linda Flor é narrada no atravessamento pedagógico em conflito com o discurso feminista da desnaturalização do sexo, discursos abrigados na linguagem literária, como podemos ver neste enunciado: *estou aprendendo tudo que é preciso para poder sair deste castelo e correr mundo como meu irmão*; porém, instaura o novo sobre si em cada aula e técnica que aprende e pratica para fazer seu feminino único. Eugênia, por sua vez, se dispersa entre o divino e o científico para governar-se e governar o outro, porém é na criação de si mesma que abre seu espaço de liberdade para ter direito ao diferente (*a ser especial*).

Quando Deleuze e Guattari colocam que uma fuga é fazer fugir, arrebatando um sistema, “é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia.” (1995, p. 47), também se referem a essa colocação à distância. Essa dupla face da *linha de fuga* (fugir e fazer fugir) é vetor de desterritorialização, já que “a fuga não consiste em sair da situação para ir embora, mudar de vida, evadir-se pelo sonho”, mas “implica obrigatoriamente uma redistribuição dos possíveis que desemboca - salvo repressão obtusa - numa transformação ao menos parcial”. Discutíamos, no primeiro capítulo, que a escrita literária e o autor em Deleuze não devem ser confundidos com figuras institucionais, pois escrever é traçar *linha de fuga*, é abrir um afastamento do espaço-tempo atual para uma transformação “perfeitamente improgramável, ligada à imprevisível criação de novos espaços-tempos”. Nesse mesmo capítulo, discutimos a literatura infantil fora do lugar comum de menoridade e integrando uma *linha de fuga* dentro da linguagem, já que sobre ela fluxos minoritários podem se conjugar e transpor limites.

²⁰ GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

A linguagem de que são feitas Lelê, Linda Flor e Eugênia é, pois, essa linguagem *simulacro* que abriga e escapa, e que, transgressiva, traça *linhas de fuga* ao infinito. As três personagens reúnem fluxos minoritários em seu feminino e seu feminista. Do movimento das mulheres, conjugam questões econômicas, políticas, sociais, culturais e étnicas entrelaçadas na sexualidade e no gênero, ou seja, as personagens encontram condições históricas no discurso feminista de irromperem como acontecimento e transgredirem ainda mais os limites que o feminismo já ampliara:

O feminismo tem uma dimensão política profundamente crítica e libertadora, que não pode ser negligenciada, afinal, foram e têm sido imensas as suas contribuições, especialmente ao questionar as formas e as práticas masculinas de um mundo que, misógino, é opressivo para as mulheres, e ao mostrar a maneira pela qual a ciência fundamentou essas concepções, com seus conceitos sedentários, mascarando sua realidade de gênero.

[...]

O feminismo deixou claro, ainda, que as feministas são capazes de inventar novos mundos, organizar de modo não-elitista, dar respostas diferentes das já conhecidas e que não satisfazem - apenas a alguns setores sociais e sexuais. Mostrou que as mulheres podem criar novas ciências, novas formas de produção de conhecimento, - as epistemologias feministas, transversais -, pois as mulheres estão em todas as classes e grupos sociais, orientadas por agendas feministas (RAGO, 2004, p. 12)

Portanto, as personagens são feitas no *movimento indeterminável da subjetividade* pela *arte e ética* da linguagem literária que exprime o governo dos corpos de toda ordem, ao mesmo tempo em que enuncia movimentos resistentes e revolucionários ao devir. Antes, nas análises do capítulo anterior, sujeitos governados e que se governavam no imbricamento entre saber e poder e suas técnicas de objetivar e subjetivar em torno da verdade absoluta ou modelos da razão que dissipam o belo e o feio, o frágil e o viril, o privado e o público, o feminino e o masculino, enfim. As análises do presente capítulo mostram que, diante dos conflitos instaurados, as três meninas assumem um trabalho sobre si de modo a tornarem-se, gradativamente, sujeitos de experiência. Poderíamos dizer que, se fosse o caso de nomear-lhes as singularidades, em termos gerais, diríamos que se tornaram **miragens da resistência e da subversão, ou ainda, miragens da soberania** (nos termos de Foucault, reinam em si mesmas e tornam-se *idades incoquístáveis*).

Porém, o que nos interessa não é nomear, mas entender como essas formas de vida inéditas e abertas se dão ao devir nos fios discursivos que tecem interpretações infinitas pela linguagem literária denominada infantil, que numa perspectiva tida como menor(idade), sob o olhar de Deleuze e Guattari, estabelece “as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande” (2015, p.39).

Assim sendo, ressaltamos o movimento da linguagem literária de romper estruturas lingüístico-discursivas e tratar temas interditados ao infantil, de tornar fluídos os limites entre os gêneros e, na união dos fluxos de sentidos e num mesmo gesto, quebrar a dominação sobre o feminino e fazer irromper novas e outras singularidades que agem sob uma multiplicidade de novos espaços-tempos.

Concordamos com Coito quando afirma que:

Se o lugar em que o sujeito se constrói é o discurso e ao mesmo tempo esse sujeito está inserido em sistemas organizados, como vimos anteriormente, as teorias pautadas na filosofia da linguagem visam à importância da política, da ética, da história e também da estética, principalmente nos estudos literários, pensando também na questão desse sujeito nos seus múltiplos papéis. (COITO, 2016, p. 65)

Nesse sentido, o estudo do modo como o discurso literário infantil, ao constituir miragens femininas e feministas, produz processos de subjetivação compreende uma questão também política da linguagem, de governo e de agenciamentos coletivos pelo discurso. Ou seja, tudo se refere à questão do sujeito. Trata-se de despertá-lo do descuido de si e deslocá-lo de sujeito desejante a sujeito de ação cuidadoso de si e a literatura infantil como experiência possível à vida, arma-o *ética* e *esteticamente*, pois trabalha com a resistência, com o interditado e com o infame. No fio das discussões sobre o ser da literatura infantil, fazer, pela potência artística, com que o sujeito tenha o equipamento necessário para, nas relações de poder, agir também politicamente no dobrar as hegemonias. E isso, quando se trata da questão da representação e constituição do feminino no mundo, implica necessariamente a dobra da dominação por questão de gênero.

O discurso literário infantil que vislumbramos abrigar e fazer escapar múltiplas posições sujeito em Lelê, Linda Flor e Eugênia é o temível e perigoso discurso “menor” que desperta o sujeito ético, contraditório e fragmentado. Este é o efeito da **autointerpretação de si** que introduzimos nas discussões do primeiro capítulo. Gama-Khalil considera que

“a fragmentação do sujeito pode ser entendida não pelo viés negativo, como a perda de um frágil poder, mas pelo positivo, uma vez que, quando deixa de ser apenas ‘eu’ – um sujeito a ocupar somente uma posição e a, talvez, descortinar uma só interpretação –, passa a permitir a descoberta de múltiplas sensações” (GAMA-KHALIL, 2004, p. 227).

Múltiplas sensações, interpretações e representações, assim como proclamou Foucault (1986) (2014): não uma estrutura, mas várias. Se há no discurso a concretude do real, é no regime dos signos que o sujeito percebe essa multiplicidade. O encontro arte literária infantil e sujeito abre a “multiplicação dos fios” (GAMA-KHALIL, 2004) da rede de interpretações e é diante de formas de vida inéditas que o sujeito pode **autointerpretar-se** outro. Lelê, Linda Flor e Eugênia fragmentam-se durante as narrativas e são ditas dentro de espaços de liberdade múltiplos, como sujeitos que exercem sobre si autonomia nas ações nos mais diversos domínios e práticas de si. Essa fragmentação projeta miragens ao infinito que podem ser sempre outras tanto no acontecimento discursivo em que irrompem, quanto nas implicações concretas a partir das interpretações que esses fios podem tecer.

Consideramos, pois, que um fluxo da escritura literária transgressiva, para produzir *artes de existência* ou agenciamentos sob novos programas de vida, tem de, primeiramente, encontrar uma vida ou um sujeito – ou ainda, uma subjetividade que, na exterioridade das formações históricas, já é sempre algo –, para daí estabelecer essa nova/outra experiência com a verdade. Esse é o ponto da **autointerpretação do ser**: o encontro sujeito e literatura/arte. **Autointerpretar-se** diante da potência da criação artística não é reproduzir-se tal qual, mas projetar-se, nos fios das redes discursivas e interpretativas, em qualquer outra **miragem**. Já adiantamos que **a autointerpretação do ser** não é em si a subjetividade, uma vez que esta implica em produzir-se a si mesmo a partir da prática de técnicas. Mas o ponto no qual o sujeito pode perceber-se em vias de fragmentar-se, ou seja, projetar-se num devir que é a própria **miragem**. Destacamos também que não se trata de ativar em sua essência as sensações e interpretações sobre si mesmo que estavam escondidas, mas, nas miragens do fora - e, nesse caso, as estilhaçadas posições que ocupam Lelê, Linda Flor e Eugênia – vislumbrar tudo o que possa vir a se tornar. Buscamos em Deleuze e Gattari os argumentos sobre os efeitos desse ponto de encontro literatura sujeito:

Não que, no plano de imanência, haja coisa diversa dessas linhas de fuga onde a "vida orgânica" é construída, transversalmente em relação às formas constituídas. Mas traçar uma linha sobre um plano fornece um outro ponto de vista sobre o conjunto de uma situação, um critério imanente que permite analisar os agenciamentos seguindo seus dois pólos, desterritorialização e estratificação (instituições) (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 32).

Como diz Deleuze (1992, p. 131 e 132), os estudos foucaultianos mostram que o homem grego nada tem de universal, inventaram essa “prática do modo de vida”, mas não fazem nossa experiência por nós, se questionarmos os modos de subjetivação atuais, veremos representações femininas e quebra de códigos que nada tem a ver com o homem grego, a não ser pela capacidade de criarem a si mesmas, porém, por experiências completamente outras que nas escolas filosóficas da Antiguidade. Não a literatura instituição ou o livro objeto, mas ser *simulacro* e livro *máquina de guerra* que podem fornecer esse outro ponto de vista de que falam os filósofos citados acima. Assim, na questão *e você?*, pela conjugação de fluxos entre autora e leitora (o), “uma rede de variadas interpretações” (GAMA-KHALIL, 2004, p. 226) projeta miragens que, no domínio da ética, luta contra a “violência invisível” e a hegemonia da “branquitude” (CARNEIRO, 2003) e, pela linguagem, constrói novas e outras representações ao imaginário estético da menina negra ou de qualquer outra menina, ou ainda, de qualquer feminino. E na ação *procurando firme*, na estreiteza desse enunciado, cujo advérbio de modo instaura de vez a autonomia e a força da personagem soberana de si, N miragens que se projetam no final da história que é também o começo de muitas outras. Em *ser especial*, o diferente irrompe no adjetivo (que murmura a deusa, a criadora e a cientista) como possibilidade de vida e reduplica-se em miragens que podem tanto abranger outros diferentes já existentes, quanto inaugurar novos.

Sem dúvida, a criação do feminino e do feminista, pelo que se mostrou na análise que traçamos aqui, reúne discursos de resistência contra a experiência que durante séculos colocou o feminino como menor. É a luta da linguagem contra a morte que se repete e abre para **miragens porvir** – o *ilimitado do Limite*. (FOUCAULT, 2009a). Desvelamos, pois, o movimento inabalável da linguagem literária dobrando (em ambos os sentidos: de repetir e de curvar o poder) subjetividades do passado e potencializando outras. Reiteramos: o encontro do ser com a arte é o ponto da **autointerpretação do ser**, no qual esse repetir e curvar na linguagem literária se abre a possíveis futuros ao “real”. Deleuze esclarece que

Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos), mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender. O povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano [...] Mas o povo não pode ocupar-se de arte, como poderia criar para si e criar a si próprio em meio a abomináveis sofrimentos? Quando um povo se cria, é por seus próprios meios, mas de maneira a reencontrar algo da arte [...] ou de maneira que a arte reencontre o que faltava (DELEUZE, 1992, p. 214).

Por isso, somos mais do que os saberes hegemônicos podem dizer acerca de nós (FOUCAULT, 1993). Somos esse estilhaçar que se dispersa no vazio da linguagem e, se verdade é poder, se o poder não só reprime, mas produz – produz discurso, produz sujeito – e se, na dimensão do si, curva-se o saber e o poder hegemônico, é nesse (re) encontro arte-sujeito-sujeito-arte que a vida pode se tornar obra a lapidar-se e não somente objeto científico e mercadológico. As mulheres, enquanto minoria, nunca deixaram de se criar. Vislumbramos no discurso analisado algumas dessas práticas e *seus próprios meios de (re) encontrar a arte* pela criação ética de si. Vislumbramos também o discurso literário infantil constituindo-se máquina *de guerra*, na reunião de *linhas de fuga*, fazendo com que a arte torne-se, portanto, questão política para a *sobrevivência e salvação* do gênero. Vislumbramos, pois, nessa questão política, entrecruzar-se o feminino e o feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, voltamos o olhar para os processos de subjetivação nas práticas do discurso literário infantil com o objetivo de analisar o modo como, na dimensão do saber, do poder e do si, constitui-se o feminino e o feminista, enquanto **miragens** que se projetam dentro do governo do outro e de si.

No primeiro momento, o incômodo em face dos discursos sobre a literatura infantil enquanto *menor* que entram em relações de força com discursos sobre sua potência artística nos levou a discutir o ser da literatura infantil e, sobre essa questão, vimos que essa luta se dá entre mecanismos de poder que reúnem nas instituições pedagógicas, mercadológicas, acadêmicas e na própria literatura, as coerções sobre esse discurso que exatamente por sofrer e exercer poder desvela-se perigoso e transgressivo. Isso porque a literatura trabalha em outra ordem, sem a obrigação de encaixar-se completamente nos regimes de discursividade regulados por essas mesmas instituições. Nesse sentido, a literatura infantil é *transgressão* quando curva as regras coercitivas das ordens e dela mesma no movimento de ultrapassar limites impostos aos sujeitos e a suas vidas. A literatura infantil, *simulacro* e *transgressão*, questiona os sentidos impostos pelos saberes e poderes e possibilita que o sujeito (re) encontre, na criação artística, a (re) criação de sua própria vida. Portanto, constitui-se *linha de fuga* e *máquina de guerra*, agenciando coletividades, criando novos programas de vida na luta por uma minoria. No caso do corpus desse trabalho, uma minoria triplamente menor: no feminino, no infantil e na literatura destinada à criança.

No segundo momento, diante do temível e perigoso ser da literatura infantil, buscamos compreender os processos de subjetivação do feminino e do feminista a partir das personagens Lelê, Linda Flor e Eugênia produzidas nessa linguagem, narradas nas obras que constituem nosso *corpus*: *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, *Procurando Firme*, de Ruth Rocha e *Eugênia e os Robôs*, de Janaina Tokitaka.

No entanto, foi preciso, primeiramente, buscar a regularidade na dispersão para descrever a formação do nosso objeto de estudo na materialidade discursiva. No acontecimento discursivo do gênero, pudemos descrever o feminino e o feminista irrompendo como objeto em diversos campos associados, tais como o discurso médico, higienista, jurídico, religioso, econômico, familiar, feminista, militante, jornalístico etc. **(miragens da magia, da medicina, do pecado e da cura; miragens da maternidade, da**

família e da sexualidade e as **miragens do trabalho e da sexualidade**). Acontecimento estreitamente ligado com as teorias feministas que questionaram a unidade do gênero e vislumbraram um novo olhar sobre este sendo construído historicamente por representações e tecnologias que estabeleceram as mais diversas condutas à mulher através dos tempos e ancoraram a irrupção do discurso por nós analisado. Não obstante, discurso-acontecimento, que em complexos campos discursivos, se dá a ver em seu sistema de remissões, fazendo irromper a menina negra, a gênia e a princesa constituindo seus femininos e feministas numa dispersão de posições sujeito cuja regularidade se dá na resistência inscrita em seus corpos e reguladora de suas condutas nas relações de força contra a *menoridade* atribuída ao estatuto do gênero feminino, cujos referentes ora se avizinham, ora se excluem ao narrá-las dentro do domínio da estética e da beleza, do trabalho e da ciência e do público e do privado.

A partir disso, considerando o sujeito inteiramente marcado pela história, sendo objetivado, subjetivado e subjetivando-se, podemos analisar, por meio do conceito de *governamentalidade*, esses corpos sendo governados e governando-se para prenderem-se ao modo mais adequado de viverem enquanto meninas. Nas **miragens de raça e gênero a partir do referencial estético; nss miragens da beleza, da fragilidade, da delicadeza a partir do referencial do matrimônio** e nas **miragens do trabalho a partir do referencial intelectual** compreendemos que o controle e a disciplina estiveram, pois, no centro das ações desses sujeitos nos primeiros momentos das narrativas. Sujeitos que sofreram esses controles e disciplinas nas descontinuidades dos limites que lhes foram oferecidos para que pudessem estar dentro de um regime de verdade, porém sem que essas relações saber-poder fossem uma pura violência, pelo contrário, que se fizessem meninas diante de possibilidades abertas dentro desses limites oferecidos ao feminino.

É indispensável dizer, no entanto, que o discurso literário age pela *transgressão* e ao dizer esses sujeitos, faz irromper as relações de forças sobre as quais se formaram as linhas desses limites ao abalar o lugar comum do sujeito fundamental e desvelar os pontos de embates e confrontos dos sentidos por meio de personagens que são murmúrio das memórias do passado e a reduplicação discursiva ao infinito. Diante desse abalo da verdade, do sujeito e do gênero pudemos analisar as três personagens sendo produzidas em meio a essas linhas de força, o que nos permitiu analisar também o abalo da linguagem literária em torno de si mesma, denunciando como nenhuma outra linguagem o equívoco da consciência, da interioridade e da essência.

O sujeito, posição derivada da função enunciativa, crivado pela história que só é na relação das dimensões do saber, poder e do si, pôde ser analisado, no último capítulo, a partir da introdução da noção de *ética* e seu imbricamento com a *arte*, efetivamente resistente ao dobrar as forças de fora, a partir dos *cuidados de si*. A passagem de sujeitos desejantes a sujeitos de ação possibilitou que vislumbrássemos a transformação de sujeitos governados pelos códigos a sujeitos que, por meio de técnicas e assimilação de uma verdade, desterritorializaram - reterritorializaram - desterritorializaram suas vidas em **miragens** mais livres e fluidas nos modos de elaborarem o feminino e o feminista. Desse modo, Lelê projeta-se **bela e amante de si**, Linda Flor **conquista o espaço (público) e constitui-se soberana de si** e Eugênia reconhece a si mesma como **especial e criadora de si**.

O procedimento arqueogenealógico possibilitou que perscrutássemos a constituição dessas subjetividades pela análise dos enunciados tomados em suas singularidades graças a seu aparecimento concreto em função enunciativa em que foi possível relacionar seus elementos - referencial, posição sujeito, campo associado e suporte material. Possibilitou também as análises das estratificações do poder em procedimentos nos quais esses enunciados se apoiaram para produzir esses discursos, esses processos de objetivação e subjetivação e só aí já se encontra uma parcela considerável da importância de analisar o feminino e o feminista.

Porém, analisar um discurso que faz emergir uma minoridade, rejeitada, como já dissemos, triplamente pela cultura Ocidental que se formou é o que consideramos ser o teor mais relevante nesse estudo. O procedimento arqueogenealógico, nos possibilitou, enfim, analisar processos de subjetivação que curvam diversas estratificações do Estado para fazer o feminino e o feminista irromper mais livre. Observamos o enunciável sobre a menina – e pensemos sempre a menina muito além do biológico – no discurso literário infantil, fazendo irromper sentidos de resistência e subversão no encontro com o perigoso e temível poder da arte, por mais que a ordem trabalhe por mantê-lo sempre “menor”. Essa relação, nas palavras de Gama-khalil, “seja direta ou indiretamente”, trata-se da “tensão entre os pólos da existência: a vida e a morte” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 119). Poderíamos dizer que se trata, então, de um discurso de (re) criação desses pólos de existência no (re) encontro com a arte literária infantil em que o feminino e o feminista pode projetar *artes da existência ou estilos de vida*, por meio de lutas políticas em **miragens** além dos limites de dominação por questão de gênero.

Nosso interesse pela palavra do feminino nos levou a este estudo, entretanto, outras questões surgiram e, além da dominação que a história das mulheres revela, bem como a experiência que sempre tiveram de resistir e criarem a si mesmas na luta contra as objetivações e subjetivações desses códigos de dominação, pudemos descrever as relações de força pela dobra de um outro tipo de dominação que se desvela na própria existência de um discurso transgressor que só é menor na conjugação de *linhas de fuga* e constituição de *máquinas de guerra* que é o literário infantil. Portanto, as análises do discurso literário infantil nos levaram às fragmentações dos sujeitos femininos e feministas que podem sempre ser outros, ou seja, ocupar outras posições nesse discurso que ao infinito se lança além das ordens linguageiras e históricas. Dessas questões, que ultrapassaram o que havíamos entrevisto no início deste trabalho está também a da **autointerpretação do ser**.

Nesse sentido, as análises dos processos de subjetivação no discurso literário infantil mostraram que as posições que os sujeitos podem ocupar na criação da vida pela arte – e não somente pelo econômico e científico – se estilhaçam no devir histórico tanto no fazer discursivo quanto nas interpretações dos fios que tecem esse discurso e, no encontro do sujeito com o ser simulacro, está a possibilidade de **miragens** se fragmentarem além da exegese da narrativa. Diante de tudo isso, é impossível dizer de um fechamento desse estudo, pois estamos cientes da complexidade que é a linguagem, a arte e o sujeito e da impossibilidade de capturar todos os pontos nos quais os saberes e poderes se assentam no discurso e fazem irromper as subjetividades marcadas pela descontinuidade histórica.

No entanto, a fim de abarcar um efeito de fechamento, quando dizemos que nesse estudo, na esteira das feministas pós-modernas e de teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari, tudo se trata de sujeito, trata-se, portanto de sempre resistir, de descrever um discurso no qual a potência criadora abre a possibilidade de o feminino e de o infantil lutarem pelo reino de si. De analisar como a arte literária infantil abriga e faz escapar os processos de objetivação e subjetivação, fazendo falar as vozes minoritárias. Diante disso, que as meninas se tornem mulheres reencontrando na arte literária infantil aquilo que o feminino sempre soube fazer: criar sua existência. Que criem seus nascimentos, suas vidas e suas mortes com a força com que sempre lutaram, e que significou, durante séculos, sua sobrevivência e salvação num mundo onde, por muito tempo, foram o “outro”, o “ser incompleto”. E se ainda não se pode dizer a menoridade do feminino e da literatura infantil como um passado que não existe mais, que possamos dizer de **miragens** mais livres que se projetam ao devir a cada *acontecimento enunciativo* das lutas minoritárias.

Referências

BENATTE, A. P. **Deleuze e a política da literatura: algumas observações.** UNILETRAS, Ponta Grossa, v.34, n1, jan./jun.2012, p. 91-96.

BÍBLIA. A.T. Gênesis. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução de Omar de Souza. 2º edição, São Paulo: Mundo Cristão, 2013, p. 03-63.

CARNEIRO, S. **Mulheres em Movimento.** In: Estudos Avançados. v. 17, n. 49. 2003a, p. 117 a 132.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003b, p. 49- 58.

COITO, R. F. **A inquietude do discurso literário infantil de Clarice Lispector** – Sob a ótica da Análise do Discurso. Alemanha, Verlag: Edições Acadêmicas, 2016. ISBN: 978-3-330-73206-3.

_____. **A Literatura Infantil na(s) sociedade(s):** Os discursos da periculosidade da arte. Revista Trama, V. 2, n. 4, 2º semestre 2006, p. 205-217.

DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Foucault.** Trad. Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, G.; GATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol.1; Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Kafka por uma literatura menor.** Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo horizonte: Autêntica Editora. 1ed. 2015.

DEL PRIORE, M (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLAX, J. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In HOLLANDA, H. B. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder** (organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª edição, 1985.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. **Verdade e subjectividade** (Howison Lectures). Revista de Comunicação e linguagem. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203 a 223.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. A Hermenêutica do Sujeito. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. RJ: Jorge Zahar Editor, p. 101-134, 1997.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____, M. A Loucura, a Ausência da Obra. In: FOUCAULT, M. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Ditos e Escritos I. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999, p. 190-198.

_____. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: **Em defesa da sociedade**, Martins Fontes, São Paulo, 2000.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. trad. Salma Tannus Muchail, São Paulo: Martins fontes, 2000.

_____. Linguagem e literatura. In MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000b, p. 139-174.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

_____. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Ditos e escritos II. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Ditos e escritos IV. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Prefácio à Transgressão. In: FOUCAULT, M. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª ed. Org. e seleção Manuel Barros da Mota, trad. Inês Autran Dourado. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 28-46.

_____. A Linguagem ao Infinito. In: **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª ed. Org. e seleção Manuel Barros da Mota, trad. Inês Autran Dourado. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 47-59.

_____. Distância, aspecto, origem. **In: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2ª ed.** Org. e seleção Manuel Barros da Mota, trad. Inês Autran Dourado. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009c. p. 60-74.

_____. O pensamento do exterior. **In: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2ª ed.** Org. e seleção Manuel Barros da Mota, trad. Inês Autran Dourado. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009d. p. 219-242.

_____. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GAMA-KHALIL, M. M. Teorias e alegorias da interpretação: no theatrum de Michel Foucault. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade.** São Carlos: Claraluz, 2004. p. 217 a 229.

_____. **Imagens insólitas de Um crime em nós três, de Lygia Bojunga.** Revista Aletria. n. 3, v. 20, set./dez. 2010. p. 117 a 123.

_____. A transgressão na literatura fantástica: o limite ilimitado. In: MILANEZ, N.; SANTOS, J. S. (Orgs). **Modalidades da transgressão: discursos na literatura e no cinema.** Vitória da Conquista: LABEDISCO, 2013. p. 22 a 32

GILLIAM, A; GILLIAM O. **Negociando a subjetividade de mulata no Brasil.** In: Estudos Feministas. v. 3, n. 2, 1995.

GROS, F. **A propósito da hermenêutica do sujeito.** *Mnemosine*, UERJ, vol.8, nº2, p. 316-330, 2012.

GROSZ, E. **Futuros feministas ou o futuro do pensamento.** In: Revista feminista digital. **Labrys, estudos feministas**, n.1-2, jul./dez. 2002
<www.labrys.net.br/labrys1_2/grosz1.html>

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. **Masculino, feminino, plural gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, C. L; SCHMIDT, S. P. (orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

REVEL, J. O nascimento literário da biopolítica. In: **Michel Foucault, a literatura e as artes**. Org. Philippe Artieres. Trad. Pedro de Souza e Jonas Tenfen. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014. p. 49 a 69.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Soares São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p. 63-96.

ZILBERMAN, R. & CADEMARTORI, L. M. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984. (Ensaio, 82).